

COMUNICAÇÃO, MÍDIA E SAÚDE

NOVOS AGENTES, NOVAS AGENDAS

Cristiane d'Avila
Umberto Trigueiros
ORGANIZADORES

LUMINATTI*EDITORA

COMUNICAÇÃO, MÍDIA E SAÚDE

Cristiane d'Avila e Umberto Trigueiros ORGANIZADORES



COMUNICAÇÃO,
MÍDIA E
SAÚDE

Sobre a Secretaria Municipal de Cultura

Uma cultura plural, inclusiva e diversa. A Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro destaca a importância da cultura como forma de gerar trabalho, renda e dignidade, principalmente de desenvolvimento humano. A cultura é um ponto de pacificação. Ela tem um papel transversal em toda sua ação. A cidade do Rio de Janeiro, capital do país por tantos anos, é, ainda hoje, reconhecida como a capital cultural do país, polo de criatividade no cinema, no teatro, na dança, na música, na literatura, rica em equipamentos culturais de qualidade e importância, como museus, bibliotecas, casas de espetáculo, e, paralelamente a todos esses valores, também nas ruas, em cada esquina, em cada praia, em cada beco, em cada viela esta mesma criatividade se manifesta e inspira nosso trabalho todos os dias.



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
e a Secretaria Municipal de Cultura apresentam

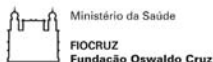
COMUNICAÇÃO, MÍDIA E SAÚDE

NOVOS AGENTES, NOVAS AGENDAS

Cristiane d'Avila
Umberto Trigueiros

ORGANIZADORES

Realização:



Parceria:



Produção Executiva:

LUMINATTI*EDITORA

Patrocínio:



Copyright © by Cristiane d'Avila e Umberto Trigueiros

Capa:

Miriam Lerner

Copidesque:

BR75 Produções | Clarisse Cintra

Revisão:

Obra Completa Comunicação | Maria José de Sant'Anna

Benedicta Produções | Jaqueline Lavor

Diagramação:

Carlos Alberto Rios

Fotografias:

Ricardo Siqueira e Luisa Gateira

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Comunicação, mídia e saúde: novos agentes, novas agendas / organizadores: Cristiane d'Avila e Umberto Trigueiros. – Rio de Janeiro: Luminatti Editora, 2017.

248 p. : il.

ISBN 978-85-93621-01-7

1. Comunicação - Saúde. 2. Saúde - Comunicação. 3. Informação - Saúde. 4. Mídia - Saúde. I. d'Avila, Cristiane, coord. II. Trigueiros, Umberto, coord.

CDD 658

Luminatti Editora

Rio de Janeiro - Brasil

(21) 2246-0696

editora@luminatti.com.br



Muito nos honra ter contribuído para a realização deste projeto. O apoio que a FIOTEC modestamente ofertou está plenamente recompensado pelos objetivos do livro: ampliar o debate sobre questões centrais para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre o direito dos cidadãos brasileiros à comunicação e à saúde, debate mais do que necessário na nossa atual conjuntura.

Hayne Felipe
Diretor Executivo da FIOTEC

SUMÁRIO

- 11** Prefácio
Tempos idos, tempos vindos. Muita história por contar,
muita história por fazer
INESITA SOARES DE ARAUJO
- 23** A razão deste livro
CRISTIANE D'AVILA e UMBERTO TRIGUEIROS
- 25** Comunicação e saúde no ICICT: de “difusão da ciência”
a campo do conhecimento científico
CRISTIANE D'AVILA
UMBERTO TRIGUEIROS
- 51** Quando vírus, bactérias e mosquitos chegam ao
noticiário
WAGNER OLIVEIRA
- 87** Epidemias midiáticas, a doença como um produto jor-
nalístico
CLÁUDIA MALINVERNI e ANGELA MARIA BELLONI CUENCA

- 115** Análise crítica das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Medicina: a concepção de comunicação, cultura e contextos
ADRIANA CAVALCANTI DE AGUIAR, WILSON COUTO BORGES,
IRENE ROCHA KALIL, PEDRO HENRIQUE FREITAS MARTINS DA MOTTA,
GUILHERME CANEDO BORGES, DENISE ESPIÚCA MONTEIRO
- 141** Perspectiva comunicacional de telessaúde como oportunidade de empoderamento
ANGÉLICA BAPTISTA DA SILVA
- 155** A retórica da medicalização e a justificativa moral para a cirurgia bariátrica nos relatos de celebridades
IGOR SACRAMENTO e WILSON COUTO BORGES
- 181** O jornalismo no seu labirinto
JOÃO FIGUEIRA
- 201** Indagações à identidade jornalística na era do virtual e da cultura da rede
FERNANDA LIMA LOPES
- 227** Literatura brasileira e comunicação: das cartas modernistas às redes digitais
CESAR GARCIA LIMA





CH-6

14:30 hrs

11/5

CV-1

14:30 hrs

11/5

CH-3

14:30 hrs
11/5

PREFÁCIO

**Tempos idos, tempos vindos.
Muita história por contar, muita história por fazer.**

INESITA SOARES DE ARAUJO

É POSSÍVEL FALAR DA COMUNICAÇÃO e da saúde de muitos modos, tantos quantos forem o entendimento dessa interface e desses dois campos que a constituem. Vou dar por aceito que cada um deles se apresenta como espaço polifônico, constituído por diferentes interesses, que ora convergem, ora são dissonantes e que compreendem muito mais que saberes específicos, em um arco de abrangência que vai desde sua história até suas tecnologias, passando por agentes e agendas, instituições e políticas, lutas e discursos, teorias e metodologias, conflitos e negociações, sujeitos individuais e coletivos. Vou também considerar que essa interface fala de uma articulação, de uma relação de mútua complementaridade e não de subalternidade de um termo ao outro.

Mesmo com uma história quase centenária de articulação institucional entre a Comunicação e a Saúde, só nos últimos trinta anos essa interface se tornou objeto de investimentos específicos – em pesquisa, formação e ação política – que aos poucos foram moldando, em escala cada vez mais ampliada, o entendimento de que ali não se apresentava um conjunto de instrumentos a serviço

da divulgação de conteúdos da saúde, mas um campo de saberes e poderes, profundamente vinculado à constituição das realidades e das relações de poder, por isto mesmo um campo de disputas, e permanentemente em disputa.

Duas pré-condições foram muito importantes para que esse movimento pudesse emergir e ganhar força. Uma delas, a noção de Saúde Coletiva, que, tendo como objetivo último favorecer a constituição de sujeitos sociais e a transformação dos coletivos, conferiu centralidade às pessoas, na Saúde, tornando possível assim, a criação de espaços propícios à comunicação. A outra foi o advento do Sistema Único de Saúde (SUS) que, ao definir a participação como um eixo estruturante de suas ações, posicionou a Comunicação no centro do seu projeto: sem comunicação não há genuína participação e sem participação não se efetivam alguns dos seus importantes princípios.

Desde então – e estou falando do início dos anos 1990 – iniciou-se um processo que aos poucos foi dando corpo, visibilidade e legitimidade a esse campo de interface. Um marco importante foi a criação do Grupo Técnico Comunicação e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), constituído por pesquisadores e profissionais com diversas vinculações institucionais que, por seus textos e sua participação nos espaços públicos da saúde, foram demarcando e sedimentando um entendimento do lugar da Comunicação em sua relação com a Saúde. Afirmaram sua importância para a política, o planejamento, a gestão e demonstraram, já naquele tempo, que sem Comunicação não há Saúde.

Sem esgotar as possibilidades, foram fundamentais nesse início os nomes de Aurea Pitta, Flávio Magajewski, Janine Cardoso, Ligia Rangel, Tetê Marques, Nilson Moraes, Homero Carvalho, Wilma

Madeira, Fernando Lefèvre e Valdir Oliveira, pioneiros, os que deram os primeiros passos. Na Fiocruz, foi oferecido um curso de atualização em Comunicação e Saúde e produzido um livro – *Saúde & Comunicação: visibilidades e silêncios* – que, apesar de há muito esgotado, continua a ser referência na área.¹ A Fiocruz, naquele momento, estava em ampla retomada de sua autonomia após a intervenção sofrida na ditadura militar e passou a constituir-se na principal instituição de Saúde a investir no crescimento da Comunicação.

Aos poucos, outros foram chegando e as conquistas foram se ampliando. Em 2001 tivemos um primeiro edital de pesquisa que acolheu especificamente projetos de Comunicação² e em 2002 a Fiocruz abriu vaga em concurso, pela primeira vez, para o cargo de pesquisador com perfil em Comunicação e Saúde. Foi também criado o Grupo de Pesquisa Comunicação e Saúde, vinculado ao diretório do CNPq.

Daí para a frente o processo de crescimento e legitimação como espaço de produção de conhecimento científico se ampliou e se tornou irreversível. Em 2003, uma tese doutoral de Comunicação foi uma das cinco finalistas no Prêmio de Incentivo à Ciência e Tecnologia para o SUS³ e o curso de atualização da Fiocruz foi convertido em especialização, hoje com nove turmas formadas. Em 2007, a Editora Fiocruz lançou um livro na coleção Temas da Saúde

1 PITTA, Maria Aurea da R. (Org.) *Saúde & Comunicação: visibilidades e silêncios*. Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 1995.

2 Edital da Coordenação Nacional de Aids/Unesco.

3 ARAUJO, Inesita S. *Mercado simbólico: interlocução, luta e poder*. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese (doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2002.

com o título *Comunicação e Saúde*⁴ e foi criada no ICICT/Fiocruz a *Revista de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis)*; também no ICICT, ainda em 2007, foi constituído o Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde e em 2009, teve início o Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, com cursos de mestrado acadêmico e doutorado.

Na Bahia e em Brasília foi introduzido o ensino da Comunicação nos cursos de graduação e no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais foram implantados cursos de especialização. Os congressos da Saúde passaram a abrir espaço para o tema, traduzido em eixos e GTs específicos. A revista *Interface – Comunicação, Educação e Saúde* (Unesp-SP) consolidou-se como uma das mais respeitadas publicações científicas na área da Saúde.

Nesse percurso, aos nomes pioneiros somaram-se outros, a exemplo de Antonio Cirino, Rogério Lanes, Rodrigo Murтинho, Ana Lefèvre, Katia Lerner, Ana Valéria Mendonça, Mario Scheffer. A produção científica foi intensificada, assim como a elaboração de dissertações e teses, tanto em programas de pós-graduação da área da Saúde como de outras áreas, particularmente das ciências humanas e sociais.

Tive a honra e o privilégio de, desde 2002, fazer parte dessa história e de algum modo contribuir com esse processo. Agora, passados quase 30 anos da emergência do SUS e tendo o ICICT/Fiocruz em 2016 completado 30 anos de sua criação, vejo o cenário da Comunicação e Saúde ser redesenhado pelas novas configurações sociais e tecnológicas. Se até há pouco tempo nossas vozes

4 ARAUJO, Inesita; CARDOSO, Janine. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

ocupavam um espaço escassamente habitado pelos enunciados que buscavam apontar a necessidade e os caminhos para a mudança das matrizes teóricas e de uma prática técnica e política que superasse a exclusividade da função instrumental da comunicação, hoje esse espaço anda intensamente povoado.

De todos os lados e de muitas formas e modos, vozes se apresentam no espaço público para falar de temas abrangidos pela Comunicação e Saúde, de tal sorte que, se antes já seria uma árdua tarefa a delimitação desse campo, hoje é praticamente impossível. Se isto vale para a sociedade como um todo, também é fato no nosso âmbito particular, o das instituições de saúde. Hoje, somos muitos mais e os que chegaram vão se incorporando, aprendendo, mas também acrescentando.

Os organizadores deste livro quiseram marcar esse momento particular reunindo aqui vozes que chegaram mais recentemente ao campo, aportando temas de seu interesse e investimento. Mas, também convocaram alguns que já estão com o pé na estrada há um certo tempo, que trouxeram experiência em práticas e políticas, agora submetidas a análises. Acrescentaram, por fim, alguns parceiros que, a partir de outros lugares de fala, levantam reflexões que podem estabelecer uma interlocução com as nossas. Todos, a seu modo, buscando se incorporar à construção de uma sociedade com mais direito à Saúde e à Comunicação.

Cristiane d'Avila e Umberto Trigueiros, em “Comunicação e saúde no ICICT: de ‘difusão da ciência’ a campo do conhecimento científico” contribuem de modo importante, ao fazerem uma revisão da trajetória da constituição da Comunicação no ICICT ao longo do tempo, desde sua criação. Pela importância que a Fiocruz, e particularmente o ICICT, tiveram nesse cenário histórico, seu

percurso coincide com o processo mais amplo em que a Comunicação, vista na Saúde inicialmente de modo utilitarista, vai progressivamente ganhando outras cores e contornos até se constituir legitimamente como campo científico. Foram três décadas de lutas e conquistas, que o texto dos autores buscou resgatar.

A preocupação com a mídia capitaneou dois capítulos. “Termos como pandemia, epidemia, surtos, biossegurança, entre outros, saíram do vocabulário mais restrito de epidemiologistas, microbiologistas, virologistas e passaram a ter um lugar cada vez mais cativo no imaginário social ao serem ‘alardeados’ e disseminados pela grande mídia”. Com essas palavras, Wagner Oliveira dá o tom de seu texto “Quando vírus, bactérias e mosquitos chegam ao noticiário”, no qual trata das relações entre ciência e sociedade e sua mediação pela imprensa, fazendo o que ele considera “uma discussão inadiável”. Trabalhando sobre narrativas e imagens publicadas na mídia a partir dos anos 1980, sobre diversas epidemias vetores e agentes causadores, o autor discute termos como “interesse público” e “verdades científicas”, concluindo que “os recortes e as abordagens da mídia [...] configuram, por si só, uma ‘emergência’ em saúde pública”.

É também da conturbada relação entre a Saúde e os meios de comunicação que trata o capítulo “Epidemias midiáticas, a doença como um produto jornalístico”. Claudia Malinverni e Angela Cuenca abordam esse assunto a partir do caso da falsa epidemia de febre amarela em Brasília, no verão de 2007-2008. Partindo do pressuposto de que o SUS vem perdendo a “guerra política”, as autoras defendem que isto pode ser debitado ao “fracasso da saúde coletiva brasileira na disputa pelos sentidos produzidos na arena pública”. A partir da análise de 118 matérias publicadas na *Folha*

de S.Paulo e recorrendo a consistente suporte teórico, Malinverni e Cuenca desvelam em seu estudo como foi construída uma “epidemia midiática”.

Outras questões, porém, se apresentam. Adriana Aguiar, Wilson Borges e coautores, a partir das noções de cultura e contexto, examinam as concepções de comunicação no currículo dos cursos de medicina. Partindo do pressuposto de que é “necessário inovar na formação de profissionais de saúde para promover o desenvolvimento de novas competências, revendo a relação teoria/prática e valorizando a importância do contexto para o ensino da medicina”, tendo como eixo o conceito de competência e adotando como premissa “a necessidade de valorização da cultura, da linguagem, do contexto, e o estabelecimento de relações de poder menos assimétricas nas práticas de saúde”, os autores analisam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Medicina. Entre suas considerações finais, afirmam que “a negociação de condutas e a construção compartilhada dos sentidos estão na agenda da formação e práticas, cabendo apoiar a capacidade dos cidadãos de ressignificar a própria vida, mesmo que a partir da doença e da perda (inexorável), mas também do prazer e dos recursos da comunidade. Tal tarefa exige, certamente, uma competência comunicacional complexa”.

A telessaúde como oportunidade de empoderamento dos pacientes é o tema do artigo de Angélica Silva. Ao longo de seu texto, a autora nos apresenta os vários significados da telessaúde, privilegiando os modos pelos quais foram apropriados pela indústria e pela academia. Mais comumente associada ao campo da tecnologia em saúde, Silva argumenta a favor da importância de sua inclusão como tema de estudo a ser abrangido pelos campos da informa-

ção e da comunicação na saúde coletiva. “Empoderamento” é seu conceito chave.

Partindo da premissa de que a retórica “está essencialmente associada aos processos de produção de verdade e das relações de poder” e de que ela é “constitutiva da própria linguagem”, Igor Sacramento e Wilson Borges discorrem sobre “A retórica da medicalização e a justificativa moral para a cirurgia bariátrica nos relatos de celebridades”. Este é o título do capítulo no qual eles analisam as argumentações e justificativas de duas pessoas do meio artístico, em entrevistas na televisão relativas ao procedimento cirúrgico para perda de peso a que foram submetidas. Os autores partem do pressuposto de que “a presença da retórica da medicalização da aparência, através dos relatos desenvolvidos pelos dois atores, opera na construção da justificativa moral para a redução de peso por meio da submissão à cirurgia bariátrica” e consideram que, ao apontar essa relação entre retórica da medicalização e justificativa moral, estão evidenciando “o quanto as chamadas novas provas enunciativas fornecem suporte para aquilo que certa linha do discurso de promoção da saúde tem qualificado como escolhas saudáveis”.

Dois capítulos discutem os dilemas enfrentados pelo jornalismo nos tempos atuais. Em “O jornalismo no seu labirinto”, João Figueira aponta que a atividade deixou de ser a grande referência de produção e distribuição de informações em larga escala e, diante da constatação de que “o atual ecossistema midiático mudou tudo e trouxe novos atores”, que produzem e consomem informação independentemente das formas clássicas de mediação, pergunta: “Sendo assim, para que serve ainda o jornalismo?” Ao longo do seu texto, busca uma resposta, numa revisão de literatura extensa

e cuidadosamente referenciada, chegando ao que denominou as “encruzilhadas do jornalismo”. Ali ele questiona: “Estaremos diante de uma tendência ou de um caminho sem retorno?”. Posiciona-se pela necessidade do jornalista para garantir a credibilização da notícia e sustenta que “o jornalismo, nas sociedades complexas que habitamos, deve ser visto e tratado como um bem de primeira necessidade, como são a água ou a eletricidade”.

Em “Indagações à identidade jornalística na era do virtual e da cultura da rede”, Fernanda Lopes também se ocupa das “mutações identitárias” do jornalismo na atualidade e indica a “busca pela gênese de algumas dessas transformações” como foco do seu texto. Cultura midiática e midiatização são conceitos que ela articula para estabelecer sua análise sobre a transição entre dois momentos, um já consagrado, vinculado à sociedade de massa moderna e outro ainda em curso, que caracteriza uma nova cultura comunicacional, “que vai se formando em face dos fenômenos do digital, do virtual e da rede”. Objetivando “compreender melhor as tensões e os conflitos vivenciados pelos jornalistas contemporâneos nas suas dinâmicas de construção identitária”, Lopes opta por olhar esses processos pelo prisma da contextualização histórica e ao longo do texto trata particularmente das questões relativas ao vínculo social do jornalista no ambiente da midiatização.

Por fim, Cesar Lima escreve sobre a relação entre literatura e comunicação na sociedade atual e nos propõe discutir “como, desde as cartas trocadas pelos modernistas Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade até os dias atuais, a literatura brasileira encontrou recursos criativos e lançou mão da própria Comunicação e do Jornalismo para distinguir-se em meio à avalanche informativa que não para de crescer”.

Uma história constituída, uma história por fazer. Os que fizeram os tempos idos continuam presentes, continuam na luta, são eles o testemunho vivo e pujante de que é possível ganhar espaços, visibilidade e legitimidade, mesmo em condições adversas. Os tempos vindos não são fáceis, nunca foram. Mas estão ancorados em sólidos pilares, que continuam sendo reforçados. Há muito ainda o que fazer, o que defender, o que construir. Este livro se inscreve nessa linha do tempo em permanente movimento. Que ele possa cumprir o destino dos livros, que é fazer ver, fazer pensar, fazer acontecer.



A RAZÃO DESTE LIVRO

É COM MUITA SATISFAÇÃO e sensação de dever cumprido que apresentamos este livro. Fruto do desejo de celebrar os trinta anos de um instituto da Fundação Oswaldo Cruz que assumiu para si a complexa tarefa de desenvolver inúmeras atividades voltadas à informação e à comunicação em ciência e tecnologia e saúde, a obra reúne nove artigos de professores e pesquisadores que investigam e problematizam, seja em seu cotidiano profissional, seja em salas de aula, os intrigantes e dinâmicos temas da comunicação e da informação e suas interrelações.

Não apresentamos aqui um livro de ensaios organizado a partir de um fio condutor teórico específico. Este nunca foi o nosso objetivo. Trata-se de uma publicação comemorativa de um instituto público voltado ao ensino e à pesquisa sobre comunicação e informação, que reúne textos cujos temas foram escolhidos livremente por seus autores, de acordo com sua área de atuação, investigação ou preferência. Dessa maneira, pretendeu-se trazer a público variadas possibilidades de leituras e reflexões sobre a comunicação em nosso tempo.

Esta iniciativa, organizada para também celebrar o fim de um ciclo de gestão, por oito anos consecutivos, do primeiro jornalista a dirigir um instituto da Fundação, foi possível pelo esforço e o engenho do Escritório de Captação de Projetos da Fiocruz, que por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (ISS) do município do Rio de Janeiro atraiu patrocinadores para a proposta de publicação de um livro, o que nos possibilitou realizar este trabalho.

Agradecemos, portanto, a todos os parceiros e em especial aos autores, que se dispuseram a atender ao nosso convite em meio a tantos afazeres cotidianos e a nos presentear com reflexões inovadoras, instigantes e de grande qualidade científica. A eles e a todos os futuros leitores oferecemos esta edição.

CRISTIANE D'AVILA
UMBERTO TRIGUEIROS



Comunicação e saúde no ICICT: de “difusão da ciência” a campo do conhecimento científico

CRISTIANE D’AVILA¹
UMBERTO TRIGUEIROS²

Introdução

O INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) é a unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz que participa da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de informação e comunicação no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde, com o objetivo de atender às demandas sociais do Sistema Único de Saúde (SUS) e de outros órgãos governamentais. Criado em 1986 pelo médico e sanitarista Sergio Arouca, então presidente da Fundação, o ICICT resultou, inicialmente, da demanda da

-
- 1 Jornalista, doutora em Letras pela PUC-Rio, Tecnologista em Saúde Pública da Fio-cruz, onde atua no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. Foi Coordenadora da Assessoria de Comunicação Social do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) de setembro de 2009 a maio de 2017.
 - 2 Graduado em Ciências Sociais pela UFF, em História da Literatura Espanhola pela Universidade de Estocolmo e em História Contemporânea da América Latina pelo Instituto Pedagógico da Universidade do Chile. Jornalista profissional desde 1966, trabalhou em diversos veículos de imprensa do Brasil e do exterior. Foi diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fio-cruz – ICICT/Fiocruz de maio de 2009 a maio de 2017, assessor de comunicação do Ministério da Saúde e Coordenador de Comunicação Social da Fio-cruz.

Fiocruz por um órgão destinado à formulação de uma política institucional de informação científica.³ Para esse fim, vários setores já existentes voltados a produção, tratamento, análise, divulgação e disseminação de informações,⁴ incluindo as bibliotecas da instituição (cujas trajetórias remontam à história da própria Fundação, inaugurada por Oswaldo Cruz em 1900), foram acomodados em uma única estrutura, denominada Superintendência de Informação Científica (SIC).

Gradativamente, ao longo dos últimos trinta anos, o ICICT vem assumindo o protagonismo em iniciativas de comunicação na Fiocruz. Essa posição resultou da estruturação paulatina das ações comunicacionais dentro da própria Fundação e sua prática institucionalizada pelo ICICT através do ensino, da pesquisa e dos serviços. Além de buscar constantemente superar a visão instrumental que ainda impera neste campo do conhecimento, o Instituto acolheu para si o desafio de investir em processos e metodologias científicas e de planejamento e gestão que reconhecem

3 Esse tipo de informação é resultado das pesquisas científicas e divulgado à comunidade por meio de revistas, base do sistema moderno de comunicação científica desde o século XVII. KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652006000200010>.

4 Segundo Inesita Araujo e Janine Cardoso, a informação, durante a ditadura militar no Brasil, teve seu papel reforçado junto ao planejamento e à gestão, sendo também vinculada à segurança nacional, através do Serviço Nacional de Informação (SNI). Passado o regime de exceção, teve intensificado seu vínculo com o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas, englobou subcampos como o da Informação Científica e Tecnológica e Informação em Saúde, e recebeu aportes da ciência da informação e da epidemiologia (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p. 31).

e reforçam o direito à comunicação como fator condicionante da melhoria da saúde da população.

Se analisados os documentos institucionais lançados como instrumentos de prestação de contas à sociedade, tal reposicionamento do instituto vem tomando corpo gradativamente, conforme revelam os “Relatórios de Atividades dos anos de 1990, 1993, 1994, 1997, 1998, 1999 e 2000”, “Revista do ICICT 2004, 2006, 2008 e 2009”. A partir de 2010, estas iniciativas passaram a ser registradas na revista jornalística “Inova ICICT”, lançada anualmente a partir daquele ano e bimestralmente desde 2012, no “Plano Quadrienal 2011-2014” e “Plano Quadrienal 2015-2018”. Este artigo, portanto, revisa essa trajetória.

Percorso calcado em processos de autoavaliação institucional

Esse movimento institucional, iniciado em meados da década de 1980, ocorreu em paralelo às discussões, em âmbito nacional, que levaram à Reforma Sanitária Brasileira (RSB), empreendida na segunda metade da década de 1970 por segmentos da sociedade em defesa da democratização e da reestruturação do sistema de serviços de saúde no país. Concomitantemente a essas iniciativas coletivas fomentadoras da RSB, em 1986 seria realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde (1986),⁵ um marco no processo da RSB, que teve na Fiocruz um de seus atores fundamentais para a articulação, elaboração e capilarização de suas proposições e de seus princípios. As conferências,

5 O Portal Fiocruz disponibiliza a Linha do Tempo das Conferências Nacionais de Saúde em <http://portal.fiocruz.br/pt-br/linhadotempo_conferenciasdesaude>.

iniciadas durante o governo Vargas como um fórum estritamente técnico, passaram a contar, a partir da década de 1980, com a representação de vários segmentos sociais, que, a cada quatro anos, se reúnem para avaliar e propor diretrizes para as políticas nacionais, estaduais e municipais de saúde. (...) a VIII CNS, um marco no processo de reforma sanitária brasileira e da afirmação da saúde como um direito de cidadania, foi o *locus* da emergência pública do discurso – hoje amplamente reconhecido – sobre direito à informação, educação e comunicação como inerentes ao direito à saúde. (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p. 26).

Em 1988, dois anos após a VIII Conferência, o relatório final do evento inspirou, como ressalta Jairnilson Paim (PAIM, 2012, p. 40), o capítulo “Saúde” da Constituição da República, desdobrando-se, posteriormente, nas leis orgânicas da saúde (nº 8.080/90 e nº 8.142/90), que permitiram a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a promulgação da Constituição Cidadã, a saúde passou a ser reconhecida como um direito social e dever do Estado, com artigo específico para tal fim (art. 196). E as conquistas foram além. “Considerando que a ideia de sistema é mais ampla do que o conjunto de estabelecimentos, serviços, instituições, profissionais e trabalhadores de saúde”, o sistema de saúde contempla, ainda no dizer de Paim, “um conjunto de agências e agentes que realizam ações de saúde específicas, como a vacinação e a consulta, ou inespecíficas, como a informação, educação, comunicação e o financiamento” (PAIM, 2012, p. 16). Corroborando a afirmação Janine Cardoso,

Saúde, assim, passa a ser vista quase como um direito-síntese, índice do acesso da população a tantos outros, como o direito ao emprego e salário digno, moradia, transporte, lazer, educação; o direito de estar informado e de expressar suas opiniões, de participar da vida política e da definição das políticas públicas: um dos muitos caminhos por onde podemos nos aproximar ou nos afastar de condições de vida mais saudáveis. (CARDOSO, 2001)

Em linhas gerais, a partir da IX CNS, realizada em 1992, comunicação, informação e educação passaram a ser discutidas como perspectivas relativas à participação social na definição de políticas públicas. A X CNS, em 1996, por exemplo, firmou prazos para a elaboração de uma política nacional de informação, educação e comunicação em saúde e a organização de um sistema nacional que articulasse esses três componentes. Em 2000, a XI CNS consolidou a fórmula Informação, Educação e Comunicação (IEC), recomendando a formulação de políticas coerentes com o SUS e a constituição de uma Rede Pública Nacional de Comunicação em Saúde. Em 2003, a XII CNS incluiu entre os seus dez eixos temáticos a comunicação e a informação e recomendou a realização da I Conferência Nacional de Informação, Comunicação e Educação Popular em Saúde. Em 2007, a XIII CNS, com o tema central “Saúde e qualidade de vida, políticas de estado e desenvolvimento”, recomendou em seu relatório final “viabilizar por intermédio dos fundos de saúde das três esferas de gestão do SUS o financiamento de planos, programas e projetos de informação, educação e comunicação em saúde”, e aprovou a Moção nº 135 pela realização da I Conferência Nacional de Comunicação.

Inesita Soares de Araujo e Janine Miranda Cardoso, no seminal livro *Comunicação e saúde*, apresentam o breve histórico das conferências pontuado anteriormente e as incipientes articulações e interfaces da informação, da comunicação e da saúde. Segundo as autoras, nas primeiras décadas do século xx a informação estava associada a procedimentos estatísticos/epidemiológicos e não sobressaía como área correlata à comunicação. Já a comunicação e a educação eram tratadas de forma amalgamada, configuração que seguiu até os anos 1970, quando a comunicação foi restringida, no âmbito dos ministérios, inclusive o da Saúde, às assessorias de comunicação (ou de imprensa).

“Falando de modo muito genérico, a informação aprofundou os fundamentos e métodos da produção dos dados e sua conversão em informação, e a comunicação deu mais atenção aos procedimentos pelos quais a informação pode ser tratada, circular e ser transformada em saberes pelas pessoas e instituições” (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p. 31). Com o tempo, compreendeu-se que, no campo da saúde, a comunicação não deve se dissociar da noção de direito, encaminhamento que levou à posterior conceptualização da comunicação e saúde como um novo campo de conhecimento que, para as autoras,⁶ deve estar intrinsecamente alinhado aos princípios doutrinários (universalidade, equidade e integralidade) e organizativos (descentralização, hierarquização e participação) que orientam o SUS (Idem, p. 61).

6 As autoras adotam a definição de Pierre Bourdieu para conceber campo como “espaço sociodiscursivo de natureza simbólica permanentemente atualizado por contextos específicos, formado por teorias, modelos e metodologias, sim, mas também por agentes, instituições, políticas, discursos, práticas, instâncias de formação e, muito importante, por lutas e negociações”. (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p. 20).

A SIC no alvorecer dos anos 1990

Foi, portanto, nesse ambiente que, pouco a pouco, a Superintendência de Informação Científica da Fiocruz avançou em práticas e processos de trabalho, realizando um movimento contínuo de incorporação de órgãos e setores diversos da Fundação responsáveis, naquele momento, por iniciativas em informação científica e tecnológica para a saúde. De acordo com o Relatório de Atividades da SIC de 1990, em sua estrutura organizacional inicial, a Superintendência foi composta de órgãos e setores que incluíam as bibliotecas da Fundação (Manguinhos, Saúde Pública, Saúde da Mulher e da Criança, Gonçalo Moniz e Aggeu Magalhães)⁷ e o Multimeios (setor de produção gráfica e programação visual). Ainda, segundo o mesmo documento, nos primeiros quatro anos (1986-90) foi criado o Centro de Computação Científica e incorporados à estrutura da SIC o Programa Nacional Integrado de Informação Fármaco-Toxicológicas⁸ e o Núcleo de Vídeo da Coordenadoria de Comunicação Social da Presidência da Fiocruz, o qual deu ensejo nada menos que às bases da produção audiovisual nacional no campo da saúde.⁹

7 Biblioteca de Manguinhos, Biblioteca de Saúde Pública, instalada no prédio da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Biblioteca da Saúde da Mulher e da Criança, localizada no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, e bibliotecas do Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz, em Salvador, e Aggeu Magalhães, em Recife. Atualmente, estas bibliotecas e outras 14 compõem a Rede de Bibliotecas da Fiocruz, coordenada pelo ICICT.

8 Atual Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox).

9 Em seu artigo “VideoSaúde 25 anos Um pouco de sua história e de seu ethos”, Áurea Maria da Rocha Pitta relata a origem do NVT, em 1989, quando ela e a pesquisadora do ICICT Janine Miranda Cardoso iniciaram o trabalho de organização do acervo de vídeos da Fiocruz, embrião da atual VideoSaúde Distribuidora. “Em 1987, quando cheguei à Fiocruz, havia uma disposição da Presidência em

Em meados de 1989, com a vinculação do Núcleo de Estudos em Ciência e Tecnologia da presidência da Fiocruz,¹⁰ a SIC recebeu nova denominação, passando a ser reconhecida como Superintendência de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (SICT). De acordo com o texto de apresentação do documento institucional,

A situação institucional vivenciada pela Superintendência no período de 1986-1990 revela um processo contínuo de incorporação de órgãos em momentos diferentes e que terminou originando uma estrutura fragmentada com setores heterogêneos e desarticulados entre si. Se, por um lado, a vinculação à estrutura da Superintendência dos setores que trabalham a informação, em seus diferentes aspectos, foi positiva, por outro lado tal situação acarretou automa-

iniciar uma linha de produção de Vídeos em Saúde. Se não existia ainda uma proposta de trabalho nesta área, era contagiante o entusiasmo com o relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) e com o debate das relações entre Saúde e Democracia. Este contexto pré-constituente era fortemente marcado pelo debate da democratização das comunicações no país e pela estreita relação existente entre Comunicação e Democracia que eu acompanhava como Radialista na época”. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/4299444.pdf?1369138076>>.

- 10 Esse núcleo seria o embrião do atual Laboratório de Informação em Saúde (LIS), do ICICT, onde atualmente se realizam grandes inquéritos nacionais e pesquisas em bases de dados em saúde para a Fundação, o Ministério da Saúde e outros órgãos governamentais nacionais. Em seus primórdios como Núcleo de Estudo em Ciência e Tecnologia da Presidência da Fiocruz, se voltava ao aprimoramento das metodologias de análise de dados provenientes de bancos de dados, ao desenvolvimento de metodologias para sistemas integrados de fontes de dados e informações, à sistematização, análise, geração e divulgação de informações na área de saúde e à construção de indicadores da atividade científica e tecnológica em saúde. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1993, p. 11).

ticamente um processo de sobrecarga gerencial e administrativa face às demandas operacionais diferenciadas, complexas e específicas dos nove setores que compõem a sua estrutura atual e que funcionam como estruturas independentes, sendo muito pequena a interligação entre ambos. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1990, p. 7).

Se havia a percepção de que a arregimentação de projetos e setores heterogêneos que trabalhavam a informação científica em seus diferentes aspectos originara uma estrutura fragmentada e desarticulada, o viés tecnológico da estrutura da SICT levou os gestores de então a proporem a criação do projeto institucional Infocruz. Tratava-se, de acordo com os registros documentais, de fazer da SICT uma unidade de Pesquisa e Desenvolvimento em Informação da Fiocruz. O Infocruz, a ser implantado e consolidado em 1991, deveria priorizar “o processo interno de produção, tratamento e disseminação de informações em C&T e o acesso a bancos de dados nacionais e internacionais”, a fim de que a então SICT atuasse como unidade técnico-científica responsável pela “formulação, implantação, manutenção, avaliação e reconstrução do Sistema de Informação C&T da Fiocruz”.

A comunicação, naquele momento ainda distante de sua configuração como campo de conhecimento alinhado à pesquisa e ao ensino e imbricado ao campo da saúde (movimento iniciado nos anos 1990), surgiu subliminarmente como instrumento de difusão de informação científica e tecnológica em saúde – uma vez que a proposta do Infocruz era fomentar um ambiente participativo de toda a Fundação através da criação de um Conselho de Informação em C&T e de um Comitê da Informática de Usuários. “Ao con-

templar o paradoxo descentralização ‘versus’ integração, o Infocruz introduzirá uma estrutura departamental central operando em um ambiente de planejamento participativo e representativo de todas as áreas da Fiocruz”, enfatiza do documento (p. 8). Antes, contudo, da implementação e consolidação do Infocruz, a SICT já definira como atividades-fim quatro linhas de atuação, ressaltando a relevância dada à articulação das atividades dispersas que abraçava: “Difusão da Informação Científica e Tecnológica”; “Computação Científica”; “Produtividade Científica e Tecnológica”; “Ensino”.¹¹

Segundo o mesmo Relatório de Atividades de 1990, elencou-se como responsáveis pela “Difusão da Informação Científica e Tecnológica – pilar fundamental de atuação da SICT” – o Sistema de Bibliotecas, o Multimeios e o Núcleo de Vídeo (NVT). Cabia às bibliotecas (citadas anteriormente), a prestação de atendimento ao usuário através de serviços diversos. Ao Multimeios, “órgão prestador de serviço por excelência”, competiam as áreas de Programação Visual e Artes Gráficas, que incluíam a produção de fotografia científica (execução de slides para publicações científicas, palestras e aulas de pesquisadores da Fundação), fotografia jornalística (documentação de atividades e eventos científicos), desenho científico, elaboração de formulários e receituários, edição de publicações científicas e livros, projetos gráficos para eventos científicos. Na produção gráfica, devia voltar-se à execução de serviços de impressão e encadernação de publicações da Fiocruz.

No âmbito do audiovisual, a percepção do uso das tecnologias de produção, edição e reprodução de imagens e sons como “veí-

11 Os registros documentais não apontam o lançamento do projeto Infocruz, tampouco explicitam porque não foi levado adiante.

culo para expressão da produção técnica e intelectual e de socialização do conhecimento” da Fiocruz se consolida através das atividades do Núcleo de Vídeo, conforme mencionado. Competia ao então NVT a difusão da informação científica e tecnológica através de dois polos: a Videoteca de Manguinhos¹² e o Banco de Recursos Audiovisuais (BRAVS).¹³ A proposta de ambos, documentada no Relatório de Atividades de 1990, era contribuir para a difusão de materiais audiovisuais, aproximando as áreas de produção do conhecimento, desenvolvimento tecnológico, ensino e serviços do setor saúde e da sociedade em geral.

No início da década de 1990 também entraria em cena a tecnologia que permitiria à Fiocruz ser um dos quatro nós da rede internacional de telecomunicações BITNET,¹⁴ juntamente com o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação de Am-

12 Iniciada em 1987 com aproximadamente 27 títulos, a Videoteca da Manguinhos possuía um setor de empréstimos na Biblioteca de Manguinhos. O trabalho de divulgação interna e externa incluía o envio da lista de títulos da videoteca para unidades da Fiocruz, secretarias estaduais e municipais de Saúde e Educação do Rio e universidades e núcleos de estudos em Saúde Pública de vários estados do país. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1990, p. 15).

13 Trata-se de um banco de dados criado em 1989 a partir da “identificação das unidades documentais, classificação do acervo e minutagem de cerca de 150 fitas componentes do acervo, que em 1989 totalizava 563 fitas”. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1990, p. 14). A criação do BRAVS foi fundamental para a formação de videotecas setoriais dentro e fora da Fiocruz.

14 BITNET, acrônimo para “Because It’s Time Network” foi uma rede remota, fundada em 1981 e administrada pelo CREN (*Corporation for Research and Educational Networking*, na sigla em inglês) em Washington, e usada para fornecer serviços de correio eletrônico e de transferência de arquivos entre computadores de grande porte em instituições educacionais e de pesquisa na América do Norte, na América do Sul, Europa e Japão. Chegou a alcançar mais de 2.500 universidades e institutos de pesquisa em todo o mundo. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/BITNET>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

paro à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A fim de preparar o ambiente institucional para a nova realidade, a SICT lançou, em meados de 1992, o embrião da Rede de Comunicação de Dados da Fiocruz (Rede Fiocruz), cujo objetivo seria ligar todas as unidades do campus da Fiocruz em Manguinhos, Rio de Janeiro, através de cabos de fibra ótica, bem como tornar possível o acesso aos serviços de comunicação oferecidos pelas redes acadêmicas nacionais (RTP, Rede Rio) e internacionais (Internet, BITNET). “A implantação do projeto Rede Fiocruz na sua totalidade resultará na formação de uma rede integradora de todas as unidades da Fiocruz, possibilitando a troca de informações internas e externas a nível nacional e internacional”, enfatiza o documento de prestação de contas de 1993.

Comunicação e saúde: de “difusão da ciência” a campo do conhecimento científico

Em 1992, a SICT é promovida a unidade de apoio à pesquisa da Fiocruz, passando a atender pelo nome de Centro de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (CICT). Nesse mesmo ano, um importante acontecimento viria a ser um marco na história do incipiente Centro: o registro, no Ministério da Cultura (1992), da VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz.¹⁵ Antes disso, em 1991, a Superintendência passara a coordenar a área de concentração “Ciência & Tecnologia, Saúde & Sociedade”, do Programa de Dou-

15 A VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz passa a incorporar, a partir dessa data, o Núcleo de Vídeo da presidência da Fiocruz. Com os anos se tornaria o maior polo de guarda, produção e disseminação de materiais audiovisuais em saúde do país e um dos setores estratégicos do ICICT.

torado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e a oferecer dois cursos de Aperfeiçoamento: Sistemas de Informação em Saúde e Comunicação em Saúde, conforme consta do Relatório de Atividades de 1993.

A partir de 1997, a distribuição de cópias de vídeos sobre saúde para a Fundação e instituições parceiras foi enriquecida com a reatualização da primeira Mostra de Vídeos em Saúde. Nesse período, a Distribuidora passou a constituir o Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (embrião do Departamento de Comunicação e Saúde, o DCS), onde pesquisadores do CICT atuavam no ensino, na pesquisa, no desenvolvimento e na avaliação de estratégias de comunicação no campo da saúde, construindo um acervo de textos sobre o tema, realizando pesquisas e elaborando projetos.¹⁶ Nesse período, o departamento já oferecia, a cada dois anos, o curso de Aperfeiçoamento em Comunicação e Saúde, inclusive assessorando a realização do curso em outras regiões do país. A memória registrada no documento institucional é corroborada por Áurea Pitta,¹⁷ então servidora do CICT, em artigo sobre os 25 anos da Distribuidora,

16 Nesse período o CICT já possuía outros cinco departamentos, além de coordenar três bibliotecas: o Departamento de Informação em Saúde, o Departamento de Estudos em Ciência e Tecnologia (DECT), o Departamento de Computação Científica, o Departamento de Multimeios e o Departamento de Administração e Planejamento.

17 Em 1994, a Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) cria o Grupo de Trabalho em Comunicação e Saúde. Em 1991, Áurea Pitta e Ilara Hammerli Sozzi Moraes realizaram, na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), o primeiro curso de pós-graduação de comunicação e informação em saúde, na modalidade de aprimoramento. Em 1995, como consequência desse movimento de alianças, acontece o lançamento o livro *Saúde e comunicação: visibili-*

Logo nos seus primórdios iniciamos o processo de registro da VideoSaúde no Ministério da Cultura de forma a institucionalizar a sua existência como projeto de interesse público, bem como de preparar as bases de um projeto de indução e fomento à produção audiovisual nacional no campo da saúde (...). Dada a natureza das atividades da VideoSaúde (...), instituiu ainda os primeiros Cursos Aperfeiçoamento em Comunicação (primeira iniciativa no campo do ensino no então CICT) voltados a profissionais de saúde da instituição e realizado em 1993. Os cursos eram expressão de reflexões do grupo de profissionais de diferentes formações que coordenava a VideoSaúde. Neste período surgiu o Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação, ponto de partida de diferentes iniciativas do ICICT no campo do Ensino e da Pesquisa. Surge também, por articulação da equipe da VideoSaúde, o Grupo de Trabalho Comunicação e Saúde da Abrasco – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e que inicia o debate das relações entre as Políticas de Comunicação e a Saúde Coletiva nos Congressos da Associação (PITTA, 2013).

Em 1999, já instituído como Departamento de Comunicação e Saúde, o DCS apresentou como missão “atender à crescente demanda prática e teórica em comunicação das instituições do setor saúde”, pois identificava a comunicação “como campo

dades e silêncios, publicação coordenada por Pitta e Flávio Magajewski, com conteúdo e colaboração de diferentes membros do GTCOM. Em 2007, Inesita Soares de Araujo e Janine Miranda Cardoso produzem e publicam o livro *Comunicação e saúde*, pela Editora Fiocruz. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/site/sites/gtcomunicacoesaude/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

social de disputa de sentidos pela hegemonia discursiva dos diversos atores sociais do campo da saúde”, conforme consta do Relatório de Atividades daquele ano. Pela missão adotada para o departamento, nota-se o início do reposicionamento conceitual da comunicação, pois ao identificá-la como campo social de disputa por hegemonia discursiva, o DCS deixa a ver que atribuiu a si autoridade para falar sobre o tema. Nota-se, inclusive, na apresentação do Relatório de Atividades, que pela primeira vez a comunicação é citada – no texto assinado pela diretora, a bibliotecária Maria Élide Bortoletto – como um dos objetivos do CICT, sendo este a prestação de assessoria técnica a fim de atender a crescente demanda prática e teórica em comunicação das instituições do SUS e do setor saúde.

No ano seguinte, em 2000, observa-se que o DCS passa a ser apresentado como “ex-Núcleo de Vídeo”, definindo como missão não apenas a responsabilidade de atuar na “execução, no ensino, na pesquisa e avaliação de práticas de comunicação e saúde, mas compreendendo a função estratégica dessas ações e a necessidade de elaboração de políticas públicas de comunicação para a consolidação do SUS”. Passou igualmente a afirmar a comunicação como “processo que deve garantir o acesso à informação como direito da cidadania”, “instrumento para a expressão das demandas da sociedade sobre saúde e temas correlatos” e “campo social de disputa de sentidos entre os diversos atores do setor saúde para a construção da hegemonia sobre o tema na sociedade brasileira”.

A comunicação assim entendida e registrada revela um novo olhar, de viés interdisciplinar, de interlocução com a incipiente pesquisa que o próprio programa de ensino do CICT começara a elaborar, problematizando de forma pioneira a comunicação e

a própria saúde.¹⁸ Nesse sentido, pode-se afirmar, seguindo a reflexão de Inesita Soares de Araujo, que esse novo lugar de fala do Centro não apenas determinava as vozes que seriam acionadas na enunciação, mas também apresentava a “comunicação como um espaço polifônico, onde os atores sociais concorrem com seus discursos, negociando os sentidos circulantes, em busca de uma parcela de poder” (ARAUJO, 2003).

Vale lembrar que, concomitantemente a esse processo, a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, já reconhecia que o pleno exercício do direito à saúde implicava garantir educação, informação e participação da população na organização, gestão e controle dos serviços e ações de saúde, assim como sua livre organização e expressão. Por conseguinte, a XI e a XII Conferências de Saúde, realizadas em 2000 e 2003, respectivamente, reafirmaram, com mais ênfase e de maneira mais refinada, a importância estratégica das ações de comunicação e informação como garantia da participação e do controle da sociedade em ações e políticas públicas de saúde. Em outras palavras, o direito à saúde torna-se indissociável do direito à comunicação e à informação, encaminhamento que levou à posterior conceptualização da comunicação como processo social determinante dos demais processos e a comunicação e saúde como um novo campo de conhecimento. Assim, o termo “Comunicação e Saúde” passou a indicar uma forma específica de ver, entender, atuar e estabelecer vínculos entre estes

18 O DCS tinha ainda como missão articular recursos institucionais para a realização de pesquisa e avaliação de práticas de comunicação no campo da saúde, realizar o curso de Aperfeiçoamento em Comunicação e Saúde, participar do GTCOM da Abrasco e do Núcleo de Pesquisa em Estratégias de Comunicação (NUPEC) da Escola da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

campos sociais e a apontar para um novo posicionamento do CICT. Ainda no dizer de Inesita Araujo e Janine Cardoso,

O campo da “comunicação e saúde” (...) é constituído pelos elementos de cada campo separadamente – da comunicação e da saúde —, porém, na sua interface. Não é uma perspectiva que vê a comunicação como um conjunto de instrumentos a serviço dos objetivos da saúde. As formas “comunicação em saúde”, “comunicação para a saúde”, “comunicação na saúde”, bastante utilizadas, refletem em geral a visão instrumental de comunicação, mais corrente nas instituições de saúde. Falar em comunicação “e” saúde aponta para uma distinção e uma opção teórica e política. (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p. 20).

Na esteira dessas reflexões, não por acaso a Fiocruz lançou, em 2002, seu Programa Integrado de Informação e Comunicação, produzido coletivamente por integrantes de sua Câmara Técnica de Informação, Informática e Comunicação.¹⁹ O documento, denominado informalmente de Livro Verde em função da cor escolhida para ilustrar a capa do livreto, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo (órgão máximo de deliberação da Fundação, constituído pelo presidente e diretores de todas as suas unidades), no IV Congresso Interno da Fiocruz²⁰ e publicado no Plano Quadrienal 2001-2005 da

19 As câmaras técnicas da Fiocruz foram instituídas em 1994 e organizadas por temáticas transversais e reúnem especialistas de diversas unidades da Fundação para propor ações e subsidiar políticas institucionais.

20 O Congresso Interno é o órgão máximo de representação da comunidade Fiocruz e a principal instância decisória da instituição. A ele compete deliberar sobre assuntos estratégicos relacionados ao macroprojeto institucional, sobre o regimento interno e propostas de alteração do estatuto bem como sobre matérias de importância estratégica para os rumos da instituição. As competências desse

instituição. O documento defendia a informação e a comunicação como iniciativas estruturantes das atividades institucionais.²¹

Em 2004, para celebrar seus dezoito anos de atuação, o CICT lança sua primeira revista institucional, em substituição aos relatórios de atividades, cuja última publicação datava de 2000. Em texto assinado pela nova diretora, a bibliotecária Ilma Noronha, o instituto é apresentado como “produto e produtor de uma época que confere importância estratégica à informação e à comunicação também para a melhoria da saúde da população e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país”. Aponta, ainda, o que seria o grande desafio da unidade: superar a visão instrumental que ainda predominava nesses campos.

A fim de confirmar a transformação do desafio proposto pela direção do CICT em ação, o mesmo documento traz registrada uma iniciativa até então inovadora em comunicação e saúde. Entre os anos de 2002 e 2003, o DCS realizara, de forma pioneira, a pesquisa “Promoção de saúde e prevenção do HIV/Aids no município do Rio de Janeiro: uma metodologia de avaliação para políticas públicas e

órgão colegiado estão explicitadas no Estatuto da Fiocruz. A cada quatro anos, o Congresso Interno se reúne. É presidido pelo presidente da Fiocruz e composto por delegados eleitos pelas unidades, em número proporcional aos de seus servidores. A primeira edição do Congresso Interno ocorreu em 1988, durante a gestão de Sergio Arouca. Disponível em: <<http://congressointerno.fiocruz.br/oque-%C3%A9>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

- 21 Na Fiocruz, a preocupação com os processos de comunicação, divulgação e informação como desdobramento de ações de saúde pública e de ciência e desenvolvimento tecnológico para a saúde foi registrada no 1º Congresso Interno, realizado em 1988. Em 2002, a instituição publicou o Programa Integrado de Informação e Comunicação da Fiocruz, no qual já indicava que a comunicação tem “lugar essencial na construção de uma cultura científica e tecnológica coletivamente compartilhada e para o estabelecimento de processos para a sua gestão participativa” e que a Fundação “ocupa um papel central na identificação, no fortalecimento e na formação de redes de informação, divulgação e comunicação entre sociedade e governos”. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Programa integrado de informação e comunicação da FIOCRUZ*. Rio de Janeiro, 2003. 29 p.

estratégias de comunicação”, cujo método avaliava as estratégias de comunicação para a prevenção do HIV/Aids em bairros municipais.

No mesmo ano de 2003, o CICT iniciaria o projeto Rede Dengue, visando desenvolver um método de planejamento e avaliação da comunicação nas políticas de saúde e da prática dos meios de comunicação e das instituições de saúde na prevenção da dengue. Em 2005/2006 seria a vez de outro projeto, intitulado “Fala Conselheiro!”, analisar os discursos e estratégias de comunicação através das falas dos conselheiros nas sessões plenárias da XII Conferência Nacional de Saúde, conforme registrado na revista institucional do CICT de 2006 (REVISTA CICT, 2006, p. 5).

Em 2006, já reconhecida como campo de investigação e praticada no serviço, no ensino e na pesquisa, a comunicação é definitivamente incorporada ao nome do Centro, naquele ano cancelado como Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Como o mais novo instituto técnico-científico da Fiocruz, o ICICT passa a assumir então a missão de realizar ações e elaborar políticas públicas de informação e comunicação científica e tecnológica em saúde para o SUS e outros órgãos governamentais. Naquele momento já coordenava, desde 2005, a interlocução da Fundação com a sociedade na internet através do Portal Fiocruz e da ferramenta Fale Conosco, desenvolvida pelo setor de Computação Científica da unidade.

A partir de então, o instituto lançaria o Selo Fiocruz (2006)²² a *Revista de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*

22 Fruto de uma parceria entre a VideoSaúde e a Editora Fiocruz, o selo Fiocruz Vídeo tem como objetivo popularizar e democratizar o acesso ao conhecimento em saúde pública, por meio da comercialização de DVDs a baixo custo, e, para incentivar a realização de vídeos sobre problemas relevantes para a saúde pública, lança periodicamente editais de concurso para produtores.

(*Reciis*), em formato digital (2008), o Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (2008) e iniciaria os cursos de mestrado e doutorado do inédito Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Informação e Comunicação em Saúde (2009), além de oferecer, de forma regular, a pós-graduação *lato sensu* em Comunicação e Saúde. Em 2009, o jornalista Umberto Trigueiros assume a direção do ICICT, posto nunca antes ocupado por um profissional de comunicação.

Nos anos seguintes, para divulgar suas ações para a comunidade Fiocruz e a sociedade em geral, a unidade institucionaliza uma Assessoria da Comunicação Social, lança a revista jornalística *Inova ICICT* (2010) e normatiza o uso institucional de redes sociais on-line como Facebook e Twitter. O ICICT seria ainda um dos protagonistas da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, aprovada em 2014, indicaria e aprovaria moção em defesa da comunicação pública na xv Conferência Nacional de Saúde, em 2015 e atuaria ativamente pela construção de uma nova Política de Comunicação da Fiocruz, publicada em 2017.

Considerações finais

O ICICT também desempenhou um papel de destaque ao conferir centralidade ao tema comunicação nas conferências nacionais de saúde e em diferentes fóruns de discussão e mobilização envolvendo a sociedade civil.

Paulo Gadelha, ex-presidente da Fiocruz²³

Como assinalado neste breve artigo, o ICICT surgiu na Fiocruz primeiro como superintendência de informação científica, logo se

23 Trecho de artigo do Paulo Gadelha publicado na revista *Inova ICICT* 2010.

transformou em Centro de Informação Científica e Tecnológica e, a seguir, em unidade técnico-científica da Fundação, ganhando o status e o reconhecimento como Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Nasceu no bojo da grande reforma inovadora empreendida pelo sanitarista Sergio Arouca com a sua chegada à presidência da Fiocruz. Eram os tempos da redemocratização do Brasil, da luta pela Reforma Sanitária, da VIII Conferência Nacional de Saúde, de apresentar propostas para a construção do SUS a partir de um conceito ampliado do que significa saúde para a população, de sua relação com os direitos sociais e com a democracia. Junto com o ICICT, novas unidades dedicadas também ao campo da pesquisa em informação e divulgação científica foram criadas, como a Casa de Oswaldo Cruz. Outras ganharam relevância e destaque, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Os campos da comunicação e da informação tornaram-se cada vez mais reconhecidos em sua importância e transversalidade com a saúde e a ciência e tecnologia.

Como reflexo dessas transformações, em 2014 o Relatório Final do VII Congresso Interno da Fiocruz apontou, no Eixo 2, “Ciência, Tecnologia, Saúde e Sociedade”, que a Fundação deveria apresentar como resultados para a sociedade, “Democratizar a comunicação, promover o debate público e o acesso à informação em saúde para os cidadãos” e “Formular e fortalecer políticas e ações de informação e comunicação em saúde, divulgação científica e popularização da ciência que promovam o debate público sobre saúde e CT&I, com vistas ao empoderamento da população”. Para o alcance destes resultados, a instituição deveria “Conceber, implantar, gerenciar, desenvolver e disseminar serviços, produtos e ferramentas baseados nas tecnologias de informação e comuni-

cação”. Constatou-se, assim, que tais processos e resultados iriam requerer, como recursos basais para a inovação na gestão, “Proporcionar estrutura compartilhada em tecnologias da informação e práticas para apoio à integração de ações estratégicas de comunicação da Fiocruz”.

Em vista destas diretrizes inseridas no Relatório Final do VII Congresso Interno da Fiocruz, não é incorreto afirmar que, para a Fundação, a comunicação deixava de ser “mero apêndice do processo de gestão” para incorporar “uma série de atributos que a identificam como insumo estratégico”.²⁴ Nesse sentido, conforme propõem Janine Cardoso e Inesita Araujo, se adotados os princípios doutrinários (universalidade, equidade e integralidade) e organizativos (descentralização, hierarquização e participação) do SUS para se pensar a prática comunicativa em saúde, a população – que historicamente, no âmbito das instituições de saúde, ocupou lugar de receptora da comunicação institucional – teria ampliado o controle social, tornando-se não apenas destinatária, mas interlocutora no desenvolvimento de ações comunicacionais. É possível afirmar, portanto, com base nessas diretrizes, que o ICICT vem consolidando a comunicação e a saúde em suas práticas e processos institucionais, configurando-se assim como ator estratégico na defesa da comunicação de interesse público como direito humano inalienável.

24 DUARTE, Jorge A. M., SILVA, Heloiza Dias da. Política de comunicação e gestão empresarial: a experiência da Embrapa. *Revista Organicom*, ano 4, n. 6, 1^o semestre de 2007.

Referências bibliográficas

ARAUJO, I. S. Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, n. especial, p. 46-57, jul./dez. 2003.

_____; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CARDOSO, Janine Miranda. Comunicação, saúde e cidadania: desafios colocados pela implantação do Sistema Único de Saúde. In: Conferência Nacional Brasileira de Comunicação e Saúde, 3, 2001, Adamantina. *Anais*. Adamantina, 2001, p. 561-578. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/5/5c/018_-_Janine_Miranda_Cardoso1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

DUARTE, J. A. M.; SILVA, Heloiza Dias da. Política de Comunicação e Gestão Empresarial: a experiência da Embrapa. *Revista Organicom*, ano 4, n. 6, 1º semestre de 2007.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Centro de Informação Científica e Tecnológica. *Rede FIOCRUZ: relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1994. 46p.

_____. *Relatório do VII Congresso Interno da Fiocruz*. Rio de Janeiro, 1994. 46p.

_____. *Rede FIOCRUZ: relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1993. 46p.

_____. Centro de Informação Científica e Tecnológica. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 2001. 159p.

_____. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1999. 103p.

_____. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1997. 89p.

_____. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1998. 93p.

_____. *Centro de Informação Científica e Tecnológica*. Rio de Janeiro, 1993. 17p. Apresentação dos serviços.

_____. Informação e Comunicação Científica e Tecnológica para o SUS. *Relatório de atividades 2011-2012*. Rio de Janeiro, 2012. 150 p.

_____. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. *Terceira oficina de gestão do ICICT: avaliação e propostas para os próximos anos*. Rio de Janeiro, 2009. 31p.

_____. *Planejamento estratégico; Plano quadrienal ICICT/FIOCRUZ; Quinta oficina de gestão 2015-2018*. Rio de Janeiro, 2015, p. 69. Informação e comunicação, saúde, inovação, desenvolvimento e inclusão social.

_____. *Programa integrado de informação e comunicação da FIOCRUZ*. Rio de Janeiro, 2003. 29p.

_____. Superintendência de Informação Científica e Tecnológica. *Relatório de atividades-1990*. Rio de Janeiro, [1991]. 39p.

INOVA ICICT: Revista do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro: ICICT, 2010. Disponível em: <<http://www.icict.fiocruz.br/inova-icict>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Periódicos

INOVA ICICT: revista do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro: ICICT, n. 2, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.icict.fiocruz.br/inoва-icict>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

REVISTA CICT. Revista comemorativa dos 18 anos do CICT. Rio de Janeiro: ICICT, [2004].

REVISTA CICT. Rio de Janeiro: ICICT, ano 2, n. 2, 2006. 27p.

REVISTA ICICT. Rio de Janeiro: ICICT, ano 3, n. 3, jan. 2008. 38p.

REVISTA ICICT. Rio de Janeiro: ICICT, ano 4, n. 4, 2009.



Quando vírus, bactérias e mosquitos chegam ao noticiário

WAGNER OLIVEIRA¹

AS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS estão recheadas de exemplos de doenças e agravos que alcançaram grande repercussão diante da opinião pública a partir do grande espaço que ganharam na imprensa. Sempre que um agente patogênico ou um vetor dá sinais de emergência, ou reemergência, estão lançados os sinais vitais para uma cobertura midiática pautada, como os próprios veículos se autorreferem por meio de editoriais, pelo grande interesse da sociedade, público, que o tema requer. Contudo, o que na linguagem dos veículos comerciais significa interesse público, muitas vezes pode indicar outro termo muito caro para a imprensa, a audiência. Muita audiência. E, com ela, um rol de imagens estereotipadas, verdades acabadas, cobertura homogeneizada, silenciamento de vozes, pouca ou nenhuma polifonia.

Alertas da Organização Mundial da Saúde (OMS) nunca obtiveram tanto espaço e repercussão. Termos como pandemia, epidemia, surtos, biossegurança, entre outros, saíram do vocabulário mais restrito de epidemiologistas, microbiologistas, virologistas e

1 Jornalista, mestre em Gestão, Educação e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e editor executivo do Selo Fiocruz Vídeo.

passaram a ter um lugar cada vez mais cativo no imaginário social ao serem “alardeados” e disseminados pela grande mídia. E a expressão “alardeados”, colocada aqui entre aspas, quer apontar justamente isso: dar um contorno a respeito de como a imprensa lida como os temas de saúde coletiva e ciência.

É lícito apontar que, quando esses temas são levados ao grande público pela mídia, passam a fazer parte do cotidiano das pessoas como um perigo real e imediato, saído diretamente da fértil imaginação de um roteirista de Hollywood. O tema pede contexto, precaução, evidências, procura por estudos sólidos, fontes médicas e científicas qualificadas. A imprensa, em muitas oportunidades, traz análises apressadas, imagens fortes, manchetes e títulos alarmistas, exacerbação de fatores de risco, narrativas de sofrimento e desumanização, direito dos pacientes em segundo ou nenhum plano. Dá espaço generoso a projeções que podem induzir ao pânico e ao medo. Mais do que isso, vírus, bactérias e mosquitos, entre outros temas, entram e desaparecem da pauta da mídia numerosas vezes sem deixar um lastro de debate qualificado sobre o lugar da saúde coletiva e o papel da imprensa numa perspectiva de comunicação pública dos temas da medicina e de ciência e tecnologia.

Trata-se, contudo, de uma discussão inadiável. O vertiginoso aumento da produção científica registrado a partir das últimas décadas do século XX e as crescentes inserções no cotidiano das novas tecnologias e de diferentes descobertas e estudos, incluindo aqueles do campo das Ciências da Saúde, ampliaram significativamente as relações entre ciência e sociedade, com implicações nos campos político, econômico, educacional e da informação e da comunicação.

Para Vogt e Polino (2003), de fato os temas científicos e tecnológicos conheceram nos últimos anos uma aproximação muito grande com o cotidiano da vida de nossas sociedades e, nelas, dos indivíduos e dos cidadãos que as integram e por elas são constituídos em identidades únicas e múltiplas, coerentes e heterogêneas, consistentes e contraditórias, constituindo uma dinâmica de predicados de que, sem dúvida alguma, fazem parte aqueles valores próprios do que vem sendo convencionalmente chamado cultura científica. A ciência e a tecnologia têm, ainda no entender desses dois autores, impacto sobre dimensões sociais variadas: a economia, a política, a comunidade (em termos de sociedade civil), os domínios institucionais especializados (saúde, educação, lei, bem-estar e seguridade social), a cultura e os valores – indústria cultural, crenças, normas e comportamentos.

Diferentes autores têm se ocupado dessas reflexões envolvendo ciência e sociedade. Castelfranchi (2008) problematiza a simplificação excessiva e o caráter triunfante do fazer científico, ressaltando uma situação pouco interpretativa e contextualizada. O pesquisador argumenta que comunicar a ciência não é apenas montar o que denomina um colar de pérolas (teorias de sucesso, descobertas geniais, invenções “revolucionárias”). “É mostrar em sua ação uma atividade humana imersa na sociedade, atormentada, feita de dúvidas e de lutas. É mostrar que a ciência, mais que a máquina semimágica para fornecer respostas certas, é um jogo apaixonante para inventar novas perguntas”. É preciso, na ótica do autor, contextualizar e explicar de modo crítico, responsável e rigoroso os efeitos sociais, culturais, econômicos e políticos inerentes a qualquer pesquisa e descoberta científica. Lerner (2014), por sua vez, lembra que vivemos um momento de grande interesse

da mídia por temas relativos aos processos saúde-doença, sendo frequentes as matérias sobre medicamentos, dietas, surgimento de novas doenças e epidemias.

Da mesma maneira, nos anos recentes adquirem cada vez mais destaque os estudos que se dedicam ao entendimento do papel dos veículos de comunicação social na divulgação da ciência, ou comunicação pública da ciência, na medida em que jornais, revistas, televisões, rádio e internet passaram a incluir de modo crescente em seus espaços editoriais reportagens envolvendo temas de ciência e tecnologia, notadamente aqueles associados ao campo da saúde pública. Oliveira (2014) observa também que as notícias sobre saúde podem se transformar em uma fonte de incerteza para o público quando exacerbam alguns fatores de risco por meio de quadros dramáticos negativos, fazendo sobressair a insegurança ou induzindo as pessoas a um comportamento marcado pelo medo e a angústia.

Imagens e narrativas que falam por si só

Nesse sentido, uma busca sobre o que se publicou na mídia sobre doenças, seus vetores e agentes causadores, a partir dos anos 1980, é reveladora. Quase um mergulho em mundo povoado de micróbios e insetos prontos para destituir das pessoas a paz de uma vida imune às doenças, conforme ilustram as figuras 1, 2 e 3 a seguir. Bactérias devoradoras de carne humana; vírus insidiosos que matam em questão de horas; micro-organismos mutantes e multirresistentes ao arsenal de medicamentos disponíveis; seres invisíveis comparáveis às mais temidas pestes da história; novas “pestes” trazendo risco para o equilíbrio mundial; mosquitos assassinos saídos das profundezas da natureza para deixar um rastro de doentes e moribundos por onde se instalam. Parece exagerado. Mas não é.



Fig. 1: Capas de revistas de grande circulação abordando mosquitos, vírus e doenças emergentes.



Fig. 2: Título sobre bactéria carregada de sentidos.



Fig. 3: Limites para a resistência humana.

O período entre março de 2014 e outubro de 2015, dessa maneira, é ilustrativo sobre como um assunto de saúde coletiva pode

ser tratado por parte significativa da imprensa. Máscaras e equipamentos de máxima segurança biológica no trato com os atingidos, cadáveres abandonados na rua apontando a velocidade de disseminação da doença, olhares esqueléticos de pacientes retratando pouca esperança de cura diante de tão devastador quadro. Um vírus rápido, implacável, traiçoeiro, contra o qual não há vacina nem medicamento. Terror, alerta vermelho, isolamento, ameaça global em marcha, conforme ilustram as figuras (4, 5, 6, 7 e 8). Com raras exceções, este foi o imaginário imediatamente criado e disseminado por parcela dos veículos de comunicação após o aparecimento de novos casos de ebola em três países da região subsaariana: Libéria, Serra Leoa e Guiné.



Fig. 4

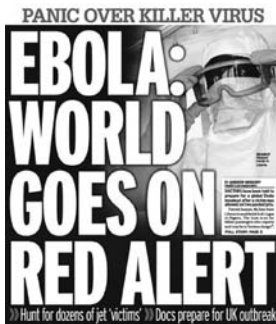


Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7

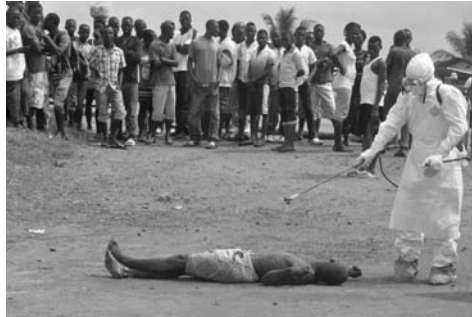


Fig. 8

Figs. 4 a 8: Narrativas marcadas por imagens fortes na cobertura sobre ebola.

Desigualdade e assimetria foram outras características da abordagem da mídia. Não é exagero apontar que a doença do ebola só passou a existir como alerta mundial depois que seu rápido avanço – e a paralela repercussão pela imprensa – configurou ameaça para os outros países. Se no início da epidemia eram majoritariamente os aspectos, digamos, mais “medievais” da doença que pauparam a cobertura midiática, num segundo momento a expansão da doença e a exportação de casos via voos internacionais passaram a incomodar muito mais, como descrito pela pesquisadora alemã Gaby-Fleur Böl (2015), pesquisadora do Departamento de Comunicação de Riscos do Instituto Federal para Avaliação de Riscos da Alemanha:

No mundo inteiro, países reagiram de forma distinta à crise do ebola. Canadá, Austrália e Arábia Saudita se recusaram a permitir a entrada de cidadãos de países do oeste africano. Alguns países europeus, incluindo o Reino Unido, ampliaram os controles de fronteira e conduziram checagens de saúde por oficiais das alfândegas, enquanto outros países da União Europeia, incluindo a Alemanha, dispensaram as medidas de controle de fronteiras, uma vez

que o Ministério Federal da Saúde considerou que o risco de disseminação aérea da doença durante viagens é muito baixo. Nos Estados Unidos, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) lançaram um alerta de nível 3, recomendando que as pessoas não viajassem para o oeste africano sem necessidade.

Mas, numa cobertura de mídia que se espera plena, onde foram parar a contextualização e a busca pelos determinantes sociais do problema? O epidemiologista Jaime Breth, em apresentação no 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 2014, deu pistas ao apontar o papel dos chamados determinantes sociais no contexto do ebola e o fato de a mídia quase não contemplar este aspecto. De acordo com ele (LEAL, 2014), em todo o planeta, se está comprando a melhor terra do mundo, e também fontes de água. Os países que estavam no coração da nova epidemia de ebola, como a Libéria, Guiné, Serra Leoa, eram justamente os centros maiores dessa problemática. A Libéria, por exemplo, foi adquirida por uma grande companhia que converteu territórios a preços baixíssimos e transformou áreas de plantio de alimentos em lavouras de soja transgênica. No entender de Breth, temos ainda o caso da Etiópia, que se converteu no maior produtor de quinoa [planta nativa da região dos Andes, na América do Sul] do mundo. A quinoa andina, indígena, está convertida em mercadoria no chamado “milagre etíope”, que se fez expropriando terras de pequenas comunidades e pagando cerca de cinco a vinte euros por hectare de terra ao ano. A ocupação desordenada do ambiente como ponto de partida para o desequilíbrio parasitas-hospedeiros-

humanos, na avaliação de Breth, estabelece razoáveis indícios para o estabelecimento da epidemia naqueles países.

Diante deste contexto, vem a indagação: questões como as trazidas pelo epidemiologista Breth chegam a pautar a imprensa numa cobertura mais sólida e crítica a respeito da situação do ebola? É lícito afirmar que pouco ou quase nada. Gaby-Fleur Bøl, analisou a progressão da epidemia de ebola, o papel da imprensa e de agentes de governo e as repercussões da doença na África e em alguns países ocidentais. A autora avaliou que, de fato, parte significativa da cobertura midiática foi pontuada por uma abordagem histórica, de pegada sensacionalista, descontextualizada, como no caso do médico norte-americano Kant Brantly, que esteve na África e fora exposto ao vírus.

Seguindo o estilo da notícia “espetáculo”, os principais canais de notícias americanos – CNN, Fox News e MSNBC – acompanharam de perto a ambulância que transportava Kant Brantly até o hospital em Atlanta, com câmeras em helicópteros e noticiário ao vivo. Evento midiático que alguns analistas chegaram a comparar, pela quantidade de pessoas grudadas na televisão em tempo real, à famosa fuga do ex-jogador de futebol americano O. J. Simpson, em 1995. Acusado de matar a esposa, O. J. foi perseguido nas ruas pela polícia – e pela imprensa –, rendendo altos índices de audiência aos canais de televisão e rádio em transmissão ao vivo.

De volta a 2015. Agora, era o “letal” e “traíçoeiro” vírus africano do doutor Brantly, e posteriormente, da enfermeira Nina Pham, que dava o enredo ao espetáculo midiático. Ambulância em frenética carreira por movimentadas avenidas, médicos e enfermeiros paramentados feito astronautas, bloqueio de vias periféricas. Apreensão e medo nas narrativas jornalísticas, conforme figuras 9 e 10 a seguir.



Fig. 9

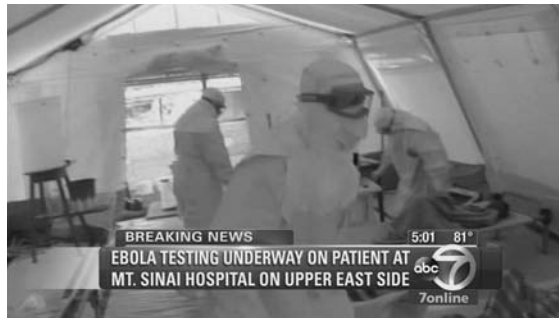


Figura 10: Televisão na “caça” ao paciente de ebola nos EUA.

“Dar a uma doença o ‘tratamento O. J.’ é um sintoma de uma doença da mídia para a qual parece não haver cura”, pontuou a escritora Leslie Savan (2014) em artigo na revista *The Nation* e também avaliado pelo Observatório da Imprensa (NUNES, 2014). “Em vez de dissipar mitos não científicos e políticos, o instinto em muitos veículos de mídia tem sido promovê-los”, escreveu. A mídia deveria, na visão de Savan, mostrar que os casos de ebola configuram “uma doença horrível com uma taxa de morte terrivelmente alta porque até agora apareceu apenas na África, onde água limpa, quarentenas à força e suprimentos médicos descartáveis são raros”, e não promover debates com quem acredita que se trata de um castigo divino ou qualquer besteira do tipo.

Savan distinguiu outros aspectos no evento. Um deles foi de que a angulação midiática dada ao episódio propiciava que correntes discriminatórias ganhassem musculatura a partir dos casos de ebola. Gaby-Fleur Bøl (2015), por sua vez, avaliou que houve na cobertura que associava ebola com “segurança da América” semelhanças com outros episódios envolvendo saúde pública, tal como o medo espalhado pelos casos de Aids no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. No calor do episódio, a própria imprensa, contudo, exergou seus limites. A revista *Forbes* (BROZAK, 2014), em análise publicada na edição de 12 de agosto de 2014, pontuou em tom de alerta que a quantidade de cobertura da mídia que os dois americanos afetados pelo ebola receberam foi extraordinária. “Talvez seja a maior atenção recebida por um estado de saúde na mídia moderna. Enquanto isso, na África, o surto atual de ebola se espalha apesar dos esforços locais para controlar a doença, ressaltando nossa confusão entre ameaças de saúde reais e imaginadas”.

Para ela, a “verdade científica” que a mídia deveria ter promovido não era a do ebola como um terror emergente de “outras” raças e imune ao tratamento ocidental, mas sim como uma terrível enfermidade, que tem uma enorme taxa de mortalidade porque até agora ela ocorreu apenas na África, onde são difíceis as condições de acesso à água tratada e aos suprimentos médicos. O fato de a primeira abordagem ter sido adotada pelos canais de notícias, a despeito de suas inclinações políticas, demonstra como mensagens anticientíficas e conservadoras ganharam espaço na televisão.

Celebridades, como o empresário e atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estiveram entre os que se manifestaram, ajudando a promover o medo e a misturar questões médicas com opção política durante o episódio do ebola. Trump usou o

Twitter para expressar sua preocupação com o vírus. “Paciente de Ebola vai ser trazido para os EUA em alguns dias – agora eu tenho certeza de que nossos líderes são incompetentes. MANTENHAM ELES FORA DAQUI!”, escreveu, completando que “pessoas que vão a lugares distantes para ajudar são ótimas – mas devem enfrentar as consequências!”.

O medo de contaminação foi relatado pela professora e escritora Lola Okolosie em artigo veiculado no site do jornal britânico *The Guardian*. Ela avaliou: “Na imprensa, as comunidades que lidam com o vírus estão sendo apresentadas como tendo uma desconfiança irresponsável da medicina ocidental. A sugestão é de que elas são, assim como o continente em que vivem, seu pior inimigo” (OKOLOSIE, 2014). Lola defendeu que a mídia britânica fizesse mais do que “repetir velhas narrativas sobre a ‘ignorância’ africana” e sustentou que era compreensível a reação das comunidades africanas atingidas pelo ebola às equipes médicas estrangeiras. “O medo e a desconfiança de instituições ocidentais são explicáveis no contexto de uma história de exploração por multinacionais e governos coloniais”.

Para Lola, descontextualizar os fatos aumentou o risco de se projetar a imagem da África como “um outro mundo”, a antítese da Europa e, por sua vez, da civilização. “No Reino Unido, comentários deixados em artigos midiáticos sobre o tema costumam refletir o predominante clima anti-imigração – com a diferença que agora ele é apresentado na moldura da ciência e da saúde pública. [...] Em vez de nos concentrar na realidade desesperadora das comunidades que estão vivendo com o vírus, nossa atenção se voltou para nós mesmos.” Na ótica de Lola, assim como aconteceu com a síndrome respiratória aguda grave (Sars, na sigla em inglês) e na

gripe suína antes, todo um imaginário social foi criado em torno da situação do ebola. Insegurança, medo e angústia nas manchetes, fotos e chamadas midiáticas, como ilustram algumas capas e primeiras páginas de veículos que trataram do tema indicadas a seguir.



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14



Fig. 15

Figuras 11 a 15: Antes tinha sido a Sars e a gripe suína; depois foi a vez do ebola. Padrões e enunciados que se repetem na cobertura sobre vírus e congêneres.

E a imprensa brasileira, de que modo reagiu? Como lidou com um quadro como aquele causado pelo ebola, pronto para criar tantos estereótipos e preconceitos, que requer forte embasamento técnico na elaboração de conteúdos, opinião qualificada da classe médica e de cientistas, ponderação e cautela, voz e empoderamento dos pacientes?

Aos fatos: o primeiro caso de suspeita de ebola no Brasil, envolvendo um refugiado de Nova Guiné, que estava no país desde o dia 19 de setembro de 2014. O paciente apresentou febre nos dias 8 a 9 de outubro, sendo atendido em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Cascavel, no Paraná, onde vivia, e foi transferido em 10 de outubro para o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz. Logo após o aparecimento desse primeiro caso suspeito no país, repórteres, cinegrafistas e fotógrafos montaram guarda no aeroporto para receber o avião que trazia a pessoa de Curitiba ao Rio de Janeiro para testes confirmatórios. Ao vivo, televisões transmitiram o momento em que o trem de pouso do avião tocou o solo. Reverência similar à chegada de papas e roqueiros ou de seleções de futebol retornando de conquistas no exterior.

À moda dos *paparazzi*, a imprensa perseguiu a ambulância que conduzia o paciente – lembrando que um acidente de trânsito durante o trajeto que incluiu passagem por uma das avenidas de tráfego mais pesado do Rio de Janeiro poderia expor ainda mais a população. Momentos depois de ele dar entrada para os testes, a imprensa já tinha descoberto e divulgado nome, sobrenome e perfil numa rede social. Daí em diante, plantão em frente ao hospital, apresentadores de programas policiais dando a entender que o “temível” ebola estava chegando ao Brasil e até projeções do avanço da epidemia no país. Pode parecer caricatural, mas foi assim que a imprensa lidou com a primeira suspeita de ebola no Brasil. O resultado do teste, importante resgatar, foi negativo. Após a realização de dois exames, a suspeita foi descartada e o paciente liberado logo depois de receber alta.



Fig. 16



Fig. 17



Fig. 18



Fig. 19

Ao se referir ao perfil da cobertura da mídia brasileira no caso suspeito de ebola, Sergio Rego, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), ressaltou que corremos o risco de, mais uma vez, as vítimas serem culpadas em vez de protegidas (Suspeita..., 2016). “Quantas pessoas podem deixar para procurar assistência mais tardiamente com medo de terem suas vidas expostas por jornais e TVs irresponsáveis?”, alertou em depoimento à revista *Radis*, defendendo

que a reflexão ética deve fundamentar as decisões tomadas em todas as instâncias, para não gerar mais problemas e pânico. “Trata-se de um refugiado; não deveria ter seus dados expostos.” Para o infectologista Fernando Verani, da Ensp/Fiocruz, outra grave consequência do alarmismo midiático foi prejudicar o trabalho de investigação de contatos, já que possíveis casos suspeitos poderiam não se apresentar às estruturas de saúde por receio de isolamento (Suspeita..., 2016).

Expondo suas preocupações com a falta de contexto nas reportagens a respeito do ebola e demais doenças, Gaby-Fleur Bøl (2015) sublinhou que é importante refletir sobre o olhar da mídia para essas questões. Pois é por meio da comunicação que as informações sobre a doença, disseminação, prevenção e controle serão amplamente difundidas na sociedade. Bøl escreveu sobre comunicação de risco em tempos de crise que:

As altas taxas de mortalidade de algumas dessas doenças e a por vezes exagerada cobertura da mídia sobre sua disseminação têm assustado as pessoas. Por outro lado, a comunicação por instituições públicas e especialistas – e pela mídia – desempenha um importante papel na apresentação adequada dos riscos de diferentes surtos e na prevenção do pânico. A experiência da epidemia de ebola – e nos casos precedentes de Sars e da gripe suína –, mostra que a comunicação em situações de crise é mais eficiente se a população tiver confiança nas autoridades competentes e nos especialistas. Essa confiança deve ser construída antes do surgimento de qualquer crise, por meio de informação compreensível, transparente e de fácil entendimento sobre os riscos e sobre o estágio atual das incertezas científicas.

Um mosquito à espreita na imprensa

Estamos, agora, no último trimestre de 2015. Entra em cena outro vilão de plantão: o *Aedes aegypti*. O imaginário criado em torno do mosquito progressivamente pela imprensa era bem sugestivo a respeito de com quem estávamos lidando. Senão vejamos:



Fig. 20



Fig. 21

Figuras 20 e 21: O mosquito é o bicho!

Todavia, nesse momento, o mosquito passa a apresentar uma nova faceta. Além de vetor dos agentes da dengue e da chikungunya, ele é capaz de transmitir o vírus Zika. Denominação que, aliás, ofereceu prontamente um prato feito para a mídia “brincar” com a palavra e dar outros sentidos para além da dimensão médico-científica-sanitária (figura 22). Zika, de acordo com os dicionários, é uma gíria que significa “algo muito ruim”, e também pode estar relacionada com uma maldição, um momento de baixo astral, um mau presságio ou um mau agouro. Assim, além do Zika, termos como síndrome e microcefalia e imagens de família atingidas se fixaram na visão coletiva a partir do conteúdo veiculado pela imprensa.



Figura 22: Zika como mau agouro, segundo os dicionários.

Como avaliou o editor do Observatório da Imprensa Carlos Castilho, (CASTILHO, 2016), não se conhece exatamente quais as consequências do Zika, mas, no caso do vírus da desinformação, já sabemos que ele é alimentado por dados desencontrados, incompletos ou descontextualizados, provocando dúvidas, incertezas e insegurança. Castilho apontou ainda que, enquanto cientistas estavam tentando mapear a propagação do vírus Zika, outro vírus, o da desinformação, contaminou a esmagadora maioria dos brasileiros. “Governos e indústrias farmacêuticas estão empenhados no controle da epidemia e na produção da vacina contra a enfermidade transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, mas até agora ninguém se preocupou em verificar como a imprensa está colaborando para o contágio da desinformação”.

Indo mais adiante, chegamos às manchetes, capas e fotos dedicadas a retratar a situação do Zika, principalmente ao sofrimento de famílias com casos de microcefalia, como ilustram as figuras a seguir.

World Health Organisation declares Zika virus public health emergency

UN body acts over mosquito-borne virus to trigger funding for prevention campaign and research to establish exact link to serious birth defects



Fig. 23



Fig. 24



Fig. 25

Figs: 23, 24 e 25: Mídia dando sentidos à doença do Zika.

Se as imagens falavam por si só, o que dizer de narrativas? Algumas chegaram a desenvolver um enredo com apelo épico e referências a obras literárias, como no relato extraído de revista semanal (O MUNDO..., 29 de janeiro de 2016):

Um mosquito ameaça nocautear a orgulhosa civilização do século XXI. Os autores de ficção imaginaram o mundo de joelhos diante de terroristas, de invasores do espaço, desenvolvido à Idade da Pedra por uma guerra nuclear total e até mesmo acossado pela progressão incontida de algum vírus misterioso... mas submetido a um mosquito? Isso não. Isso seria enredo de filme de terror de um tempo remoto da humanidade. No começo do século passado, a malária, transmitida por mosquitos, mandou para o hospital 10 de cada 100 trabalhadores encarregados da construção do Canal do Panamá – e só oito saíam de lá com vida....

Tristes trópicos. O zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, avança no Brasil, espalha-se pelo mundo e provoca uma onda de alarmismo. A questão agora é colecionar mais evidências científicas que comprovem a relação do vírus com os casos de microcefalia” [...]

[...] agora, mais de 100 anos depois, um outro mosquito está levando o presidente americano Barack Obama a convocar reuniões de emergência na Casa Branca, em Washington, e, do lado de lá do oceano, tirando do sério outro senhor do mundo, o russo Vladimir Putin. ‘E agora nos vem uma porcaria da América Latina’, disse Putin depois de ser informado sobre o potencial de destruição de vírus transportados pelo mosquito *Aedes aegypti*. Obama exigiu de seus sábios a produção imediata de uma vacina contra o zika, o vírus transmitido pelo *Aedes aegypti*. Ouviu deles que, na melhor das hipóteses, uma vacina contra o zika levará três anos para ser usada em larga escala”.

O Observatório da Imprensa (OI) destacou outros aspectos a respeito da cobertura do Zika, pontuando que o papel da imprensa nestas circunstâncias não é simples nem fácil, mas absolutamente essencial, e que cabe a ela tentar organizar e estruturar a quantidade cada vez maior de dados e informações existentes sobre questões científicas e médicas (CASTILHO, 2016). O problema, apontou o OI, é que a imprensa perdeu a capacidade de englobar e interpretar todos os dados disponíveis sobre enfermidades, porque há informação demais e recursos de menos para processá-los (CASTILHO, 2016):

As manchetes estão cheias de anúncios de cientistas, descobertas de centros de pesquisas ou promessas de ministros, governadores e prefeitos. A imprensa precisa mover-se com muito cuidado tanto no terreno científico como no político-administrativo para não assumir lados ou preconceitos. Um cuidado que a maioria dos jornais, revistas e telejornais não estão tendo porque dão mais destaque ao que parece espetacular e inédito em matéria de noticiário científico, sem falar no que pode favorecer governos ou oposições. [...] Além de gerar incertezas e dúvidas, estas manchetes provocam polêmicas acadêmicas e administrativas inevitavelmente complexas porque lidam com uma realidade científica ainda pouco conhecida, bem como com interesses e culturas muito diferentes presentes nos órgãos públicos e privados envolvidos no combate à epidemia, em especial a da microcefalia.

Raquel Aguiar e Inesita Araujo (2016) trouxeram instigantes reflexões em seu artigo sobre a cobertura da mídia em meio às “emergências” do vírus Zika. A mídia, perguntaram, apenas reflete a ausência de equidade que se verifica na saúde? Ou em seus dispositivos acentua e amplia a desigualdade social, ao simbolicamente associar a doença a uma presumível ignorância? A exposição da tragédia e de suas vítimas poderia contribuir de algum modo para a minimização das iniquidades sociais? A visibilidade das capas de jornais interessa aos visibilizados? Produz algum efeito em suas vidas? A quem ou a que serve esse dispositivo midiático?

Diferentes pesquisadores também ampliaram a discussão, apontando para o papel de outros atores nesse processo que envolve a exposição de um tema de saúde coletiva na mídia.

A pesquisadora Michele Pimenta (2016) chamou a atenção para as seguintes questões. Por que transformar o *Aedes* em inimigo? O que se ganha com isso? Financiamento de pesquisa e de “novas tecnologias”. Publicação de artigos, aprovação de projetos e visibilidade na academia e na mídia. Ameaça ao turismo e até aos Jogos Olímpicos. Venda de repelentes, de manchetes e jornais. Críticas (positivas ou negativas) ao governo nas esferas federal, estaduais e municipais, uso político de ações de controle e, quiçá, votos.

Outros micro-organismos, mesmas abordagens

Haveria, então, algo como um padrão nas abordagens que a mídia dá aos assuntos envolvendo doenças, micro-organismos e seus vetores? Quais os limites entre difundir notícias ou semear pânico e medo? Este foi um dos pontos de partida das pesquisadoras Flávia Natércia e Luísa Massarani (2014) ao avaliarem a cobertura televisiva para a gripe H1N1 em 2009. No entender delas, dependendo das escolhas feitas durante a cobertura de uma doença emergente, um veículo de imprensa pode ajudar a promover pânico ou a tranquilizar suas audiências. Ao analisar um programa de televisão, chegaram à conclusão de que foi privilegiada a disseminação de informações sobre a doença por causa de seu potencial dramático, associado às imagens de pessoas infectadas e mortas.

Outros assuntos das Ciências da Saúde, num quadro assim, parecem carregar ainda mais ingredientes para uma cobertura midiática que pode efetivamente contribuir para o desenvolvimento de altos níveis de ansiedade pública. Explora-se, com ênfase, como descreveu Sousa (2004), os fragmentos que podem produzir sensação, espetáculo, dar ideia de ritual, confirmar estereótipos.

É bem revelador, nesse sentido, o episódio das chamadas bactérias resistentes e das bactérias “devoradoras de carne humana” (figuras 24 a 27). Há nas construções textuais das reportagens, nas fotos e títulos escolhidos toda uma narrativa repleta de sentidos, interesses e enquadramentos. Uma bactéria com superpoderes, que demanda uma investigação das autoridades; o drama humano exposto sem medidas; imagens que remetem a um quadro mais severo dos pacientes que procuram as unidades de saúde. E, finalmente, uma denominação criada a perfeição para uma pegada sensacionalista: devoradora, comedora de carne humana.



Fig. 24



Fig. 25

Figuras 24 e 25: Drama humano em exposição.

Uma agência de notícias disparou: “O Estado da Flórida (EUA) registrou a terceira morte provocada por uma bactéria que vive na água do mar e devora carne humana, informou o departamento de saúde local nesta quinta-feira... De acordo com especialistas, quando entra na corrente sanguínea, ela ocasiona febre, queda de pressão, úlceras na pele e, em 50% dos casos, pode levar à morte.” “Ken ‘humano’ brasileiro contrai bactéria comedora de carne após cirurgia: Buraco horrível”, *twittou* um jornal com perfil popular.

Noutra narrativa de mídia, agora em jornal de abrangência regional, foi noticiado que “Rodrigo Alves, mais conhecido como ‘Ken humano’ brasileiro, contraiu uma bactéria devoradora de carne após uma cirurgia”. Por fim, abriu espaço para a própria pessoa expressar a situação por que passava. “Um buraco horrível apareceu no meu nariz, que foi comido pela infecção. Se ela não parasse, poderia ter devorado toda a face”.

Na editoria “Equilíbrio e saúde” de jornal de grande circulação, título da reportagem anunciou que médicos identificaram superbactéria inédita em paciente brasileiro. E seguiu no parágrafo de abertura: “uma superbactéria inédita no mundo foi identificada no sangue de um paciente que ficou internado no Hospital das Clínicas de São Paulo no ano passado e colocou a comunidade científica internacional em alerta.” Já um portal de notícias, em tom de alerta, trazia outros elementos sobre o caso das superbactérias. “O surto da bactéria KPC no Hospital Municipal de Americana (SP) foi controlado, mas o micro-organismo continua atacando nas salas intermediárias, onde ficam os pacientes que esperam por uma vaga na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI)”.



Fig. 26



Fig. 27

Figuras 26 e 27: Corra que a bactéria vem aí.

Abordagens que podem se repetir. No verão de 2008, foi a vez da febre maculosa, doença infecciosa febril aguda, que pode causar desde formas assintomáticas até casos mais graves. No Brasil, é causada pela bactéria *Rickettsia rickettsii*, transmitida pelo carrapato da espécie *Amblyomma cajennense*, popularmente conhecido como carrapato-estrela. O surgimento e a possibilidade de confirmação de casos da doença trouxeram para o centro da cena midiática a bactéria e o carrapato-estrela. Por pelo menos duas semanas, a febre maculosa ocupou generoso espaço na mídia. Passado o tempo, ou a vida útil como notícia-espetáculo, e na maioria das vezes sem confirmação de projeções dos “muitos atingidos”, sumiu das páginas tal qual uma doença negligenciada. Mas volta e meia reaparece como a temida febre do carrapato.

Um ano antes, a notícia de que o Brasil enfrentava uma epidemia de febre amarela provocou uma corrida aos postos de saúde de pessoas que buscavam a vacina anti-amarela. De acordo com a revista *Radis* (MOROSINI, 2016), enquanto as autoridades sanitárias divulgavam um quadro de “normalidade epidemiológica”, a imprensa duvidava das declarações oficiais e tratava o caso como “epidemia fora de controle”. O impacto sobre o serviço de imunização foi imediato: em quarenta dias, houve a aplicação de 13 milhões de doses da vacina, contra uma rotina anual que distribuía entre 15 e 16 milhões de doses. “A fabulação midiática pregou o uso irrestrito da vacina, levando a uma explosão da demanda e ao caos no atendimento”, contou a jornalista Cláudia Malinverni, doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/Usp), durante o debate “Epidemias, jornalismo e (in)visibilidades”, realizado na Fiocruz. O pânico, como relatou a pesquisadora, foi fomentado pela soma de

equivocos em matérias que não identificaram o ciclo da doença e indicaram o *Aedes aegypti* como o mosquito transmissor; abusaram do termo “epidemia”, quando ocorria uma epizootia amarálica [caracterizada pela manifestação contagiosa da doença em animais e que se propaga com rapidez]; e transformaram a febre amarela silvestre em urbana. “De repente, o leitor que morava na avenida Paulista passou a achar que poderia contrair a doença”, diagnosticou Malinverni (MOROSINI, 2016).

Os cenários, processos, referências e casuísticas aqui apresentados querem sublinhar a importância das reflexões acerca do como a imprensa lida com temas de ciência, tecnologia e saúde coletiva. Porque olhar para manchetes, títulos, fotos e outros elementos jornalísticos é constatar que precisamos debater outras urgências. Os recortes e as abordagens da mídia necessitam de ampla e permanente discussão. Configuram, por si só, uma “emergência” em saúde pública. Trata-se, portanto, de uma notícia que precisa circular amplamente, ganhar capilaridade, ser entendida como um desafio intersetorial. Virar pauta social.

Referências bibliográficas

AGUIAR, R.; ARAUJO, I. A mídia em meio às “emergências” do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde. *Reciis — Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2016. Disponível em: <www.reciis.ici.ct.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1088/pdf_1088>. Acesso em: 5 out. 2016.

BÖL, G. Risk Communication in Times of Crisis — Pitfalls and Challenges in Ensuring Preparedness Instead of Hysterics. *EMBO*

Reports, v. 17, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4718415/>>. 09/12/2015. Acesso em: 4 out. 2016.

BROZAK, S. Ebola Has Landed. *Forbes*. Nova York, 5 ago. 2014. Disponível em: <www.forbes.com/sites/stephenbrozak/2014/08/05/ebola-has-landed/#df186f35c2b0>. Acesso em: 3 out. 2016.

CASTELFRANCHI, Y. Para além da tradução: o jornalismo científico crítico na teoria e na prática. In: MASSARANI, L.; POLINO, C. Los desafios y la evaluacion del periodismo científico em Iberoamerica. *Relatório. Jornadas ibero-americanas sobre ciência em los médios massivos*. Santa Cruz de La Sierra: Aeci, Ricyt, Cytel, SciDevNet, OEA, 2008.

CASTILHO, C. O vírus da desinformação. *Observatório da Imprensa*, 16 fev. 2016. Disponível em: <<http://observatorio.daimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-virus-da-desinformacao/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

MEDEIROS, N.; MASSARANI, L. Difundindo notícias ou pânico? A cobertura da gripe A (H1N1) no Jornal Nacional e no Fantástico. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Orgs.). *Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

LERNER, K. Doença, mídia e subjetividade. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Orgs.). *Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

LEAL, L. Produção do conhecimento e conflitos territoriais: do grito à metacrítica, 13 nov. 2014. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/producao-de-conhecimento-e-conflitos-territoriais-do-grito-a-metacritica>. Acesso em: 15 nov. 2016.

NUNES, L. O papel e a responsabilidade da mídia diante do ebola. *Observatório da Imprensa*, 12 ago. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/_ed811_o_papel_e_a_responsabilidade_da_midia_diante_do_ebola/>. Acesso em: 3 out. 2016.

O MUNDO se curva ao *Aedes aegypti*. *Veja*. São Paulo, 29 jan. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/saude/o-mundo-se-curva-ao-aedes-aegypti/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, V. C. As fabulações jornalísticas e a saúde. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Orgs.). *Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

OKOLOSIE, L. Ebola Has Infected Public Discourse with a New Xenophobia. *The Guardian*. Londres, 4 ago. 2014. Disponível em: <www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/04/ebola-public-discourse-xenophobia-midwives-nigeria>. Acesso em: 3 out. 2016.

PIMENTA, M. Mosquito bom é mosquito morto. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, edição 336, 12 maio 2016. Disponível em: <www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/1022/n/mosquito_bom_e_mosquito_morto>. Acesso em: 10 out. 2016.

MOROSINI, L. Entre o alarde e a notícia. *Radis*, Rio de Janeiro, edição 166, 1º jul. 2016. Disponível em: <www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/166/reportagens/entre-o-alarde-e-noticia>. Acesso em: 27 out. 2016.

SAVAN, L. What's behind the media's Ebola sensationalism? *The Nation*, 5 ago. 2014. Disponível em: <www.thenation.com/article/ebola-gets-oj-simpson-treatment/>. Acesso em: 2 out. 2016.

SOUSA, C. M. Para relativizar ciência e jornalismo. In: DINIZ, A. (Org.). *Comunicação e Ciência: análise e gestão*. Taubaté: Cabral, Livraria Universitária, 2004.

SUSPEITA de ebola expõe despreparo da imprensa. *Radis*, Rio de Janeiro, edição 246, 1 nov. 2014. Disponível em: <www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/146/sumula/suspeita-de-caso-de-ebola-expoe-despreparo-da-imprensa>. Acesso em: 6 out. 2016.

VOGT, C.; POLINO, C. *Percepção pública da ciência: resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

Fontes das Figuras

Figura 1

Revista Superinteressante. Edição 118, julho de 1997

Link:

http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-780208506-superinteressante-n-118-na-mira-mosquito-assassino-jul1997-_JM

Revista Superinteressante edição (Portugal) 199, novembro de 2014

Link:

http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com_content&limitstart=325

Revista Época. Edição 522/4 de maio de 199

Link

<http://colunas.revistaepoca.globo.com/fazcaber/tag/capa/page/7/>

Figura 2

Bactéria devoradora de carne humana faz terceira vítima na Flórida

UOL Notícias 08.08.2014

Link

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/efe/2014/08/08/bacteria-devoradora-de-carne-humana-faz-terceira-vitima-na-florida.htm>

Figura 3

Bactérias resistentes Jornal da Tarde

Publicado em 7 de jun de 2012

Link

<https://i.ytimg.com/vi/UOUzJ3ro4uc/hqdefault.jpg>

ou

TV Bandeirantes café com jornal

<https://i.ytimg.com/vi/nvU44N-vD1s/maxresdefault.jpg>

Figuras 4 a 8

Ebola

Daily News 11 outubro 2014

<http://media.gettyimages.com/photos/daily-news-front-page-october-11-headline-ebola-scare-in-brooklyn-picture-id458342760>

The sun 31 12 2014

<http://www.scoopnest.com/user/SkyNews/550057647681314817>

Mirror

15 08 2014

<http://www.mirror.co.uk/news/gallery/ebola-continues-claim-new-victims-4056562>

<http://i1.mirror.co.uk/incoming/article4056531.ece/ALTERNATES/s1227b/Ebola.jpg>

Daily Mirror 18 08 2014

<http://i4.mirror.co.uk/incoming/article6333122.ece/ALTERNATES/s1227b/Ebola-ragout-Daily-Mirror.jpg>

San Diego Tribune

Time/The ebola fighters

10 12 2014

<http://www.sandiegouniontribune.com/sdut-ebola-fighters-named-time-person-of-the-year-2014dec10-story.html>

https://www.google.com.br/search?noj=1&biw=1366&bih=589&bs=isz%3Alt%2Cislt%3A2mp&tbm=isch&sa=1&q=time+magazine+ebola&oq=time+ebola&gs_l=img.1.0.0i7i30k113j0i8i7i30k113j0i30k1.14243.21132.0.24029.14.9.0.0.0.161.843.5j3.8.0....0...1c.1.64.img..8.1.107.-IS_KrElyiM#imgsrc=rHZ_5rPPkdLwjM

Washington Post cadáver rua

09 05 2014

https://www.washingtonpost.com/wp-apps/imrs.php?src=http://img.washingtonpost.com/rf/image_908w/2010-2019/WashingtonPost/2014/09/05/Foreign/Images/APTOPIX_Liberia_Ebola-0055e.jpg&w=1484

ou

<https://infograph.venngage.com/p/23196/ebola-outbreak>

Figuras 9 e 10

The daily beast 08 04 2014

<http://www.thedailybeast.com/articles/2014/08/04/sanjay-gupta-on-the-ebola-front-lines.html>

ABC TV 04 08 2014

<http://abc7ny.com/health/patient-isolated-at-mt-sinai-being-tested-for-ebola/240003/>

http://cdn.abclocal.go.com/content/wabc/images/cms/automation/vod/239969_1280x720.jpg

Figuras 11 a 15

Sars

Newsweek 8 5 2009

https://i.kinja-img.com/gawker-media/image/upload/s—IrBR63J3—/c_scale,f_auto,fl_progressive,q_80,w_800/17z23azrtmiqejpg.jpg

<http://io9.gizmodo.com/5943220/9-global-disasters-that-never-came-to-pass>

Swine flu

Blog Reuters 27 4 2009

http://blogs.reuters.com/fulldisclosure/files/2009/04/ny_dn.jpg

Ebola

Bloomberg Businessweek 24 09 2014

<http://businessweek.tumblr.com/post/98299251179/this-weeks-cover-the-us-could-have-stopped>

Figuras 16 a 19

Ebola

Diário de Pernambuco 11 10 2014

<http://4.bp.blogspot.com/-tdmryyYJNSQ/VDjiflaZMYI/AAAAAAAFyA/4cSi8tC9bYE/s1600/20141011015856265129e.jpg>

A Tarde 11 10 2014

http://4.bp.blogspot.com/-gGdrQipwA5M/VDm82o1-taI/AAAAAAAA-AWe4/zE3-F2YiAvo/s1600/BRA_ATARDE.jpg

Correio 11 10 2014

[http://2.bp.blogspot.com/-PQ0Xik5naK4/VDm8yy7RxVI/AAAAAAAA-AWdw/WB5Fib14UWE/s1600/BRA%5EBA_COR%2B\(1\).jpg](http://2.bp.blogspot.com/-PQ0Xik5naK4/VDm8yy7RxVI/AAAAAAAA-AWdw/WB5Fib14UWE/s1600/BRA%5EBA_COR%2B(1).jpg)

Gazeta do Povo 11 10 2014

http://1.bp.blogspot.com/-E4RrULEYPa4/VDm83saa-gI/AAAAAAAA-WfQ/ilAj3Rwz5z0/s1600/BRA_GDP.jpg

Figuras 20 e 21

Veja 03 01 2016

https://www.google.com.br/search?q=veja+3+de+fevereiro+de+2016&sa=X&espv=2&tbm=isch&imgil=5KurSwizMB12SM%253A%253BhFC7Hz-oTIhNbM%253Bhttps%25253A%25252F%25252Fpdf-magazine-download.com%25252F31889-veja-3-de-fevereiro-de-2016.html&source=iu&pf=m&fir=5KurSwizMB12SM%253A%252ChFC7Hz-oTIhNbM%252C_&usg=_i-KZ6MhhYaA7SHqjXnNdzp8uh8%3D&biw=1366&bih=638&ved=0ahUKEwiNs5vSi-bSAhUHlpAKHZzoBMcQyjcIPg&ei=M1LQWM3NEIeswgSc0ZO4DA#tbs=isz:m&tbm=isch&q=Aedes+veja+3+de+fevereiro+de+2016&*&imgrc=cYxf9nqa3AKJ4M:

Época 07 11 2014

<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/noticia/2014/11/o-bicho-vai-pegar.html>

Figura 22

Jornal do Commercio 25 06 2015

Deu Zika

<http://jconlinedigital.ne10.uol.com.br/web/>

Figuras 22 a 24

The Guardian 01 02 2016

<http://brasileiros.com.br/wp-content/uploads/2016/02/repercussaointernacional.png>

<http://brasileiros.com.br/2016/02/epidemia-zika-oms-destaque-jornais-internacionais/>

O Globo 29 01 2016

<http://oglobo.globo.com/brasil/epidemia-do-virus-zika-ha-razao-para-panico-18565517>

Veja 29 01 2016

<http://veja.abril.com.br/saude/o-mundo-se-curva-ao-aedes-aegypti/>

O Sul 05 09 2016

<http://www.osul.com.br/por-que-ha-mais-casos-de-microcefalia-no-brasil-do-que-em-outros-paises-afetados-pelo-zika-virus/>

<http://www.osul.com.br/wp-content/uploads/2016/09/microcefalia.jpg>

Figuras 24 e 25

Extra 14 04 2016

<http://extra.globo.com/noticias/mundo/ken-humano-brasileiro-contra-bacteria-comedora-de-carne-apos-cirurgia-um-buraco-horrivel-19087387.html>

Portal Terra 07 14 2014

https://saude.terra.com.br/bacteria-devoradora-de-carne-humana-faz-terceira-vitima-na-florida,bbd29fdfd62b7410_VgnCL-D200000b2bf46d0RCRD.html

Figuras 26 e 27

O Estado de S. Paulo 09 10 2010

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,superbacteria-e-registrada-em-sp-hospital-das-clinicas-teve-70-casos-imp-,622716>

<http://brasil.estadao.com.br/blogs/arquivo/aconteceu-em-8-de-outubro-4/>



APRENDA FACIL A
USAR O SEU CELULAR



COMPRE AQUI!

Epidemias midiáticas, a doença como um produto jornalístico

CLÁUDIA MALINVERNI¹
ANGELA MARIA BELLONI CUENCA²

EM 2012, DURANTE a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, entre os adereços da festa hiperbólica, um chamou a atenção da audiência mundial: um enorme hospital cenográfico, representando o sistema público de saúde britânico. Nas palavras do diretor artístico do evento, o cineasta Danny Boyle, a inusitada alegoria foi um tributo ao National Health Service (SHN), uma das grandes conquistas do povo da Grã-Bretanha e motivo de orgulho nacional.

O sanitarista Arthur Chioro, ministro da Saúde de Dilma Rousseff entre 2014 e 2015, costuma citar esse episódio para fazer o contraponto entre o prestígio do SHN junto à população britânica e a aparente má vontade do brasileiro com o Sistema Único de Saúde (SUS). Para ele, a cena registrada na festa londrina seria inimaginável no Brasil olímpico de 2016 porque o SUS perdeu a guerra política e, com ela, a capacidade de se impor como patrimônio do povo.

1 Jornalista e doutora em ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP, coordenadora editorial da Coleção Audioteca da FSP-USP.

2 Professora doutora da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Certeiro, esse postulado demanda uma problematização. Se é verdade (e é!) que, após quase trinta anos de sua criação constitucional, o SUS perdeu a guerra política, precisamos nos perguntar por que, afinal de contas, ela foi perdida?

O fracasso político do SUS é, antes de tudo, o fracasso da saúde coletiva brasileira na disputa pelos sentidos produzidos na arena pública. Assim, a discussão passa necessariamente pela comunicação, em suas várias dimensões. Reconhecendo a complexidade desse campo, neste texto fechamos o foco do debate sobre a mídia jornalística de massa, privada e generalista, que no Brasil e no mundo tem desempenhado papel central nos processos de construção da realidade social contemporânea (MALINVERNI; CUENCA; BRIGAGÃO, 2012).

Nos diferentes meios da imprensa de massa, o SUS é cotidianamente apresentado por narrativas imagéticas (televisivas e fotográficas) e textuais (jornais, revistas, internet, rádio, tevê) que ressaltam, em tom de escândalo e dramaticidade, filas gigantescas, maus-tratos institucionais, negligência e decrepitude estrutural de instalações e equipamentos (MALINVERNI, 2016). Evidenciando um sistema falido e em franca deterioração, a mídia jornalística contribui, assim, com a produção de um consenso junto à opinião pública de que o SUS é incapaz de atender às demandas da população.

Vejamos: na rotina da imprensa generalista diária, nos lembra Silva (2014, p. 64), as reportagens de denúncia no campo da saúde pública atingem com frequência e preferencialmente a imagem dos profissionais de saúde “[...] cuja falta de consciência em relação ao drama vivido por populares parece explicar a desorganização de hospitais, filas nos corredores, doentes jogados no chão, macas sem colchão, longas esperas, greves etc.”.

Ocorre que o SUS do cotidiano tem várias dimensões e beneficia, direta e indiretamente, a totalidade dos brasileiros. Reconhecido como um dos maiores sistemas públicos e universais de saúde do mundo, atende diretamente 80% da população (mais de 150 milhões de pessoas), através de uma ampla e consistente rede de atenção (MALINVERNI, 2016). Mas esse SUS abrangente e inclusivo, não obstante as dificuldades e os desafios históricos e contemporâneos que ainda se impõem, quando não é desqualificado, é invisibilizado no jornalismo de massa. Esse processo de descaramento da saúde coletiva que “funciona bem” se dá por diversas estratégias discursivas empregadas no contexto jornalístico. Uma delas, bastante recorrente, é a omissão mesma da sigla nas narrativas. Como regra, nas notícias que exaltam o trabalho das instituições públicas de saúde (por exemplo, a Fundação Oswaldo Cruz) a imprensa de massa tende a omitir a sua vinculação ao Sistema Único de Saúde, embora, nunca é demais lembrar, no subsistema público tudo seja inescapavelmente SUS. A sigla, aponta Machado (2014), simplesmente não aparece nos textos que ressaltam as qualidades da saúde coletiva, enquanto é destacada naqueles em que apresentam problemas, notadamente na vertente da assistência. Essa prática discursiva cotidiana contribui de forma importante para que as pessoas produzam sentidos negativos sobre o SUS.

Em razão dessa capacidade de produzir e impor sentidos, o jornalismo de massa também pode ser, e frequentemente é, um poderoso construtor de fatos sociais, com repercussões importantes no cotidiano, como indicam os estudos sobre a epidemia midiática de febre amarela registrada no verão 2007-2008 (MALINVERNI; 2016; 2011), discutidos adiante.

Poder simbólico e ideologia: o controle dos discursos

O ponto de partida das reflexões aqui propostas é a teoria social da mídia postulada por Thompson (2014), segundo a qual os meios de comunicação de massa criaram novas formas de ação e interação no mundo social, novos tipos de relacionamento das pessoas umas com as outras e consigo mesmas. Definindo “comunicação de massa” como a “[...] produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico [linguístico ou quase linguístico: ações e falas, imagens e textos]”, Thompson (2014, p. 53; grifos do autor) traz conceitos importantes para entendermos como a mídia de massa produz (e impõe) sentidos no cotidiano. O desenvolvimento do meio técnico reorganizou de modo complexo a interação humana, estabelecendo novos tipos de relações sociais, além da face a face: a interação mediada, que se dá por meios como telefone, fax e telégrafo, e a quase-interação mediada cujos meios são filmes, livros, revistas, jornais, programas de rádio e TV, internet. Ambas se caracterizam pela *dissociação estrutural* entre a produção e a recepção das formas simbólicas e a *extensão da sua disponibilidade espaçotemporal*, mas diferenciam-se em um aspecto-chave: enquanto na interação mediada as mensagens são dirigidas a receptores específicos, na quase-interação elas são orientadas para um número indefinido de receptores potenciais.

As três formas de interação se misturam, dando às relações interpessoais no cotidiano um *caráter híbrido*. Por exemplo, a conversa entre duas pessoas (face a face) numa sala de espera em que haja uma TV ligada pode ser combinada com o conteúdo do que está sendo transmitido (quase-interação mediada) (THOMPSON,

2014). Essa hibridéz estabelece diferentes formas de interação cotidianas, cristalizando concepções de mundo.

Os fenômenos sociais são ações intencionais que ocorrem em contextos estruturados, sob um conjunto de circunstâncias que Thompson nomeia “campo de interação”, a partir da noção de Pierre Bourdieu, para quem o consenso (e a ordem) social é estabelecido por meio de lutas simbólicas pelo poder, travadas no interior de campos sociais. Nessa perspectiva, a abordagem thompsoniana postula que poder é a capacidade dos agentes sociais de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, intervindo no curso dos acontecimentos e em suas consequências. O autor chama de “paradigmáticas” as instituições que podem *fornecer a estrutura* para o exercício de uma certa forma de poder. Essa proposição permite situar as organizações de mídia como paradigmáticas, dado que a produção, transmissão e recepção de formas simbólicas dão a elas a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, influenciar as ações dos outros e produzir eventos.

Esse pressuposto nos leva a uma segunda dimensão teórica importante: a ideologização dos discursos. Para Thompson (2011), um discurso é ideológico quando o sentido produzido estabelece/sustenta relações de dominação, mantendo, em circunstâncias particulares, relações sistemática e permanentemente assimétricas de poder de um grupo de atores sobre outro(s).³

3 Thompson (2011) define cinco modos gerais pelos quais a ideologia pode operar: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. A eles estão associadas estratégias linguísticas e quase-linguísticas, respectivamente: racionalização, universalização e narrativização; deslocamento, eufemização e tropo (sinédoque, metonímia e metáfora); estandardização e simbolização da unidade; diferenciação e expurgo do outro; naturalização, eternalização e nominalização/passivização. Esses modos de operação ideológica não são únicos nem atuam independentemente uns dos outros, se sobrepondo e reforçando mutuamente.

Teun van Dijk (2010), filiado aos estudos críticos do discurso (ECD), acrescenta que o poder simbólico é exercido pela capacidade de um grupo *controlar o acesso à produção e à circulação de discursos*. As pessoas cujos discursos são controlados, portanto, não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como querem, sendo “[...] parcial ou totalmente *controladas* pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a *mídia*” (VAN DIJK, 2010, p. 18; grifos nossos). Dessa noção redundante o chamado abuso de poder de dominação pelo discurso, estando entre as formas mais ilegítimas o *abuso de poder comunicativo*, de que a mídia jornalística seria expoente, por atuar como sustentáculo do “[...] aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades da informação e da comunicação” (VAN DIJK, 2010, p. 46).

Este texto se ancora, ainda, nas práticas discursivas e na produção de sentidos no cotidiano (SPINK, 2004). Construcionista, toma o sentido como uma produção de caráter coletivo e interativo em que as pessoas, na dinâmica de relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos que lhes permitem compreender e lidar com as situações e os fenômenos no cotidiano. Práticas discursivas, portanto, referem-se à linguagem em uso.

Três elementos constituem essa perspectiva: a dialogia, os gêneros de fala e os repertórios. Sendo este último essencial à nossa discussão, é importante entender as noções de repertórios: recursos discursivos gerais (termos, conceitos, lugares-comuns, figuras de linguagem e de retórica) que possibilitam às pessoas construir versões de acontecimentos, eventos, ações, processos internos, justificações de certas práticas etc. e, conseqüentemente,

entender os (dar sentido aos) fenômenos cotidianos (POTTER; WETHERELL, 1987). No conceito desenvolvido por Spink (2004), a partir daí, ganha ênfase a *circulação*, que permite identificar os usos e efeitos dos repertórios na maneira como as pessoas se posicionam e aos seus interlocutores, demarcando o rol de possibilidades da produção de sentidos. Logo, os repertórios são unidades relacionais, que se conectam aos enunciados e aos gêneros de fala (SPINK; MEDRADO, 2004).

Essa circulação se dá na interface de três tempos históricos: a) o tempo longo, construção social dos conteúdos culturais ao longo da história; b) o tempo vivido, em que se dá o processo de ressignificação dos conteúdos históricos e a partir do qual ocorre a socialização das pessoas; e c) o tempo curto, marcado pelas interações face a face, que pautam a compreensão, a comunicação e a construção discursiva. O tempo curto corresponde ao momento concreto da vida social, em que ocorre a combinação de vozes ativas pelas memórias dos tempos longo e vivido.

Por fim, nos filiamos às abordagens construcionistas para as quais uma teoria do jornalismo é *sempre uma teoria da notícia*, dado que ela é o resultado pretendido do processo de seleção e transformação da informação cotidiana em discurso jornalístico. Ancorando-nos particularmente na teoria interacionista, tomamos as notícias sempre como o resultado da interação simultaneamente histórica e contemporânea de forças pessoal, social, ideológica, cultural, dos meios físicos e técnicos de fixação e transmissão da informação, moduladas por fatores: a) mercadológicos e organizacionais (lucro, regras empresariais, competição entre editores e editorias, recursos humanos e materiais, hierarquia e organização interna, burocracia) e b) pessoais e culturais (constrangimentos

temporais, *ethos* e ideologia do jornalista e da empresa jornalística) (TRAQUINA, 2007; SOUSA, 2002).

As notícias *nunca são a realidade em si*, mas uma das *narrativas possíveis* sobre os acontecimentos sociais. Daí a sua fonte primária ser o cotidiano e a sua matéria-prima, a informação, partilhada entre os membros da sociedade e os jornalistas, que reivindicam um monopólio do saber (definir o que é notícia) – por isso, os jornalistas “[...] não são simples observadores passivos, mas participantes activos na construção da realidade” (TRAQUINA, 2007, p. 128). Para lidar com os acontecimentos (voluntários, naturais ou provocados), que ocorrem em superabundância no cotidiano, os jornalistas operam sob a hipótese do *agenda-setting* (agendamento), primeiro nível do *newsmaking* (processo de produção da notícia), que implica *seleção, escolha, preferência e priorização* de determinadas informações em detrimento de uma infinidade de outras (McCOMBS; SHAW, 1972; WOLF, 1999; TRAQUINA, 2007). Definidos os fatos que serão transformados em notícias, o *newsmaking* alcança um segundo nível, o *framing* (enquadramento), que implica a *saliência dos termos* empregados no texto, sendo, por isso, o processo que imprime os sentidos às narrativas (ENTMAN, 1993).

As notícias têm “efeitos cumulativos”, de curto e de longo prazo, que são centrados na significação. Pela hipótese do *agenda-setting*, no curto prazo, quanto maior a ênfase em um tema e mais contínua a sua abordagem, maior será a sua importância/relevância para o público consumidor de notícias (McCOMBS; SHAW, 1972). Já no longo prazo, os efeitos cumulativos (WOLF, 1999) implicam a sedimentação e influência de conteúdos midiáticos junto à sociedade por um período mais longo. Assim, seja de curto

ou longo prazos, os efeitos cumulativos da mídia formam novas crenças e opiniões junto ao público, impactando o cotidiano.

Saúde e doença, a perspectiva jornalística

No jornalismo contemporâneo, tendencialmente, a cobertura do tema saúde ocorre sob dois grandes eixos temáticos, promoção e fatores de risco, que se entrelaçam e emergem simultaneamente, desdobrando-se em variáveis de segurança/insegurança ontológicas assentadas sobretudo nos discursos peritos (avanços científicos, novos tratamentos, prescrição de comportamentos etc.), com vistas a uma vida saudável (OLIVEIRA, 2014). Seleccionando e destacando fatores e variáveis que interpreta como problemas/ameaças que impedem ou dificultam a saúde individual e coletiva, avalia o autor, a notícia é construída em torno daquilo que o jornalista julga ser o imaginário contemporâneo da saúde.

No bojo das transformações promovidas pelas tecnologias de comunicação e as mudanças espaçotemporais que provocaram (THOMPSON, 2014), a mídia passou a desempenhar papel fundamental no processo de resignificação da noção de risco, tanto por sua onipresença contemporânea e, portanto, instrumental na conformação da consciência moderna quanto por conferir visibilidade sem precedente aos acontecimentos (SPINK; MEDRADO; MÉLLO, 2002). Nessa perspectiva, apontam os autores, a mídia atua como porta-voz do imperativo do controle dos corpos, que é centrado na disciplinarização dos excessos de riscos na esfera individual dada pelas instituições públicas (jurídicas, econômicas e sanitárias), em articulação com corpos de saberes específicos. Corroborando, Oliveira (2014, p. 39) aponta: “[...] as mídias jornalísticas se tornaram um centro nervoso que funciona como uma

espécie de vigilante público, alertando a sociedade para os fatores de risco e suas consequências na vida cotidiana.”

A epidemia midiática de febre amarela foi produzida sob essa lógica. No verão de 2007-2008, o Brasil vivia uma epizootia amarílica silvestre, desde o início classificada pela autoridade sanitária (Ministério e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde) e parte da comunidade científica como dentro da normalidade epidemiológica. A imprensa não especializada/generalista, majoritariamente privada e oligopolista, como veremos adiante, discordou e, ancorada na lógica do risco, deslocou discursivamente o evento de sua forma silvestre para a urbana, produzindo uma epidemia de febre amarela⁴ (MALINVERNI, 2016; 2011).

No jornal analisado, a Edição SP da *Folha de S.Paulo*, voltada para leitores da capital e Grande São Paulo, regiões indenes ao vírus amarílico, a cobertura do tema foi marcada pelo excesso de exposição e pela seleção de repertórios que salientavam a tese de urbanização da doença. Entre 21 de dezembro de 2007 e 29 de fevereiro de 2008, período que circunscreve o fenômeno, a *Folha* publicou, em 47 edições, 118 matérias sobre febre amarela, 81 (cerca de 70% do total) entre 8 e 27 de janeiro.

4 Embora do ponto de vista etiológico, clínico, imunológico e fisiopatológico se trate da mesma doença, as formas urbana e silvestre diferem quanto: ao agente transmissor – no ciclo urbano ela é transmitida exclusivamente pela fêmea infectada do *Aedes aegypti*, enquanto no silvestre outras espécies estão envolvidas, no Brasil principalmente o *Haemagogus* e o *Sabethes*; e hospedeiro primário – na forma urbana é o homem e na silvestre, macaco (VASCONCELOS, 2003; BRASIL, 1999). Essas diferenças interferem no modo, na velocidade de transmissão e, consequentemente, na expansão da doença. No ciclo silvestre a febre amarela é delimitada, ao contrário da forma urbana, potencialmente epidêmica. Para uma detalhada descrição dos dois ciclos, ver Malinverni, 2011 e 2016.

A narrativa empregou três grandes estratégias discursivas epidêmicas: “a doença fora de controle”, dada pelo emprego de termos que salientavam o crescimento “progressivo” do número de casos humanos suspeitos; “o inimigo letal”, com foco nas taxas de letalidade e na sintomatologia/tratamento da doença; e “a transmissão generalizada”, pela omissão da área de transmissão da forma silvestre (rural), dificultando para o público leitor (urbano) demarcar territorialmente o evento. A febre amarela também ganhou status de tema importante e “quente” no horizonte jornalístico da *Folha*, evidenciado nas quinze chamadas de capa, das quais doze publicadas quase consecutivamente. Nelas destacaram-se repertórios que explicitavam sentidos de descontrole e letalidade (“1ª morte”; “2ª morte”; “5ª morte”; “7 mortes”; “8 o total de mortes”; “9ª morte”).

Tomada midiaticamente como o único recurso terapêutico capaz de proteger a população do “inimigo letal”, a narrativa em forma de fábula alçou a vacina à condição de “poção mágica”. Ainda, recomendou explicitamente o seu uso irrestrito, apoiando-se em fontes que legitimavam esse enquadramento, sem explicitar seus possíveis efeitos adversos. Nesse contexto discursivo, a demanda vacinal explodiu: no período analisado, foram distribuídas aos estados e ao Distrito Federal mais de 13 milhões de doses da vacina – a série histórica do Programa Nacional de Imunização (PNI-MS) indicava uma distribuição de rotina entre 15-16 milhões de doses ao longo de um ano; mais de 7,6 milhões de doses foram aplicadas em pouco menos de dois meses, 6,8 milhões só em janeiro. No início de fevereiro, o Sistema de Vigilância de Eventos Adversos Pós-Vacinação (PNI-MS) já registrava 43 casos de reações à vacina, mais do que o dobro de casos confirmados provocados pelo mosquito (19, entre dezembro e janeiro) (BRASIL, 2008).

A demanda vacinal foi particularmente intensa no estado de São Paulo, onde até 2008 mais da metade do território era livre da circulação do vírus amarelo, sendo vice-campeão em doses aplicadas (mais de 2,4 milhões), atrás apenas de Goiás (quase 2,8 milhões), cuja área é totalmente endêmica desde o início dos anos 2000. Na capital paulista, sede de algumas organizações midiáticas de expressão nacional, foram aplicadas 428.337 doses em 2008, mais de cinco vezes do que em 2007 (79.666). O estado também registrou o maior número de eventos pós-vacinais: 187,81 a mais do que Goiás. No período analisado ocorreram quatro óbitos por febre amarela vacinal no país, todos em território paulista (dois na capital e um em Embu-Guaçu, na Grande São Paulo, até hoje regiões indenes, e um em Rincão, no interior, à época ainda classificada como livre do vírus). Dois deles por doença viscerotrópica (DV), forma mais rara e grave do vírus vacinal. Ressalte-se que num período de nove anos (1999 a 2007), o sistema registrara oito casos de DV, com sete óbitos (MALINVERNI, 2016).

A produção da epidemia midiática em três dimensões

A epidemia midiática foi, numa primeira dimensão, resultado do modo de produção da notícia (*newsmaking*), fortemente modulada por forças sócio-organizacionais e ideológicas, em um esforço para configurar a febre amarela como espelho de uma realidade que a imprensa julgava potencialmente epidêmica, mas que de fato não era (MALINVERNI, 2016).

Dois aspectos-chave acerca dessa produção emergem das falas dos repórteres que participaram da cobertura:⁵ a precarização

5 Os jornalistas atuaram/atuaem na imprensa diária, três deles em dois jornais de grande circulação, tendo participado da cobertura ora analisada (MALINVERNI, 2016).

do trabalho nas redações e a não especialização em saúde, ambos acentuados com a crise das organizações jornalísticas na última década, sobretudo no jornalismo impresso.

Jornalista A: *[...] há muitos [repórteres], como era o meu caso, que são os tapa-buraco. Fazem tudo, não conhecem nenhum assunto com profundidade. (...) a qualidade [do noticiário] é a que você vê porque não há tempo, não há estrutura adequada (...) [é] produção em série: pouco espaço e [muita] velocidade. (...) Você corre pra lá [pauta/evento], e tenta achar alguma história. E às 19h tem que voltar pra redação e escrever qualquer coisa. Ia no carro mesmo batucando um texto. (...) E chegava na redação e tinha um chefe gritando que precisava fechar [a matéria] (...) É surreal!*

Jornalista B: *Hoje, você tem no jornal, por exemplo, uma menina que é muito boa, que deve ter uns 27 anos (...) é a repórter especialista em saúde. Ela é boa, mas ela é (...) uma repórter em começo de carreira! (...) Isso é muito doido, porque (...) [os repórteres mais experientes] foram todos sendo demitidos (...) [Hoje] A grande maioria é recém-saída do curso de focas;⁶ (...) ganhando 3 mil reais pra trabalhar 14 horas por dia.*

Concomitantemente, duas forças ideológicas modularam as notícias: a da objetividade e a do profissionalismo. A primeira explica a orientação descritiva e factual das notícias, sua ambição mimética em relação à realidade que tornam explícita e a identi-

6 Jargão para os cursos de recém-formados oferecidos anualmente por muitos veículos de imprensa brasileiros, que, depois, contrata aqueles que apresentam melhor desempenho.

ficção sistemática das fontes de informação nos enunciados noticiosos, enquanto a segunda finca-se na crença de que a rotina produtiva e a experiência profissional são instrumentos de isenção jornalística (TRAQUINA, 2007; SOUSA, 2002).

Jornalista C: *Entendendo-se escolha jornalística como a seleção da pauta, o interesse do jornal nos temas de saúde era deixar os leitores informados de temas que pudessem afetar suas vidas. A febre amarela, naquele momento, era um desses temas. (...) A ideia era que o leitor tomasse consciência do problema e tivesse condições de tomar medidas para se proteger (...). É o que, no jargão jornalístico, se chama “serviço” (...) Normalmente se tem a ideia de que nos jornais diários os repórteres escrevem exatamente aquilo que os editores ou os donos dos jornais querem. Não é assim. (...) As reportagens, pelo menos as que eu fiz, nunca “brigaram” com os fatos, nunca distorceram os fatos.*

Sustentando-se em códigos deontológicos construídos ao longo da história, o jornalista atua como “autoridade profissional”, investido do direito e da obrigação de mediar e simplificar a informação acerca dos acontecimentos cotidianos (TRAQUINA, 2007). Assim, a expressão “interesses da sociedade” permite à imprensa atuar sob um salvo-conduto discursivo que a “autoriza” a prescrever normas e práticas, ao mesmo tempo em que serve como “escudo argumentativo” que a protege e exige jornalistas e proprietários dos veículos de comunicação das consequências das suas práticas discursivas.

Jornalista C: *O jornalismo tem um papel importantíssimo no cotidiano das pessoas (...) torna públicas informações que influenciam a vida da sociedade e às quais ela não teria conhecimento de outra forma. (...) Se uma doença se tornou epidêmica (...), o cidadão que lê jornal sabe que deve tomar certas medidas para evitar a disseminação da doença e evitar que ele próprio fique doente. Se o poder público passou a oferecer uma vacina contra essa doença, o cidadão bem informado se inteirará disso e saberá aonde ir para se imunizar. O jornalismo também pode mudar a realidade (...) É claro que está sujeita a erros, que, uma vez detectados, precisam ser reparados. No Macondo, os erros sempre foram corrigidos (na seção “Erramos”).*

A força ideológica é, assim, formadora do *éthos* jornalístico. À medida que editores e repórteres conhecem o posicionamento ideológico do veículo, vão se antecipando e apresentando pautas que “sabem” que serão aceitas e destacadas: “[...] o repórter vai sentindo o tipo de coisa que ele consegue emplacar e o que ele não consegue (...) muitas vezes ele toma a decisão já antecipando o que ele vai ouvir (...): ‘Não adianta eu vender isso como abre do caderno porque não vai emplacar’” (**Jornalista B**).

Essa conduta diz respeito, também, ao processo de ascensão na carreira, uma vez que a produtividade jornalística está associada ao volume de matérias que se consegue publicar. A **Jornalista D** reconhece que essa questão influenciou sua abordagem:

(...) como todos os funcionários do jornal, independentemente de concordar com a política [editorial], sabiam que uma matéria (...) referente ao governo federal sempre vai ter maior destaque pra re-

portagem, pro jornalista, criou-se um clima, né? De que aquilo (...) ia ganhar espaço, que não ia ter tanta dificuldade pra sair. (...) não é uma coisa clara, entendeu? Não é uma ordem clara (...) é uma intuição que todo mundo tem (...): “É governo federal, é governo do PT, aqui a gente vai poder trabalhar e mostrar e se destacar!” (...) “Ah, os jornalistas são todos bem-intencionados...” Não, não é bem assim. A gente tinha também uma intenção de estar na capa do jornal. (...) Eu tinha...

Temos, então, uma segunda dimensão importante: o modelo de negócios do sistema brasileiro de comunicações. Não regulamentado, ao arrepio da Constituição, o setor opera em forma de oligopólio cruzado, hoje concentrado em cerca de seis grupos familiares (MALINVERNI, 2016; LIMA, 2011). É de se concluir, portanto, que os interesses desses grupos são definidores do sentido que a informação midiaticizada produz no cotidiano. Nesse contexto, a ideologia da organização modula boa parte das escolhas dos jornalistas, da seleção do acontecimento até, sobretudo, a edição do texto: “[...] quando é uma notícia negativa pro governo a [que o jornal apoia], vai sair, mas não vai ficar sangrando. (...) Quando é uma notícia negativa do governo b [ao qual faz oposição], eles vão ficar cozinhando, eles vão ficar sangrando” (**Jornalista B**).

Assim, a ideologia operaria pelos modos de dissimulação e fragmentação (THOMPSON, 2011): ignorando os problemas do grupo político que apoia e salientando os erros daquele ao qual se opõe, o jornal acentua neste uma imagem negativa que permite construir um “inimigo comum” que deve ser combatido coletivamente. É, para o autor, a estratégia ideológica do *expurgo do outro*:

Na hora de colocar um título, você vai ver ‘Obra do Fulano’ pra falar mal de uma obra qualquer do governo b. Mas você não vai ver ‘Polícia do Cicrano mata não sei quantos em chacina’ [do governo a, apoiado pelo jornal] (...) eu sei que não posso pôr ‘polícia do Cicrano’, porque vai chegar até o editor e ele vai tirar” (Jornalista B).

A terceira dimensão da cobertura que produziu o sentido epidêmico da febre amarela diz respeito ao modelo de comunicação do SUS. Da ausência de uma política nacional e específica articulada com os princípios doutrinários e organizativos do SUS decorre uma comunicação instrumental que atua como um “balcão” de atendimento a demandas pontuais, centrada em ações de visibilização de uma gestão/gestores e invisibilização de outros atores da saúde coletiva, nos três níveis do SUS (ARAUJO; CARDOSO; MURTINHO, 2009). As estratégias são basicamente reativas a eventos críticos e calendários predefinidos (como, por exemplo, campanhas de vacinação), sendo o *press release* a principal ferramenta das assessorias de comunicação do SUS na relação com a imprensa (MALINVERNI, 2016). Para alguns entrevistados, durante a cobertura da febre amarela, esse modelo foi problemático em diversos aspectos, dos quais destacam-se a lentidão ministerial para reagir à narrativa epidêmica e o uso de linguagem técnica em material dirigido à imprensa.

Jornalista D: *Pro ministro a gente fazia a seguinte questão: “(...) quem deve se vacinar?”. Ele disse assim, eu lembro bem: “A vacinação é pra pessoa que vai para área de risco, rural, de mata”. (...) [Mas] O que é (...) exatamente área rural, área de mata?” (...) um dos óbitos tinha ocorrido em Goiânia, outro em Brasília. (...) a gente*

tinha muita dificuldade de traduzir pro leitor quem (...) deveria se vacinar. (...) Os informes técnicos, eles ficam numa página [do portal do MS] dedicada aos profissionais, mas a gente tinha como chegar (...) (...) com linguagem muito técnica (...) Pra mim, o site [do ministério] até hoje é um problema. Você se perde ali (...) Olha, é uma tristeza.

Eduardo Hage, então o segundo na linha de comando da Secretaria de Vigilância em Saúde (svs/MS), responsável pelas ações de controle da febre amarela, avaliou que essa dificuldade decorreu do próprio conceito de área de transição viral, relativamente novo naquele momento, inclusive para gestores e profissionais de saúde. Por isso, para ele, a publicização irrestrita de tabelas, gráficos e mapas levou à percepção de que a doença se alastrava pelo país:

Aí, claro, algum jornalista vai lá e diz: “Mas essa área aqui onde eu moro é igualzinha e não tá na área de transição. Como é que você explica isso?” (...) Ninguém entende e (...) passa essa mensagem subliminar de que se está escondendo alguma coisa (...) Uma coisa é você discutir isso internamente, com os técnicos e profissionais de saúde. Outra coisa é você dizer [para o público externo]: “Bom, para efeitos práticos, considera-se que área de risco – que pode ser risco ativo ou (...) transitório –, é toda essa parte do país até essa linha. O restante não é área de risco.” Ponto!

Além disso, avalia, o ministério demorou para definir seus interlocutores com a imprensa, os chamados porta-vozes, o que só ocorreu quando a epidemia midiática já se instalara como uma crise, no final de janeiro. Sobre isso diz a **Jornalista D**: “Acho que

faltou um porta-voz, ter alguém ali mais preparado. Todos eles [gestores] me pareceram muito ou na defensiva ou pouco claros... [...] tinha uma dificuldade de diálogo (...)”.

Tardiamente indicado porta-voz, Hage concorda que esse foi um erro crasso, já que em comunicação de risco, uma medida como essa dá coerência ao discurso e evita ruídos que podem distorcer a informação. Mas ele entende que isso não justifica a politização da cobertura, no caso da *Folha*, expressa no volume de matérias publicadas como notas e textos de opinião. Entre elas, chama atenção os da colunista Eliane Cantanhêde, articulista de política. Ela publicou na versão impressa da *Folha* três artigos sobre o tema, tendo ainda colaborado em uma reportagem. Um quinto texto (“Alerta amarelo!”), publicado em 09 de janeiro de 2008, na *Folha Online*, foi citado por dois entrevistados. Reproduzimos os dois primeiros parágrafos (grifos nossos):

Com sua licença, vou usar este espaço para fazer um apelo para você que mora no Brasil, não importa onde: *vacine-se contra a febre amarela! Não deixe para amanhã, depois, semana que vem... Vacine-se logo!*

A febre amarela é uma doença infecciosa causada por vírus e pode ser fatal. Hoje mesmo (terça, 08/01), morreu um homem de 38 anos em Brasília, plena capital da República, com febre alta, dores musculares, náuseas e vômitos. Possivelmente, foi vítima da doença. O alerta nem é mais amarelo, já é vermelho. E a vacina é altamente eficaz. Tomou, está livre da doença [...].⁷

7 Texto na íntegra em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/elianecantanhede/ult681u361459.shtml>>.

José Gomes Temporão, então ministro da Saúde, definiu o texto como paradigmático da contaminação política do jornalismo que pode levar a equívocos graves: “[...] eu diria que Eliane Cantanhêde é nossa musa, no sentido negativo (...). Ela se transformou então no grande orientador [do noticiário]. Hay gobierno, soy contra!” Hage concorda classificando o noticiário alarmista como irresponsável: “Até hoje eu sou traumatizado com aquela coluna (...) Eu acho que em situações como essa ela deveria ter sido criminalizada. Porque o que ela fez foi um crime de saúde pública.”

O caos numa sala de vacina e a percepção de quem se vacinou

A explosão da demanda em uma sala de vacina na cidade de São Paulo permite mensurar o impacto da epidemia midiática no cotidiano laboral em saúde. Com experiência de mais de uma década na área, duas profissionais descrevem um cenário de caos, instalado quando repentinamente milhares de pessoas passaram a buscar o serviço diariamente (antes do fenômeno, eram atendidos em média cinquenta usuários/dia).

Nunca vi nada igual. (...) nunca imaginei que eu fosse passar por uma situação dessas. E espero nunca mais passar (**Profissional de saúde A**).

De repente começou a chegar gente lá, que não se sabia nem de onde que era, nem o que que fazia (...) foi assim: xufffffff... (...) de repente, a coisa fugiu do nosso controle... Nós não fomos preparados praquilo (...) ninguém é! (**Profissional de saúde B**).

Ambas contaram que a epidemia midiática alterou a rotina, forçando o manuseio de um volume inédito de materiais e o

atendimento de usuários muito acima da capacidade do serviço, que precisou deslocar de outras unidades profissionais não familiarizados com as especificidades dos imunobiológicos, comprometendo assim a qualidade da vacina aplicada:

Profissional B: *Era tanta gente trabalhando lá, gente entrando, gente saindo (...) Gente que a gente nunca viu (...) Tinha uns caras que começou a preparar [a vacina]. E pensei: “Tão preparando errado!”. (...) Que vacina, o pessoal acha que é muito fácil, e não é. (...) E chegando caixa de material (...) chegava duas, três vezes ao dia, chegava tudo: monte de seringa, monte de agulha, monte de coisa... e gente, mais gente (...) todo mundo conversando, pegando, cortando lacre, abrindo as ampolas (...) A coisa desandou!*

Cenário preferencial da mídia televisiva, ambas têm clareza da espetacularização midiática da febre amarela e de como impactou o serviço:

Profissional B: *(...) a gente tava lá vacinando, daqui a pouco chegavam com aquelas luzes, tudo, pra fazer documentário [reportagem de tv] (...) Aí a chefia chegava na frente: “Bota mais ordem aqui, vamos organizar um pouco mais”, que a televisão tava vindo. De onde é que saiu tanta televisão? Eu já nem sei mais o que era o quê. Aí mandavam colocar ordem. Aí mandavam entrar só uns cinco de cada vez: “Vamo maquiari (...) pra mostrar...”. A gente até ficava gozando dos colegas: “Ó, você já passou tantas vezes na tevê...”*

Profissional A: *“Porque a imprensa falou!”. E nós: “Mas não é, não é... a contaminação é um vírus, não é contato”. (...) E ameaçavam*

de chamar a mídia. Isso era constante. As ameaças eram muitas. (...) Você ia discutir? Uma fila quilométrica, de seis horas... a pessoa esperando na fila pra ser vacinada, você ia ficar discutindo? (...) perdemos o controle, porque aí eles [os usuários] já queriam agredir... (...) a mídia influencia muito, né? Aí eles falam e a população já muda de opinião.

O relato de uma mulher que tomou a decisão de se vacinar antes de viajar para uma área litorânea indene é indicativo da chamada dissociação estrutural que ocorre nas quase-interações mediadas (THOMPSON, 2014). A decisão de se vacinar, que incluiu seu companheiro, foi baseada na associação da transmissão da doença a cenários “selvagens”, repertório que circulou nas narrativas jornalísticas, e no discurso oficial sobre as áreas de risco.

Usuária A: *(...) existia o surto, e o surto estava relacionado com locais de mata. E [cita a cidade] é um local totalmente fechado, de mata. (...) a gente tava influenciada, né? Porque (...) tava saindo muita notícia, e aí a gente ia viajar...*

A combinação do repertório de risco epidemiológico e a dissociação estrutural provocada pelas narrativas que circulavam socialmente a levou a processar sua decisão segundo um quadro interpretativo em que bastava haver mata e mosquitos para que os riscos de transmissão da febre amarela e consequente adoecimento estivessem dados em todo e qualquer ponto do território nacional.

Considerações

A epidemia midiática de febre amarela, irrefutável exemplo de doença como produto jornalístico, indica que os sentidos epidêmicos foram tecidos de modo complexo, a partir do entrelaçamento de três grandes dimensões.

No que tange à imprensa generalista, o processo de produção da notícia (*newsmaking*) foi fortemente influenciado por forças sócio-organizacionais e ideológicas, em um esforço contínuo de configurar a narrativa como espelho de uma realidade epidêmica. Embora do ponto de vista epidemiológico não tenha existido uma epidemia de febre amarela urbana, a partir da cobertura jornalística ela se instalou no cotidiano como um fato social, impactando todo o sistema nacional de imunização e, sobretudo, expondo a riscos a população: quatro pessoas morreram por febre amarela vacinal, enquanto dezenas de outras sofreram reações adversas, algumas bastante graves.

A essa dimensão somam-se outras duas: o sistema brasileiro de comunicações, cujo modelo de negócios (oligopolista, privatista e monológico) impõe a lógica das organizações de mídia no cotidiano; e o modelo de comunicação do SUS, instrumental, que pode explicar como as falhas nas estratégias do Ministério da Saúde dificultaram o estabelecimento de um contrafluxo discursivo aos repertórios epidêmicos que circularam nas narrativas da imprensa.

Desse contexto emerge uma consideração importante. Jornalismo de massa e saúde coletiva são campos distintos, muitas vezes operando segundo interesses conflitantes. Diversos estudos indicam que enquanto alguns agentes sociais têm pleno acesso à produção do discurso jornalístico, outros são interditados, sobretudo aqueles ancorados em movimentos sociais de caráter popular, caso da saúde coletiva brasileira. Segundo Traquina (2007,

p. 122), se esses movimentos sociais pretendem “[...] jogar no tabuleiro jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas”; implica dizer, acrescenta o autor, que a cobertura do movimento social depende em parte da sua capacidade de criar instrumentos próprios de publicização e demonstrar a sua vontade de participar “[...] na teia de facticidade que sustenta o trabalho jornalístico”.

É preciso, portanto, superar a visão quase romântica de que a imprensa, sobretudo em sua vertente privada, é potencialmente uma parceira desinteressada e solidária do Sistema Único de Saúde. Ela não é. Dito isso, é preciso aprofundar o debate acerca das interações entre os dois campos, prospectando condições de construção de uma política pública de comunicação articulada com os princípios do SUS que, de fato, seja instrumento de equilíbrio das vozes em disputa no espaço público e, sobretudo, de garantia da informação em saúde como um direito de cidadania.

Referências bibliográficas

ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M.; MURTINHO, R. A comunicação no Sistema Único de Saúde: cenários e tendências. *ALAIC – Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [s.l.], n. 10, ano VI, p. 104-115, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/88/83>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

ENTMAN R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, Washington, DC, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

LIMA, V. A de. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Comunicação).

McCOMBS, M. E.; SHAW, D. The agenda-setting function of the mass media. *Public Opinion Quarterly*, [s.l.], v. 36, 1972.

MACHADO, I. B. Percepções sobre o sus: o que a mídia mostra e o revelado em pesquisa. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Org.). *Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014, p. 35-60.

MALINVERNI, C. *Epidemia midiática de febre amarela: desdobramentos e aprendizados de uma crise de comunicação na saúde pública brasileira*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____; CUENCA, A. M. B.; BRIGAGÃO, J. I. M. Epidemia midiática: produção de sentidos e configuração social da febre amarela na cobertura jornalística, 2007-2008. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 853-871, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n3/02.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. *Epidemia midiática: um estudo sobre a construção de sentidos na cobertura da Folha de S.Paulo sobre febre amarela, no verão 2007-2008*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, V. de C. As fabulações jornalísticas e a saúde. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Org.). *Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014, p. 35-60.

POTTER J.; WETHERELL M. *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour*. Londres: Sage Publication, 1987.

SILVA, M. A. R. da. Além do *newsmaking*: um olhar panorâmico para as pesquisas em jornalismo. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Org.). *Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014, p. 61-83.

SOUSA, J. P. “Por que as notícias são como são?” Construindo uma teoria da notícia. *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 2011, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; MEDRADO B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; _____. MÉLLO, R. P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia Reflexiva Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 151-164, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a17v15n1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de L. Avritzer. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRAQUINA, N. *O que é jornalismo*. 2. ed. Lisboa: Quimera, 2007.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2. ed. HOFFNAGEL, J.; FALCONE, K. (Org.). São Paulo: Contexto, 2010.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.



Análise crítica das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Medicina: a concepção de comunicação, cultura e contextos

ADRIANA CAVALCANTI DE AGUIAR¹,
WILSON COUTO BORGES², IRENE ROCHA KALIL³,
PEDRO HENRIQUE FREITAS MARTINS DA MOTTA⁴,
GUILHERME CANEDO BORGES⁵ e DENISE ESPIÚCA MONTEIRO⁶

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, promulgada em 1988, definiu a saúde como direito dos cidadãos e dever do Estado. Legislação subsequente estabeleceu as bases da implantação e do desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) para atender à população, atualmente com cerca de 200 milhões de pessoas. A implantação do novo modelo de cuidados preconizado no SUS baseia-se em princípios como a atenção integral à saúde, na qual as dimensões biológica e psicológica do processo saúde-doença são consideradas indissociáveis das relações sociais e das práticas institucionais.

-
- 1 Médica e doutora em Educação (Harvard University). Pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) e do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ).
 - 2 Jornalista, doutor em Comunicação (Universidade Federal Fluminense). Pesquisador e chefe do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces/ICICT/Fiocruz).
 - 3 Jornalista do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, doutora em Ciência (PPGICS/ICICT/Fiocruz).
 - 4 Médico, graduando em Sociologia (Universidade Federal Fluminense – UFF).
 - 5 Químico industrial, jornalista (Faculdades Integradas Hélio Alonso).
 - 6 Médica, mestre em Saúde Coletiva (Instituto de Medicina Social/UERJ).

A efetivação desse modelo implica rever as relações que se estabelecem na rede de serviços de saúde, além de ampliar a oferta de ações de prevenção e promoção. Sendo assim, é necessário inovar na formação de profissionais de saúde para promover o desenvolvimento de novas competências, revendo a relação teoria/prática e valorizando a importância do contexto para o ensino da medicina.

No Brasil, as escolas de medicina devem atender o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), homologadas pelo Ministério da Educação, por determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Recentemente, em junho, foi homologada a segunda versão das DCN, que substitui aquelas em vigor desde 2001. Ambas as edições das DCN adotam a noção de competência como orientadora do perfil do egresso dos cursos de graduação, com muitas implicações para o currículo médico e os processos de ensino-aprendizagem-avaliação. Ocorre que a utilidade prática do conteúdo do ensino é altamente dependente do contexto de trabalho. Embora utilizadas como sinônimos, inclusive nas DCN de 2001, a competência difere da habilidade, pois implica a capacidade de interpretar elementos de diferentes contextos e lançar mão de condutas matizadas por suas nuances da prática.

Uma concepção construtivista de competência valoriza o processo de construção da identidade profissional e “incorpora formas e meios pelos quais o sujeito, ao se apropriar de sua profissão ou ocupação, contribui para reproduzir ou transformar esta mesma ocupação ou profissão. Contrapõe-se, assim, às visões que percebem a aprendizagem como adaptação dos indivíduos a uma ocupação constituída”, acerca da qual pouco se reflete sobre os elementos de contexto (AGUIAR; RIBEIRO, 2010, p. 374).

As práticas comunicativas estabelecidas nos diversos contextos que se verificam em serviços de saúde no Brasil contribuem ou dificultam a desejada mudança no modelo de atenção à saúde e influenciam no êxito do cuidado. Apesar das evidências dos efeitos positivos da boa comunicação nos resultados do cuidado, muitos fatores de insatisfação são mencionados na literatura: médicos interrompendo precocemente os pacientes, sem permitir que expressem suas reais preocupações; desconsideração do significado atribuído pelo paciente aos elementos causais de seu estado de saúde-doença; abuso do jargão médico e pouca atenção à compreensão, pelos pacientes, das orientações dadas – o que chega a gerar ações judiciais; sem falar no sofrimento e na frustração para pacientes e familiares (SIMPSON; BUCKMAN; STEWART; MAGUIRE; LIPKIN, NOVACK; TILL, 1991).

Como aponta Fairclough (2001, p. 182), na prática médica “padrão”, os médicos manifestam um *ethos* científico, que se realiza “na forma como tocam e olham os pacientes ao examiná-los, na maneira como filtram as contribuições dos pacientes em termos de tópicos e na ausência de gentilezas de significado interpessoal, como a polidez”. Esse *ethos* científico inclinaria ao tratamento dos pacientes não como pessoas, mas como “casos”.

Em contraposição a essa prática tradicional, Araujo e Cardoso (2005, p. 114) destacaram que a compreensão da comunicação no âmbito da saúde precisa passar por uma ampliação de sentido, sendo o direito à comunicação entendido em suas duas faces. A primeira delas é, sem dúvida, a que já tem alcançado certo reconhecimento como essencial para possibilitar os cuidados com a saúde: o acesso democrático e ampliado às informações. A outra face, ainda pouco explorada, é, segundo as autoras, “ter a possi-

bilidade de também se expressar e se fazer ouvir, e não apenas receber. Ou seja, ser considerado um ‘interlocutor’, alguém que tem algo a dizer, e não um mero receptor”.

No Brasil, buscando superar alguns desses problemas, a comunicação na saúde tem sido objeto de reflexão, sendo atualmente considerada componente do direito à saúde. Em seu Relatório Final, a 11ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2000, p. 30-31) destaca: “cada vez fica mais claro que a população não quer apenas informações, ela quer se comunicar”, sendo que “a saúde demanda e deve orientar-se por uma política que incorpore o saber popular no seu processo de planejamento e gestão das atividades de informação e comunicação.” O mesmo documento contextualiza o tema da comunicação na diversidade cultural brasileira: “a sociedade brasileira e suas representações em âmbito nacional, regional e local, com suas particularidades é, portanto, o ponto de partida dos processos de interlocução institucional (...) [o que] envolve o reconhecimento da pluralidade, do dissenso, dos conflitos, inerentes à democracia” (BRASIL, 2000, p. 31-32).

Método

O presente trabalho objetiva descrever e analisar as bases normativas do ensino da Comunicação, entendida como competência, na formação médica no Brasil. Adota como premissa a necessidade de valorização da cultura, da linguagem, do contexto, e o estabelecimento de relações de poder menos assimétricas nas práticas de saúde. Situa-se, portanto, numa encruzilhada de saberes e práticas, nos campos da saúde, da educação e da comunicação, com a expectativa de aportar elementos teóricos dos estudos

da comunicação, de modo a avançar a reflexão sobre a formação profissional em saúde.

Para analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Medicina, homologadas em 2014, incorpora referenciais teóricos dos estudos da Comunicação. A análise do material documental baseia-se no referencial metodológico da análise de conteúdo, que tem como objetivo, além de descrever os conteúdos manifestos nos textos, desvelar, por meio da atividade interpretativa, as condições de sua produção, que fazem referência ao contexto social e institucional no qual as mensagens se inserem.

A técnica adotou a análise temática, que se caracteriza pela descoberta dos “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar algo para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). A unidade de registro do tipo de análise adotada é o tema, uma regra de recorte do sentido de extensão variável, correspondente a uma afirmação ou várias, mesmo em um pequeno fragmento do texto. O tema é, para Bardin (1977, p. 105), “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”.

A análise de conteúdo desse documento inclui elementos de contexto (teórico, social e institucional) que iluminam suas condições de produção, identificando continuidades e rupturas, com consequências para o êxito de importantes políticas de saúde.

Comunicação, práticas em saúde e a formação médica

Donato e Gomes (2010) chamam a atenção para quão pequena é a “presença, nos estudos disciplinares da Saúde e da Educação, dos conhecimentos e práticas próprios do campo da Comunicação”, observando que nos anos 1970 e 1980, no Brasil, predomi-

nou “um domínio conceitual fragmentado, por vezes reduzido à dimensão mecanicista ou instrumental do processo comunicativo”, que prevalece até os dias de hoje. Como premissa, tal modelo entende como suficiente “o comparecimento de um emissor, de uma mensagem e de um receptor para que ocorresse a comunicação” (DONATO; GOMES, 2010, p. 38).

Esse modelo secundariza a importância da cultura, os conflitos de classe e, ainda, a “motivação, repertório, representações sociais e mediações (...), evidenciando o caráter fragmentário dos conceitos e das práticas de comunicação” (DONATO; GOMES, 2010, p. 38). Por exemplo, as “barreiras da comunicação” são vistas como mera inadequação vocabular: acredita-se que a simples substituição de uma palavra menos usual por outra de uso mais cotidiano resolveria problemas de comunicação.

Consideramos que a reflexão teórica sobre o conceito e a democratização das práticas de comunicação em serviços de saúde, para além do papel instrumental de informar tratamentos/mudança de comportamentos, implica reconhecer a mediação exercida por profissionais de saúde, apontando necessárias mudanças na formação profissional. Na mesma direção, Pitta (1995, p. 258) critica o estatuto conferido à comunicação no campo da saúde: para a autora, é preciso concebê-la não como *justaposta* a processos e práticas no âmbito da saúde, mas como elemento inerente aos processos da/na saúde, seja na determinação de doenças, na construção de modelos de atenção, nas relações dos serviços com a população ou com relação aos modos atuais de “construção de atores, identidades sociais, de organização de demandas ao campo governamental; aos processos de construção de conhecimentos e da própria realidade”. Para Pitta, a comunicação permitiria que o SUS compreendesse em profundidade quem

são e como se constituem, no dia a dia, seus sujeitos de práticas e discursos. Mas, por enquanto, numa concepção crítica, segundo Spagnuolo e Pereira (2007, p. 1608), a análise da comunicação na área da saúde permanece “fortemente impregnada do modelo unilinear, considerado o paradigma da ‘moderna ciência’ da comunicação”.

Na literatura analisada, que se dedica ao ensino da comunicação na formação profissional em saúde, as concepções de comunicação podem ser classificadas em duas linhas gerais. “A primeira, baseada no modelo informacional, instrumental ou funcionalista, também conhecido como Comunicação & Desenvolvimento, “concebe a comunicação como moldagem de atitudes e comportamentos, que se efetivaria por meio de informação suficiente e adequada” (ARAUJO, 2004, p. 166). Trata-se, para Araujo, do modelo hegemônico nas políticas públicas em saúde, que se caracteriza por um entendimento “bipolar, linear, unidirecional e vertical” da comunicação, supervalorizando o papel do emissor do discurso e apresentando o receptor como mero consumidor das mensagens. A segunda, bem menos prevalente, é a do modelo interacional ou dialógico, que entende a comunicação como processo de troca e “concebe emissor e receptor do discurso como interlocutores ou coprodutores de sentidos” (ARAUJO; CARDOSO, 2005), cabendo atenção aos contextos e às culturas de seus participantes.

A reflexão teórica sobre o conceito e a democratização das práticas de comunicação em serviços de saúde, para além do papel instrumental de informar tratamentos, de mudar comportamentos, demanda reconhecimento da mediação exercida por profissionais de saúde e da “recepção” conforme exercida ativamente por usuários (“pacientes”), reconhecendo a importância das relações/negociações de poder. Esse novo olhar compreende que

problemas de “adesão” dos “pacientes” aos tratamentos preconizados não decorrem, necessariamente, de desconhecimento ou desinformação nem de incompreensão da importância do saber médico. A falta de adesão pode ser manifestação de resistência, desejo (frustrado) de ser ouvido(a), de ver incorporada, nas ações de saúde, a diversidade de sentidos e de participar de sua construção compartilhada.

Nesses termos, as próprias relações de poder construídas historicamente necessitam ser repensadas. Martín-Barbero, por exemplo, é um intelectual que muito contribuiu para os estudos do currículo e da própria instituição escolar, e também exerceu grande influência no campo da comunicação, sobretudo no âmbito dos chamados estudos de recepção. Tais estudos se originaram no início do século xx buscando desvelar as relações entre o “receptor” e os meios de comunicação: inicialmente “a relação de domínio do emissor sobre o receptor é a idéia [sic] que primeiro desponta, sugerindo uma relação básica de poder, em que a associação entre passividade e receptor é evidente” (SOUSA, 1995, p. 14). Essa vertente dos estudos de recepção baseava-se nas primeiras teorias da comunicação de massa, especialmente no modelo de Lasswell (1948), que postula que a descrição do ato de comunicação envolve a resposta a quatro perguntas: quem – diz o que – através de que canal – com que efeito. Os estudos dos processos comunicativos concentravam-se, para Lasswell, em uma dessas interrogações, cabendo às chamadas análises de audiência avaliar os efeitos de uma dada mensagem no público. Uma das premissas de Lasswell sobre os processos de comunicação de massa é a de que “esses processos são estritamente assimétricos, com um emissor ativo [sic] que produz o estímulo e uma massa passiva de destinatários que, ao ser ‘atingida’ pelo estímulo, reage” (WOLF, 1999, p. 10).

No entanto, a partir da década de 1980, vem sendo sistematizado um conhecimento da influência das dinâmicas sociais e da singularidade do indivíduo no processo da apropriação de mensagens no cotidiano. Tal moldura apresenta principalmente uma perspectiva latino-americana no campo dos estudos da recepção, influenciada pelos Estudos Culturais, que entende o “receptor” dos discursos como interlocutor ou coprodutor de sentidos. Objetiva “a busca dos condicionantes do sujeito, das mediações que ultrapassam a noção de um determinismo entre emissor e receptor, ou sujeito e objeto” (SOUSA, 1995, p. 26).

Assim, a análise do polo receptor passa a incorporar seu papel na produção de sentidos:

Embora esse “quem” da comunicação, esse sujeito, teoricamente ainda não esteja configurado, sabe-se que ocupa um espaço contraditório, o da negociação, o da busca de significações e de produções incessantes de sentido na vida cotidiana. (...) resgata-se nele também um espaço de produção cultural; é um receptor em situações e condições, e por isso mesmo cada vez mais a comunicação busca na cultura as formas de compreendê-lo, empírica e teoricamente. (SOUSA, 1995, p. 26-27)

Nessa linha de interpretação, o receptor abandona sua posição de receptáculo passivo dos conteúdos a ele “transmitidos”, passando a ser compreendido como sujeito/interlocutor no processo de comunicação e de produção de sentidos: “a recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de um outro lugar, o de rever e repensar o

processo inteiro da comunicação” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 40). Escosteguy (2002, p. 3), ao abordar essa vertente mais contextualista, destaca que “os estudos de recepção, a partir do final dos anos 1980, descobriram e celebraram um sujeito-receptor que ressignificava as mensagens midiáticas, identificando suas negociações e resistências à lógica dos meios”.

Embora nosso objeto neste trabalho não sejam as mensagens midiáticas, entendemos que esse outro olhar sobre o processo da comunicação como um todo ilumina a discussão sobre o lugar da comunicação na formação profissional em medicina, hegemônica por sua legitimidade oriunda do Modelo Biomédico,⁷ cujo questionamento vislumbra um panorama de reflexão e ação extremamente novo e desafiador.

A Comunicação nas novas Diretrizes Curriculares para cursos de Medicina

Nossa análise das DCN de 2014 está informada por variações do contexto político-institucional nacional e internacional intervinientes entre a homologação das duas versões das normativas que devem pautar o ensino da medicina. Alguns elementos considerados estão sumarizados na tabela 1 e incluem: conceito de competência, desenvolvimento das políticas de saúde, concepção de desenvolvimento profissional (Educação Continuada e Educa-

7 Em famoso artigo publicado na *Science* (1977), George Engel (psiquiatra que influenciou o ensino da comunicação na formação em saúde) apontou como características do Modelo Biomédico a fragmentação (referindo-se à prática de separação das partes para análise, como orienta o método experimental que o informa) e a separação mente-corpo. Ambas as características desqualificam a construção compartilhada de sentido, que atualmente muitos buscam resgatar no ensino e na prática da medicina.

ção Permanente), Multiprofissionalidade, Método de Produção das DCN, Modelo de Atenção à Saúde, Modelo de Comunicação.

Tabela 1:

Elementos de contexto de interesse para análise das DCN 2001 e 2014

	2001	2014
Conceito de competência	Debate internacional na última década do século xx reflete no texto ambiguidades, por exemplo, na relação entre competência e habilidades. Não chega a definir o que entende por competência.	Conceito de competência explicitado, superando o mero saber-fazer. ⁸
Desenvolvimento das políticas de saúde	Lei nº 8080/90 instituiu o SUS: pouca problematização da questão dos Recursos Humanos antes da virada do século. Pouco avanço na “ordenação” da formação pelo SUS, estabelecida na Constituição de 1988 (art. 200).	Reforço do papel do Estado com avanço na questão da ordenação, enfrentando resistências corporativas, sofisticação do debate e iniciativas inovadoras de desenvolvimento de recursos humanos.

8 “CAPÍTULO II - DAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA DA PRÁTICA MÉDICA – (...) Parágrafo único. Para os efeitos desta Resolução, competência é compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, com utilização dos recursos disponíveis, e exprimindo-se em iniciativas e ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional, em diferentes contextos do trabalho em saúde, traduzindo a excelência da prática médica, prioritariamente nos cenários do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2014).

	2001	2014
Concepção de desenvolvimento profissional – Educação Continuada (EC) e Educação Permanente (EP)	Desenvolvimento profissional pautado por iniciativas individuais ou mesmo institucionais, porém mais voltadas para “capacitação” (apreensão da EC com caráter técnico, de incorporação de novas tecnologias).	Em 2004 a Política Nacional de EP estabelece um modelo de desenvolvimento profissional que enfatiza o trabalho em equipe e a problematização dos processos de trabalho.
Multiprofissionalidade	Avança na direção de estabelecer competências gerais interprofissionais (inclusive Comunicação).	Responde à política de suprimento de atenção médica e antecede (na melhor das hipóteses) o debate sobre competências das demais carreiras da saúde.
Método de produção das DCN	Mecanismo de consultas públicas envolveu distintos interessados, das diversas carreiras da saúde, que tiveram maior ou menor influência a depender do acúmulo pedagógico e político.	Legislação definiu prazo de elaboração que circunscreveu a oportunidade de debate (ouvidos alguns grupos de interesse, o Conselho Nacional de Educação teve apenas 180 dias para elaborar o texto).

	2001	2014
Modelo de Atenção à Saúde	Nos primeiros dez anos de vigência da Lei nº 8.080/90 a ênfase foi na montagem da infraestrutura física e base normativa para implantação do SUS.	Amadurecimento do debate sobre integridade no cuidado, mudanças no modelo assistencial pela implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF): competências para Atenção Primária.
Modelo de Comunicação	Ainda pautada na transferência de conhecimento e troca de informação, apropriação mais técnica da comunicação como conjunto de habilidades.	Maior incorporação da compreensão da existência da diversidade cultural, ampliando a “escuta” e enfatizando a importância dos contextos e da construção de sentidos.

Fonte: Elaboração própria.

Nas DCN publicadas em 2001, a Comunicação tem caráter predominantemente instrumental. Aparece como uma das seis “competências ou habilidades gerais” que todo profissional de saúde deve ter (junto à atenção à saúde, tomada de decisões, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente). Nesse contexto, ela foi descrita como a capacidade de os profissionais de saúde serem “acessíveis” e manterem a “confidencialidade das informações”, seja nas relações com outros profissionais ou na relação com o público. A Comunicação envolveria tanto sua face verbal quanto a não verbal, bem como “atividades de leitura e escrita”,

o “domínio de pelo menos uma língua estrangeira” e das “tecnologias de informação e comunicação” (TIC).

Sem chegar a problematizar a polissêmica noção de competência, as DCN de 2001 tangenciam questões relativas à comunicação entre colegas de trabalho, pacientes e seus familiares, à capacidade de realizar uma boa anamnese e uma construção da história clínica, mencionando de maneira pouco especificada, entre inúmeros outros, a existência de “conteúdos essenciais” à compreensão dos “determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença”.

Já o documento publicado em 2014, dedicado exclusivamente ao ensino da medicina,⁹ foi produzido no contexto de mudanças normativas e legais que apontam para maior protagonismo do Estado brasileiro na ordenação da formação profissional (conforme determinado no texto constitucional em vigor), sendo mais extenso e detalhado. Nele, não aparece mais a lista de seis “habilidades ou competências gerais” na qual se inseria a rubrica Comunicação nas DCN anteriores.

Na nova edição, no entanto, a comunicação é complexificada, tanto no que se refere a sua face terapêutica (aquela estabelecida entre profissional e paciente) quanto no que concerne às relações entre o médico, os demais profissionais da equipe de saúde e a comunidade como um todo. Essa nova acepção da comunicação atinge o âmbito da própria gestão dos serviços de saúde, bem como a produção e avaliação dos conhecimentos a serem utilizados nos processos de trabalho.

9 Por ocasião da elaboração do presente trabalho a expectativa é que os demais cursos da área da saúde tenham suas diretrizes curriculares revistas na sequência.

Formuladas de acordo com um modelo diferente do anterior, as novas DCN entendem que a formação do graduado em medicina compreende três grandes “áreas de competência”: I – Atenção à Saúde; II – Gestão em Saúde; e III – Educação em Saúde. A comunicação perpassa todas as áreas, emergindo como elemento constitutivo de diferentes atividades previstas. Nesse caso, podemos identificar uma variedade de acepções da comunicação, desde a “linguagem verbal e não verbal, com usuários, familiares, comunidades e membros das equipes profissionais” e a incorporação, sempre que possível, das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) até a “escuta ativa e singular de cada pessoa”. Aparecem, ainda, a necessidade do registro dos dados no prontuário do paciente, a “utilização de linguagem compreensível no processo terapêutico” e o esclarecimento, à pessoa sob cuidado e a sua família, acerca de diagnósticos, prognósticos, procedimentos ou exames a serem realizados, sempre com base em seu entendimento e consentimento.

Observamos, neste novo documento, a entrada de termos e palavras que ratificam essa ampliação: “empatia, sensibilidade e interesse”, “relação horizontal, compartilhada, respeitando-se as necessidades e desejos da pessoa sob cuidado, família e comunidade”, “escuta ativa das pessoas, famílias, grupos e comunidades”, “mediada pela interação, participação e diálogo”, “favorecimento da construção de vínculo”, “compartilhamento do processo terapêutico”, “negociação do tratamento”, “promoção do diálogo”, “estabelecimento de pacto” e “implementação de ações pactuadas”, “incluir a perspectiva dos usuários, família e comunidade”, “trabalho colaborativo em equipes de saúde”, “abertura para opiniões diferentes e respeito à diversidade de valores, de papéis e de respon-

sabilidade no cuidado à saúde”, “participação em conjunto com usuários, movimentos sociais, profissionais de saúde, gestores do setor sanitário e de outros setores”, “participação em espaços formais de reflexão coletiva sobre o processo de trabalho em saúde”, “formulação e recepção de críticas, de modos respeitosos, valorizando o esforço de cada um e favorecendo a construção de um ambiente solidário de trabalho”, “estímulo à construção coletiva de conhecimento”, “compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença”.

Embora, na grande maioria dos trechos e expressões anteriormente citados, não apareça explicitamente a palavra “comunicação”, percebe-se sua presença, não mais como um instrumento a ser utilizado somente em alguns momentos da prática médica, mas como evidência de uma nova atitude diante do próprio conhecimento e da relação do profissional médico com o “outro”. A proposição de uma construção compartilhada do conhecimento e de decisões tomadas coletivamente, levando-se em consideração, além das melhores evidências científicas disponíveis, as necessidades, desejos e crenças do usuário, pode mudar radicalmente o cenário tradicional da formação e da prática médicas.

Acerca do tratamento dado à cultura no documento mais recente, cabe destacar que, para além da “compreensão dos determinantes culturais”, já presente nas DCN de 2001, observa-se a inserção da discussão das diferenças étnico-raciais como conteúdo curricular fundamental. O item VI do art. 23 trata, especificamente, da abordagem de “temas transversais”, envolvendo “conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas” sobre questões como: direitos humanos e de pessoas portadoras de deficiência, ensino da Língua Brasileira

de Sinais, de educação ambiental e das relações étnico-raciais, bem como da história da cultura afro-brasileira e indígena.

Também sobressai o tema da Escuta, que traz, em seu bojo, o reconhecimento de uma mudança necessária na atitude do profissional de saúde em relação ao paciente. Tradicionalmente, essa é uma relação bipolar na qual cabe ao profissional perguntar e ao paciente responder, buscando atender às demandas de informação do primeiro, visto como principal emissor na comunicação terapêutica. Nesse sentido, Spagnuolo e Pereira (2007, p. 1608) reconhecem a “necessidade de abandonar estratégias comunicacionais informativas e unilineares e, ao mesmo tempo, de adotar uma prática mais dialogada, das ‘conversas’”, sendo sensível às novas demandas emergentes no campo da saúde.

Sobre a temática do Contexto, a simples contagem das vezes em que aparece como palavra-chave é muito significativa: de apenas uma menção em 2001, o Contexto passa a estar presente, na versão de 2014 das DCN, dez vezes, em situações como, por exemplo, para balizar a escuta e “identificação dos motivos ou queixas, evitando julgamentos, considerando o *contexto de vida e dos elementos biológicos, psicológicos, socioeconômicos* e a investigação de práticas culturais de cura em saúde, de matriz afro-indígena-brasileira e de outras relacionadas ao processo saúde-doença-trabalho em saúde” (grifo nosso). O uso de “dados secundários ou informações” também deve pautar-se por elementos “que incluam o contexto político, cultural, discriminações institucionais, socioeconômico, ambiental e das relações, movimentos e valores de populações, em seu território, visando ampliar a explicação de causas, efeitos e baseado na determinação social no processo saúde-doença, assim como seu enfrentamento”.

Acreditamos que o entendimento do processo da comunicação articulado às noções de contexto(s), escuta, cultura(s), compartilhamento, horizontalidade, interação, vínculo, negociação, participação e diálogo converge para o conceito de mobilização social proposto por Bernardo Toro, que, segundo Araujo (2003), parte da ideia de mobilidade dos indivíduos e de movimento dos sentidos, que se fazem circular de forma mais ampla na sociedade, rompendo as amarras dos sentidos dominantes (neste caso, aqueles vinculados ao discurso médico-científico). Para que a comunicação seja, de fato, democrática e caminhe no sentido da mobilização social idealizada pelo autor, é preciso, desse modo, distanciar-se da prática habitual de intervenção das instituições e organizações de saúde, que atua com o objetivo de que as pessoas obedeçam a regras e reproduzam comportamentos-padrão. Faz-se necessário, portanto, partir da “compreensão de que a prática social é polifônica, queiramos ou não, e não há nada que se possa fazer para impedir” (ARAÚJO, 2003, p. 53).

Considerações finais

Ao se comprometer com uma definição de competência que supera o mero saber fazer e incorporar diversos elementos de contexto como balizas do ensino e do trabalho, as DCN de 2014 representam um avanço em relação às até então vigentes. A revalorização do componente prático do ensino aponta para a compreensão de que “a relevância dos conceitos teóricos decorre menos de sua validade intrínseca do que do intuito e habilidade dos profissionais para utilizá-los” (AGUIAR; RIBEIRO, 2010, p. 372). Compreender que o processo ensino-aprendizagem e o cuidado à saúde acontecem imersos em contextos – dos alunos, profissionais, professores, pa-

cientes e seus familiares, serviços de saúde, comunidade, políticas de saúde e realidade social mais ampla – facilita a construção de um entendimento de comunicação mais dialógico.

Na edição de 2014, a presença da comunicação entre os três grandes âmbitos de competência do médico (atenção, gestão e educação) representa uma ampliação de sua compreensão como um processo social, plural. O modelo de comunicação hegemônico no ensino de ciências da saúde, bipolar e unidirecional, sai enfraquecido. Emerge uma perspectiva mais apta a lidar com a complexidade da dinâmica social, pois entre as atuais demandas por cuidado (universal, equânime), a escuta e o reconhecimento do “outro” fazem-se fundamentais. Cabe incorporar a comunicação na formação em saúde na *forma* – inserção no currículo, metodologias participativas de ensino-aprendizagem – e no *conteúdo*, problematizando que comunicação se pretende ensinar.

Os diversos cenários de formação e prática do SUS demandam uma comunicação “que entende que os saberes da saúde não se produzem apenas a partir do saber técnico-científico e por uma dimensão apenas cognitiva, e sim por meio da articulação de práticas, saberes, memórias, expectativas, emoções, lugares da fala etc., constituídos pelas vozes que emanam das instituições e da população” (ARAUJO 2007, p. 116). O contexto demográfico, epidemiológico e sociocultural brasileiro atual, de diversidade, envelhecimento e cronicidade, também informa que a tarefa dos profissionais de saúde não se limita a “curar”. A negociação de condutas e a construção compartilhada dos sentidos estão na agenda da formação e práticas, cabendo apoiar a capacidade dos cidadãos de ressignificar a própria vida, mesmo que a partir da doença e da perda (inexorável), mas também do prazer e dos

recursos da comunidade. Tal tarefa exige, certamente, uma competência comunicacional complexa.

Na busca do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (sus), destacam-se esforços para reorientar o modelo de atenção e a relação entre os níveis assistenciais. No âmbito da Atenção Primária à Saúde, por exemplo, é muito importante a compreensão da cultura e da linguagem dos usuários, e as relações de poder muito assimétricas, habitualmente estabelecidas nos serviços de saúde, que vêm sendo questionadas, inclusive por meio de novas práticas comunicacionais.

No entanto, a homologação das DCN não garante sua implementação. Segue mantido no Brasil um grau de tensão entre os setores de saúde e educação, na medida em que a Constituição de 1988 demanda que o sus realize a ordenação da formação em saúde, mas, na prática, quem chancela e regula a oferta do ensino (inclusive superior) é o Ministério da Educação (MEC). Ainda serão necessários vários movimentos de convergência entre os dois ministérios, cuja relação experimenta avanços e recuos.

A autorização, o reconhecimento e avaliação de cursos precisa garantir que os princípios das DCN sejam atendidos. É o caso, por exemplo, de países como os Estados Unidos e o Canadá, por exemplo, onde a acreditação de escolas de medicina pelo *Liason Comitee on Medical Education* incorpora, desde 2007, a inclusão da “competência cultural” como componente do processo educacional. Betancourt e Green (2010, p. 583) conceituam a competência cultural como sendo “a habilidade de profissionais de saúde se comunicarem com pacientes e efetivamente oferecerem cuidado de qualidade para pacientes com *backgrounds* culturais distintos”, levando em conta raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, entre outros.

É sabido que algumas instituições de ensino têm inovado no ensino da comunicação para estudantes da saúde, mas, por outro lado, ainda é necessário ampliar a sistematização e a análise crítica dessas iniciativas mediante a adoção de métodos de pesquisa que atendam às peculiaridades do estudo das interações que ocorrem ao longo do processo formativo.

Nesse sentido, do ponto de vista prático, a comunicação se constitui num potencial eixo transversal do currículo médico. Concluimos, reiterando o que observa Magalhães (2007, p. 649): “o desenvolvimento de atitudes, como uma postura ética e responsável, de habilidades, como a comunicação na relação profissional – paciente, e o pensamento crítico e criativo não se fazem no âmbito restrito de uma disciplina, mas dependem do desenvolvimento de todo um currículo e de vivências que os alunos experimentam durante seus cursos de formação.”

Referências bibliográficas

AGUIAR, A. C.; RIBEIRO, E. C. O. Conceito e avaliação de habilidades e competência na educação médica: percepções atuais de especialistas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 34, n. 3, p. 371-378, 2010.

_____; KALIL, I. R.; MOTTA, P. H. F. M.; MARTÍNEZ-SILVEIRA, M. S. O ensino da comunicação na formação profissional em saúde no Brasil. XII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN. 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/Adriana-Aguiar.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

ARAUJO, I. S. Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 8, p. 46-57, 2003.

_____. Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 8, p.165-177, 2004.

_____; CARDOSO, J. M. Circulação polifônica: comunicação e integralidade na saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (Orgs.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos*. Rio de Janeiro: IMS/Uerj/Cepesc/Abrasco, 2005, p. 239-251.

_____; _____. Comunicação e saúde. In: MARTINS, C. M.; STAUFFER A. B. (Orgs.). *Educação profissional e docência em saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007, p. 101-124.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETANCOURT, J. R.; GREEN, A. R. Linking Cultural Competence Training to Improved Health Outcomes: Perspectives From the Field. *Academic Medicine*, n. 85, p. 583-585, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov>>.

br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/06/2014&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=64>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Relatório Final da XI Conferência Nacional de Saúde. 2000. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_11.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

DONATO, A. F.; GOMES, A. L. Z. O estudo da comunicação na formação dos profissionais de saúde: algumas questões e aproximações. *Boletim do Instituto de Saúde*, v. 12, p. 37-43, 2010.

ENGEL, G. The Need for a New Medical Model: A Challenge for Biomedicine. *Science*, v. 196, n. 4286, p. 129-136, 1977.

ESCOSTEGUY, A. C. D. *Os estudos de recepção e as relações de gênero*: algumas anotações provisórias. Rio de Janeiro: Ciberlegenda – UFF, 2002, p. 7.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 1 (5), p. 175-210, 2001.

HERITAGE, J.; MAYNARD, D. Problems and Prospects in the Study of Physician-Patient Interaction: 30 Years of Research. *Annual Reviews Sociol*, v. 32, p. 351-374, 2006.

LASSWEL, H. The Structure and Function of Communication in Society. In: BRYSON, L. *The Communication of Ideas*. Nova York: Institute for Religious and Social Studies, 1948.

MAGALHÃES, C. R. O jogo como pretexto educativo: educar e educar-se em curso de formação em saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 11, p. 647-654, 2007.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 39-68.

PITTA, A. M. R. Interrogando os campos da saúde e da comunicação: notas para o debate. In: _____ (Org.). *Saúde e comunicação: visibilidades e silêncios*. São Paulo: Editora Hucitec-Abrasco, 1995, p. 239-66.

SIMPSON, M.; BUCKMAN, R.; STEWART, M.; MAGUIRE, P.; LIPKIN, M.; NOVACK, D. E.; TILL, J. Doctor patient communication: the Toronto consensus. *British Medical Journal*, v. 303, p. 1385-1387, 1991.

SOUSA, M. W. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: SOUSA, M. W. (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 13-38.

SPAGNUOLO, R. S.; PEREIRA, M. L. T. Práticas de saúde em Enfermagem e Comunicação: um estudo de revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1603-1610, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600021>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

TURA, M. L. Escola, homogeneidade e diversidade cultural. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). *Educação e Cultura: pensando em cidadania*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999, p. 87-112.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1999. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20121/485465_Teorias%20da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20%20Mauro%20Wolf.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.



Perspectiva comunicacional de telessaúde como oportunidade de empoderamento

ANGÉLICA BAPTISTA DA SILVA¹

QUAL A IMPORTÂNCIA de se olhar a comunicação no contexto da saúde? Qual a contribuição desse intercampo saúde-comunicação? O questionamento certamente ecoa em corações e mentes diversos, imbricados nos serviços e na pesquisa em saúde.

Como pesquisadora que escolheu observar mais detalhadamente o delineamento da telessaúde na política do cuidado, devo partilhar em princípio que todo esse relato e reflexão partem do pressuposto de que a comunicação e a informação em saúde não podem se perder em metodologias e objetos que as afastem do nosso principal propósito: salvar e melhorar a qualidade de vida da população. Essa postura parece óbvia, mas não é. Porquanto é deveras tentador priorizar o método em detrimento do objeto.

Este texto está dividido em quatro momentos: primeiro discorre-se sobre os significados da telessaúde e, assim, dentre eles, nos deteremos nas diferentes apropriações do termo pela academia e pela indústria; num terceiro momento será apresentado como a teles-

1 Mestre e doutora em Saúde Pública. Jornalista especialista em internet, interface e multimídia. Coordenadora do Laboratório de Telessaúde do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz).

saúde pode figurar entre temas de estudo no campo da informação e comunicação em saúde; e, como conclusão, será colocada uma questão preciosa para a comunicação em saúde na saúde coletiva: o empoderamento dos pacientes e a telessaúde como oportunidade.

Os múltiplos significados da telessaúde

Conceito próximo a técnicas e tecnologias, influenciado por interesses industriais e financeiros, a telessaúde se dilui na literatura científica indexada em vários sinônimos, tais como videoconferência, serviço de saúde com uso de tecnologia da informação e comunicação (TIC), aplicação de robótica, reorganização hospitalar através do processo de informatização e redes, entre outros significados conforme o enfoque da investigação.

Primeiramente, é necessário observar o significado mais aglutinador que a Organização Mundial da Saúde (OMS) atribui na atualidade ao termo *e-health* (abreviação de *electronic health*, saúde eletrônica). Como segundo ponto, ao considerarmos saúde eletrônica como saúde a distância – telessaúde, sendo estas expressões sinônimas, podemos reconhecer alguns marcos iniciais importantes.

Numa primeira aproximação em nível global, é possível associar a telessaúde ao período da formação dos estados nacionais e ao começo do intercâmbio do conhecimento clínico e médico, envolvendo grandes distâncias. Inúmeros são os exemplos de registros, trocas de cartas dos cientistas à época.

Rossellini contou em filme a tortuosa peregrinação de René Descartes pelas escolas de medicina, em que experimentos anatômicos acontecem com a presença de grandes plateias de mentores e estudantes. Finalmente é possível conhecer e dividir o corpo humano,

que não é mais divino, porém é o centro do mundo que precisa ser conhecido, classificado, enumerado etc. Em suas anotações, Descartes viaja por várias universidades na Europa, testemunhando o entusiasmo iluminista que inspira certamente seus escritos.

Outro marco importante a se considerar é a fase posterior do capitalismo industrial, época das máquinas a vapor e de vertiginosas descobertas, entre elas, o telefone. Entre as primeiras ligações bem-sucedidas de Alexander Graham Bell, destaca-se a consulta sobre saúde via telefone.

No pós-guerra, depois do cinema e do rádio, a TV surge como importante ferramenta de controle de opinião, e, ao mesmo tempo, transmissões de cirurgias via circuito fechado de televisão aconteceram nos Estados Unidos, simulando as grandes sessões de observação de anatomia no período das Luzes. Durante a Guerra Fria, estudos das agências espaciais para a sobrevivência no espaço sideral marcam também o surgimento de várias tecnologias inovadoras para telediagnóstico.

Na América Latina, transmissões de cirurgia via televisão também ocorrem entre universidades já nos anos 1950. Marcado pela desigualdade social, pela divisão internacional do trabalho com resquícios do mercantilismo e pelo industrialismo tardio conduzido por governos autoritários, o território latino tem o desenvolvimento da telessaúde em seus bolsões prósperos. Nos anos 1980 pipocam experiências isoladas. Nos anos 2000, há um esforço internacional da Organização de Estados Americanos (OEA), da Organização Pan-americana de Saúde (PAHO/OMS) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de sistematizar essas experiências e promover a troca de práticas bem-sucedidas entre países.

Em 2012, o BID apoiou o projeto Políticas Públicas de Telessaúde na América Latina (*Telehealth Public Policies in Latin America – TPP-LA*), com a condução da Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto conseguiu desenhar um panorama sistematizado quanto ao estabelecimento de regras para a implantação de políticas nacionais de telessaúde na América Latina. Representantes de ministérios da saúde de dezesseis países participaram de um comitê de coordenação para o desenvolvimento das ações de telessaúde.

Observou-se que vários países já têm projetos nacionais de telessaúde implantados: Brasil, Colômbia, Equador, México, Panamá. Outros estão em processo de elaboração e início de implantação concreta de projetos: Bolívia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Peru, Venezuela. Outra iniciativa internacional independente desse grupo territorial foi a criação da Associação Iberoamericana de Telessaúde e Telemedicina, que resultou na Declaração de Quito em 2011, assinada por nove países, incluindo Estados Unidos, Espanha e Portugal, cujo escopo o México veio a incorporar em encontros posteriores.²

No Brasil, iniciativa pioneira inaugurada em 1994 foi o Canal Saúde, realizando teleconferências nacionais em canal fechado de televisão analógica para todo o país com o objetivo de propiciar o debate sobre políticas e programas na área da saúde bem como difundir informações visando ao exercício do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto, sob a coordenação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), se tornou um canal de televisão de espectro público, com a função de difundir informações

2 Vide <http://www.teleiberoamerica.com>.

epidemiológicas, ambientais e sanitárias e o próprio SUS para a população em geral.

Dois projetos institucionais de envergadura nacional acontecem no território brasileiro em meados da primeira década do século XXI: a Rede Universitária de Telemedicina (Rute) e o projeto Telessaúde Brasil Redes do Ministério da Saúde. A literatura apresenta o ano de 2005 como importante época para telessaúde no país, quando houve o primeiro grande impulso na administração pública para a área de telemedicina nos hospitais universitários brasileiros promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Houve a configuração inicial da Rute em dezenove hospitais universitários com infraestrutura de conectividade fornecida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, uma organização social ligada ao MCTI.

Logo após a criação da Rute, estabelece-se projeto piloto no Ministério da Saúde (2007) em nove estados (AM, CE, PE, GO, MG, SP, RJ, SC, RS), e cada um desenvolveu seu sistema eletrônico a fim de cumprir as recomendações do governo federal. Em 2010, institui-se, em âmbito nacional, o Programa Telessaúde Brasil Redes como apoio à Estratégia de Saúde da Família, com o fim de desenvolver ações de assistência à saúde e educação permanente, utilizando tecnologias de informação e comunicação (TIC) no atendimento da atenção básica do SUS.

Nos serviços de saúde privados, um marco da telessaúde no Brasil foi a criação do Padrão para Troca de Informação de Saúde Suplementar (TISS) para registro e intercâmbio de dados entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços médico-hospitalares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em maio de 2003, também financiado pelo BID.

O TISS baseia-se em estudos de diversos padrões internacionais de troca de informações em saúde utilizados no mercado, além de vários sistemas nacionais como o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), o Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) e o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O padrão TISS tem duas diretrizes importantes para a concepção de sistemas de informação em saúde (SIS) e de registros eletrônicos: a interoperabilidade entre os SIS e a redução da assimetria de informações para os beneficiários de planos privados de assistência à saúde. Ele tem sido de grande influência nos projetos de implantação de prontuários eletrônicos em unidades de saúde diversas.

A apropriação do termo pela academia e pela indústria

Já no campo da indústria, o termo *telessaúde* ganha matizes de interesses corporativos e financeiros de diversos grupos transnacionais. Nos países com maior acúmulo de riqueza, o termo é associado a duas questões principalmente: a preocupação com a boa forma, o *fitness* e o monitoramento remoto de doenças crônicas decorrentes do envelhecimento de grande parte da população.

A guerra pelo mercado, que usa a estratégia de soluções fechadas de hardware, software, é o grande impedimento para realizar ações globais de *telessaúde*, construindo muros e isolando ilhas de excelência. A grande discussão sobre interoperabilidade de sistemas no mercado de *telessaúde* norte-americano, sem grandes consensos construídos, e que marcou a Era Obama, é um exemplo global dessa questão.

No entanto, há aspectos tecnológicos que influenciam a oferta de produtos e ferramentas de telessaúde: a ubiquidade computacional³ e a internet das coisas.⁴ Aspectos que resultaram na explosão de oferta de aplicativos e na geração de uma literatura entusiasta sobre *mobile health* (*m-health*), com pouca ou nenhuma evidência de seus benefícios para a saúde coletiva de uma maneira geral.

Quanto ao termo na literatura científica, há exemplos denominados como telessaúde que relacionam atividades educativas voltadas para profissionais de saúde, professores de escolas públicas e cuidadores de idosos como fatores de melhora na qualidade de vida de determinadas comunidades.

No mapeamento das iniciativas de telessaúde realizado pela OEA, pela OPAS e pela União Internacional de Telecomunicações em 2003, por demanda da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, o termo telessaúde é fortemente associado à incorporação das tecnologias de informação e comunicação nos sistemas de saúde das Américas. Na definição de telessaúde, sugere-se uma taxonomia com quatro grandes áreas: a telemedicina; a tele-educação sanitária ou em saúde; as redes de investigação e a tele-epidemiologia; e as redes de administração e gestão em saúde.

Segundo os Descritores em Saúde da Bireme (DECS), a telemedicina é a oferta dos serviços de saúde por telecomunicação remota, incluindo consulta interativa e serviços de diagnóstico.

3 Termo usado como sinônimo de computação pervasiva, que indica a presença de computadores em todos os ambientes, a computação onipresente e invisível em nosso cotidiano.

4 IoT (Internet of Things) é a conexão de objetos variados a um sistema computacional com diferenciais de processamento, armazenamento em nuvem e uso de big data. Na área da saúde tem se manifestado na invenção de dispositivos e ferramentas de saúde inteligentes, tais como sensores e etiquetas RFID para rastrear medicamentos e material biológico manipulado em ambiente hospitalar e ambulatorial.

Na virada dos anos 1980 para 1990, observa-se na literatura a superação do termo telemedicina por telessaúde, este considerado como tendo um escopo maior relacionado à promoção da saúde e à prevenção de doenças.

Associações internacionais responsáveis por padronizações na área da saúde, tais como a OMS e a União Internacional de Telecomunicações, adotaram o termo *e-health*. A OMS define e-saúde como “a utilização no setor da saúde de dados em formato digital – transmitidos, armazenados e recuperados por via eletrônica – para o suporte aos cuidados de saúde, tanto no local quanto a distância”.

Quanto à formação da palavra telessaúde, trata-se de um hibridismo da Língua Portuguesa que une o radical grego *tele* (ao longe, distância) à palavra saúde, do latim *salute*, com a redação dos dois “ss” como produto do novo Acordo Gramatical, que visa criar uma ortografia unificada a ser usada por todos os países de Língua Oficial Portuguesa. É possível observar dois elementos estruturantes em termos de significado da palavra telessaúde: a interlocação para o cuidado em saúde e a distância como barreira a ser transposta para que o cuidado se realize.

Telessaúde não é simplesmente sinônimo de uso de videoconferência, dispositivos sem fio, ou componente organizacional para implantar TIC e redes em unidades de saúde. Por isso, não compete com outros termos na literatura, como *telemedicine*, *e-health* ou *m-health*. Não é uma questão de dispositivo, mas sim de como o sistema de saúde se organiza na sociedade da informação. A partir da análise no campo da comunicação e informação, vislumbra-se a oportunidade de conceituar a telessaúde como toda atividade em rede, mediada por computação, que promove o encontro e a troca entre a prática da pesquisa translacional e os serviços de saúde.

Telessaúde no campo da informação e comunicação em saúde

O conhecimento produzido sobre a comunicação na sociedade tem sido palco de embate de ideias e amarrações de consensos ao longo dos séculos xx e o incipiente xxi. Diversos cientistas se debruçaram sobre o tema em que o modelo mais estudado certamente foi a teoria matemática da comunicação, também conhecida como teoria da informação. Numa visão mais instrumental, comunicação e informação estão indissociáveis, a comunicação se configura como o processo em si, as relações e o caminho. Já a informação seria da seara do conteúdo, da mensagem que circula em diferentes lugares desse sistema.

Nesse mesmo período, dentre os modelos teóricos advindos desse diálogo epistemológico, destaca-se o nascimento da cibernética, um campo de saber que influenciou o nascimento da informática, das neurociências e da psicologia cognitiva. O estudo dos sistemas reguladores abriu caminhos para as tecnologias da informação e comunicação que estruturam a sociedade atualmente. A máquina se tornou a metáfora do humano perfeito através da figura simbólica do ciborgue. Num tempo de ubiquidade computacional, em que todos os caminhos são rastreados, o cuidar e o curar ganham uma nova dimensão. Espaço e tempo são encurtados ou alongados de acordo com o poder simbólico dos pacientes e profissionais de saúde.

A telessaúde, assim, se configura como um ecossistema cibercultural da saúde coletiva, que reflete os jogos de poder entre a Clínica e o Corpo do paciente. Nesse sentido, websites, dispositivos de telediagnóstico remoto com uso de imagem, aparelhos de telepresença, medicamentos com hibridismo químico-computacional (nanotecnologia aplicada, por exemplo), profissionais com

formações heterogêneas e registros eletrônicos de saúde constituem uma rede de atores humanos e não humanos que necessitam ser analisados. E não só analisados, mas acompanhados de perto no que diz respeito às novas fronteiras bioéticas que se configuram com o surgimento dessas novas tecnologias.

Desafio na saúde coletiva contemporânea: o empoderamento dos pacientes

Há a oportunidade de dar mais poder ao paciente na decisão quanto ao seu próprio corpo, desde que conheça o emaranhado cibercultural em que essa informação se insere. Isso implica na inclusão digital como direito humano. Inclusão com seus vários aspectos, que talvez se assemelhe ao conceito de letramento definido como a série de habilidades de reconhecer quando a informação se faz indispensável bem como de ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação necessária. Como prática social, assemelha-se a aprender outra língua.

Nesse sentido, o apreender crítico do mundo de vida, tão caro ao construtivismo de Paulo Freire, nos traz algumas lições e questionamentos. Por que as iniciativas institucionais de escuta dos pacientes no ciberespaço são tão escassas e enviesadas? Uma questão a ser analisada com muito cuidado pelos que pensam e investigam o intercampo da comunicação-saúde.

A categoria empoderamento, conhecida na literatura por *empowerment*, pode ser vista como a criação de condições para que o sujeito se torne protagonista da própria mudança. No caso de um empoderamento para a saúde, abre-se uma janela de oportunidade para que as pessoas promovam sua própria saúde e que se popularize o conhecimento clínico e holístico do envelhecimento, da dor e da doença.

Relações de poder entre médico e paciente têm sido revisitadas como objeto de pesquisa após o advento da internet. Paralelamente, surgiram novos riscos com a disseminação de panaceias digitais, que precisam ser constantemente desmascaradas e disseminadas de maneira tão intensa quanto às panaceias, assemelhando-se aos movimentos de combate a vírus tais como o Cavalo de Troia, vermes nos ambientes computacionais em rede.

Diante de todas essas forças invisíveis e cantos da sereia da tecnologia, os profissionais que lidam com a telessaúde precisam se perguntar o tempo todo se esse ecossistema cibercultural está a serviço da construção do paradigma da promoção da saúde, em que saúde não é sinônimo de simples ausência de doença, mas de qualidade de vida e felicidade.

Referências bibliográficas

- BASTOS, B. G.; FERRARI, D. V. Internet e educação ao paciente. *Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia*, v. 15, p. 515-522, 2011.
- CITEL/OEA, C. C. P. I. DE LA. *Telesalud en las Américas*. 1. ed. Washington: CITEL/OEA, 2003. v. 1
- DABROWSKA, E. *Telehealth and Information Society: a Critical Study of Emerging Concepts in Police and Praticce*. Londres: University of London, 2002.
- DEMIRIS, G.; DOORENBOS, A. Z.; TOWLE, C. Ethical Considerations Regarding the Use of Technology for Older Adults. The case of Telehealth. *Research in Gerontological Nursing*, v. 2, n. 2, p. 128-136, 2009.
- MELO, M. DO C. B. DE; SILVA, E. M. DE S. Aspectos conceituais em telessaúde. In: Souza, C.; Alves, H. J.; Santos, S. F.; Santos, A F. (Orgs.). *Telessaúde: um instrumento de suporte assistencial e edu-*

- cação permanente. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 17-31. v. 1.
- MENDES, S. F. et al. Uma análise da implantação do padrão de troca de informação em saúde suplementar no Brasil. *Journal of Health Informatics*, v. 1, n. 2, 2009.
- SANTOS, A. DE F. dos et al. Uma visão panorâmica das ações de telessaúde na América Latina. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 35, p. 465-470, 2014.
- SILVA, A. B. Canal Saúde e a mídia: do analógico à convergência. In: GERAIS, E. de S. P. de M. (Org.). Caderno Mídia e Saúde Pública: 20 anos de sus e 60 anos de Declaração dos Direitos Humanos. *Caderno Mídia e Saúde Pública*. 1. ed. Belo Horizonte: ESP-MG, 2008. p. 40-48. v. 1
- _____; LABRA, E. Plenária Virtual Permanente: em busca da interlocução entre os conselhos de saúde. *Ciência da Informação*, v. 36, p. 106-117, 2007.
- _____; MORAES, I. H. S. de. O caso da Rede Universitária de Telemedicina: análise da entrada da telessaúde na agenda política brasileira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, p. 1211-1235, 2012.
- _____; MOREL, C. M.; MORAES, I. H. S. de. Proposta conceitual de telessaúde no modelo da pesquisa translacional. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 2, p. 347-356, abr. 2014.
- _____; CARNEIRO, A. C. M. G.; SÍNDICO, S. R. F. Regras do governo brasileiro sobre serviços de telessaúde: revisão integrativa. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 44, 2015.
- SILVA, H. et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*, v. 34, p. 28-36, 2005.
- SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação & Sociedade*, v. 23, p. 143-160, 2002.

VIRILIO, P.; PACIORNIK, C. M. *Velocidade e política*. [s.l.] Estação Liberdade, 1996.

WHO. National Health Strategy Toolkit. *World Health Organization*. Genebra, p. 223. 2012.

Para saber mais...

1. Documentário de Roberto Rosselini sobre a vida do matemático e filósofo Renatus Cartesius. Disponível em: <<https://youtu.be/s8xU5OWBcP4>>.
2. Tese de Elzbieta Klecun-Dabrowska sobre a telessaúde na sociedade da informação (em inglês). Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/4187723.pdf>>.
3. Conheça a experiência de certificação das melhores práticas de telessaúde financiada pelo BID. Disponível em: <<http://site.medicina.ufmg.br/proyectobid/>>.
4. Na página da Agência Nacional de Saúde Suplementar, é possível encontrar vários dados de atenção à saúde das unidades privadas, que aderiram ao TISS. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/prestadores/tiss-troca-de-informacao-de-saude-suplementar>>.
5. Conheça a política de saúde eletrônica e seu respectivo observatório na Organização Mundial de Saúde (em inglês). Disponível em: <<http://www.who.int/goe/en/>>.
6. Sobre empoderamento digital, feminismo na atualidade e cibercultura, conheça o Manifesto do Ciborgue da pesquisadora Donna Haraway, traduzido em português na rede! Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/128240/ANTROPOLOGIA+DO+CIBORGUE.pdf>>.



VIVIR
UM INFARTO AVISADO
Sinais no corpo quando ele está próximo de acontecer
Por que não é uma boa ideia deixar de fumar?

vege
REVISÃO DO
FACIL DE
REMÉDI
INFLA
Abaste no gel para combater a dor que não vai embora
PREÇO DE
SELAJAS
Sem açúcar e sem gordura, são as melhores opções para quem quer perder peso

BANANA
controla a
GLICEMIA
70% de
Praticamente
livres de
açúcar
para diabéticos

BANANA
controla a
GLICEMIA
70% de
Praticamente
livres de
açúcar
para diabéticos

O PODER
DE CUPIM
SUCINO
CANTO
2 FATIAS por dia
• Contêm o ácido
• Matam a vontade
de comer doce
• Reduzem o
emagrecimento.

DIETA DA MELAN
FÁCIL DE FAZER, SEM
ALCOOL E SEM
LACTOSE

SALADA CHAS M
Bela e saudável
com alicates
que ajudam a
perder peso

OLEOS PODER
ÓLEO DE
CANTO

OLEOS PODER
ÓLEO DE
CANTO

BOLOS
SEM
LACTOSE

Ana
O CABELO DA BIBI PERIGOSA
E outros tips de
beleza para você ficar poderosa!
Ana Maria Receitas
CREME DE MANDIOQUIN
e queijo

tititi
Satis por que Marília Mendonça terminou o noivado?
Victor Chaves confirma fim do casamento após tantas polêmicas
Mirreia e Coara comemoram os 3 anos de sua primeira gravidez
FORÇA DO QUERER
RUY SALVA IVA ESPANCAMENTO
Luz investiga o caso de Eric com a filha de Anabela
Thomaz Augusto assassinado de Leopoldina

Zid
GUERRA AO COLESTEROL COM FARMACIA DE BERLÍN
FÁCIL DE FAZER, SEM ALCOOL E SEM LACTOSE

espr
Din

espr
Din

Dieta
FRANGO

Dieta
FRANGO

Dieta
FRANGO

A retórica da medicalização e a justificativa moral para a cirurgia bariátrica nos relatos de celebridades

IGOR SACRAMENTO¹
WILSON COUTO BORGES²

Introdução

A RETÓRICA, SEGUNDO ARISTÓTELES, é a identificação de meios mais adequados para persuadir determinado auditório em relação a causas configuradas como públicas e comuns numa dada sociedade, sob o ângulo do justo e do injusto, do bem e do mal, do útil e do prejudicial, do certo e do errado, o que leva à definição de três gêneros do discurso retórico: o judicial (que tem como objetivo acusar ou defender indivíduos sobre uma ação ocorrida no passado de modo que o julgamento decida sobre a punição ou a absolvição), o deliberativo (que busca aconselhar ou dissuadir membros de uma assembleia ou coletivo sobre uma possível ação

-
- 1 Pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Laces/ICICT/Fiocruz) e do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPCOM/ECO/UFRJ).
 - 2 Pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Laces/ICICT/Fiocruz) e professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) na mesma instituição.

a ser realizada com impacto futuro) e o epidíctico (que procura por meio da amplificação pública das ações praticadas por alguém elogiá-las ou censurá-las no que diz respeito ao vício e à virtude, mas também ao belo e ao feio).

Na Antiguidade Clássica, Cícero, sem dúvida, foi um dos responsáveis por sistematizar didaticamente o conjunto de técnicas em compêndios e tratados, com o objetivo de formar oradores habilidosos na capacidade de persuadir. Ele teve como preocupação demonstrar que a retórica, antes de um conjunto de técnicas, envolve o desenvolvimento da capacidade de descobrir os modos de persuadir mais adequados dentro de um âmbito da vida e numa determinada área do saber. Nesse sentido, para o filósofo grego, mais do que uma disciplina ou técnica autônoma, a retórica permeia a existência social e constitui práticas discursivas e saberes diversos. Afinal, ela é a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. Sendo assim, não é absoluta, mas relativa a um determinado contexto socioenunciativo. Cícero estava mais preocupado com um processo de autonomização da retórica como saber específico, que conta com princípios estruturais próprios, pode ser ensinado e capitaneado pelos oradores num processo de distinção social.

A retórica está essencialmente associada aos processos de produção de verdade e das relações de poder. Do nosso ponto de vista, ela não é adorno ou adereço da linguagem, mas constitutiva da própria linguagem. Afinal, a retoricidade da linguagem vai além da dimensão trópica ou metafórica do uso de palavras, gestos, sons e imagens em enunciados específicos de uma dada prática discursiva. Isto é, “a linguagem é retórica porque é fundamentalmente político-social” (LÓPEZ EIRE, 2009, p. 31). Nesse sentido,

é interessante lembrar que a retórica, sobretudo desde a contribuição aristotélica, é compreendida como um processo de administração da opinião corrente, do senso comum (doxa), com vistas a persuadir o público sobre determinado assunto ou acontecimento de acordo com aquilo que tal público acredita ser possível. Não se trata da verdade, mas da verossimilhança: “um impossível convincente é preferível a um possível que não convença” (ARISTÓTELES, 2005, p. 50).

Entre as observações aristotélicas, destacamos a identificação de três conjuntos de formação de provas retóricas: a ética, a patética e a lógica. A prova ética corresponde à configuração da imagem moral do enunciador por meio do discurso. Nesse contexto, a persuasão se dá pelo caráter produzido pelo enunciador no momento da enunciação de tal maneira que deixa a impressão de ele ser digno de fé. Produz-se, assim, uma confiança como resultado da enunciação e não necessariamente como uma opinião prévia sobre o caráter do orador. Ou seja, na perspectiva aristotélica, o ethos deve ser entendido como uma condição técnica intrínseca à persuasão, e não como determinado pelo reconhecimento de qualidades morais extrínsecas a tal processo. Desse modo, a prova ética envolve a mobilização de modos de dizer (palavras, tipos de frase, argumentos etc.) e de modos de mostrar-se (gestos, mímica, direção do olhar, postura, roupas, adornos etc.) para contribuir na formação de determinada imagem do enunciador destinada ao público (PINTO, 2009, p. 43).

A prova patética envolve provocar determinadas emoções no público, busca despertar as paixões, crenças e desejos e, necessariamente, condiciona o enunciador e o seu tipo de discurso, já que, se o enunciador quer conquistar o auditório e ter validado o seu

discurso, deve estar atento ao que faz o público pulsar e desejar, o que o mobiliza. O pathos seria o que na análise contemporânea de discursos identificamos como sujeito falado, destinatário ou enunciatário (PINTO, 2009, p.43). Já o logos, suas provas e meios retóricos, correspondem à dimensão da argumentação pelo uso da linguagem, dos conteúdos transmitidos, das figuras e dos recursos empregados.

Identificamos no contexto contemporâneo a emergência da formação de uma produção retórica que articula os campos da comunicação e da saúde de maneira bastante intensa. Desse modo, um tipo específico de retórica – que aqui qualificamos como retórica da medicalização – passa a envolver a constituição de novas provas enunciativas que comprovam e incitam escolhas saudáveis: a) a configuração do ethos nesses termos envolve particularmente um conjunto de marcas formais do enunciado que associam a imagem do enunciador ao cuidado com o corpo e com a aparência, bem como a opções adotadas para o desenvolvimento de condições para a qualidade de vida e para o bem-estar pessoal; b) o logos atua de modo a estabelecer argumentos credenciadores (o conjunto de justificativas apresentadas pelo enunciador que o denotam como merecedor de confiança por parte do público, tendo particularmente como credenciais as iniciativas de transformação corporal e os resultados na mudança da aparência) e legitimadores (associados ao intuito de subvencionar a legitimidade do enunciado, na medida em que valida e comprova a necessidade de ser saudável ou de conquistar a saúde pela adoção de uma série de medidas); e c) o pathos produzido pelas enunciações de discursos da promoção da saúde incitam ansiedade

pelas mudanças, satisfação pela aderência às normas sociais de autocuidado e até mesmo desprezo em relação às regras e condutas da saúde perfeita e prazer de se manter em desvio como forma de resistência.

Além disso, nesse contexto de produção discursiva, os gêneros do discurso retórico mudam sensivelmente: o deliberativo passa a ser sobre o conjunto de ações tomadas para garantir um futuro mais seguro em relação aos riscos de adoecer e sofrer, o judicial está mais associado à valoração dos atos realizados como positivos ou negativos na promoção da saúde individual ou coletiva e o epidíctico diz mais respeito às ampliações públicas das ações praticadas por um determinado indivíduo de maneira a torná-las objeto de elogio e censura em relação ao vício e à virtude, ao certo e ao errado, ao justo e ao injusto e assim por diante.

Neste capítulo, analisaremos as argumentações e justificativas de duas celebridades sobre a submissão à cirurgia bariátrica como meio de controle do peso corporal: de André Marques, numa entrevista para o Fantástico em 9 de março de 2014, e de Leandro Hassum, numa conversa no Programa do Jô em 6 de novembro de 2015, ambos na TV Globo. Leandro Hassum e André Marques se popularizaram pelo humor em suas atuações e participações na TV. Tornaram-se também reconhecidos pelo peso corporal e mais recentemente pela redução das formas físicas por meio de procedimentos cirúrgicos. Nosso pressuposto é o de que a presença da retórica da medicalização da aparência, através dos relatos desenvolvidos pelos dois atores, opera na construção da justificativa moral para a redução de peso por meio da submissão à cirurgia bariátrica.

A partir da análise dos relatos, este texto está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, observamos particularmente como os atores procuravam justificar suas escolhas com base nos riscos de adoecer e de morrer por conta da obesidade. Eles, inclusive, acreditam que as operações foram medidas extremas na busca pelo controle e redução do peso corporal como meio de se curarem de condições de saúde já agravadas e evitarem novos problemas. Na segunda parte, demonstramos a consolidação na cultura contemporânea da retórica da medicalização, sobretudo no que envolve as articulações entre estilo de vida, estética e saúde. A obesidade, ao ser transformada numa doença e encarada por instituições nacionais e internacionais de saúde como epidêmica, é parte do processo de normatização dos corpos saudáveis em detrimento dos doentes, na medida em que avalia como determinados sujeitos exercem formas eficazes de controle do corpo e cuidado de si e os outros têm marcados em seus próprios corpos os resultados de má administração individual e adoção de um estilo de vida arriscado.

A retórica da medicalização e os fatores de risco

Ao apontarmos que a retórica da medicalização funciona como justificativa moral para a cirurgia bariátrica nos relatos de celebridades, nosso ponto de partida é evidenciar o quanto as chamadas novas provas enunciativas fornecem suporte para aquilo que certa linha do discurso de promoção da saúde tem qualificado como escolhas saudáveis. Ainda que aceitemos e concordemos com Bagrichevsky e colaboradores (2006) sobre a “força retórica da ideia de erro ou desvio de conduta que leva a prejuízos para si e para outros” (BAGRICHEVSKY et al., 2006, p. 210, grifos dos autores), não se

pode negar o quanto uma dose acentuada de apologia à gastroplastia (popularmente chamada de cirurgia bariátrica, designação que passaremos a adotar) – cirurgia que separa o estômago do tubo digestivo, tendo, em seguida, um pedaço do intestino conectado no lugar – também opera para validar tal retórica. É igualmente oportuno que destaquemos o papel exercido pela moral religiosa na composição do cenário em que cresce a capilaridade de defesa de que todo sacrifício tende a ser recompensado (VAZ, 2007). Um dos mecanismos que marca a efetividade de tal processo é a presença de um ethos construído a partir da valorização da imagem das chamadas celebridades, em que passam a ser elas mesmas provas vivas da melhoria da qualidade de vida em nossos dias. Entretanto, há um segundo movimento que não apenas credencia e legitima os argumentos de tais personagens a partir dos enunciados apresentados como atesta que há um caminho para a salvação: o sofrimento de hoje poderá libertar amanhã!

Desse modo, há uma intensa articulação entre a lógica instantânea do hedonismo com os cuidados assertivos do puritanismo, uma vez que a conquista e a manutenção do estilo de vida saudável parecem ser ao mesmo tempo a renúncia do prazer momentâneo e sua renovação pelas promessas futuras de vida prolongada, juventude expandida e beleza espetacular, pretensamente livrando o corpo dos riscos à saúde, à felicidade e à realização pessoal (VAZ, 1999). A conquista dessa satisfação, como resposta à moralidade corporal contemporânea constrói o “bom corpo”, o “corpo saudável” ou “perfeito”, como aquele que está livre de marcas aparentes do que se está considerando como falta de cuidado e dedicação a si (rugos, estrias, manchas, celulites, gordura, flacidez). Tais marcas corporais passam a ser frequentemente tomadas como indícios da

ausência ou péssima regulação individual sobre si na cultura contemporânea. Desse modo, o indivíduo moralmente aceito e amplamente qualificado é aquele que se sujeita às normas sociais de gestão de si e de maneira eficaz, autocontrolada e empenhada em adiar o prazer momentâneo pela promessa de ampliação da vida. Afinal, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1983, p. 118), o que faz com que a história das técnicas de intervenções do corpo seja também a história de como a sociedade condicionou o cuidado de si e dos outros.

O aumento da circulação de informações sobre a cirurgia bariátrica traz para o centro do debate algumas questões que nos parecem muito caras. Uma delas é a presença daquilo que Neto e Caponi (2007) qualificaram como Medicina da Beleza, cujo corpo, antes anunciado como “invólucro precário e falível e que aprisiona a essência do homem”, transfigura-se agora “à condição de assessorio da pessoa, seu cartão de visitas” (NETO e CAPONI, 2007, p. 106). Um dos efeitos dessa mudança é que o cálculo do risco de se submeter a um procedimento cirúrgico vem sendo drasticamente minimizado diante dos aventados benefícios para a saúde, tomada majoritariamente numa dimensão estética: ser saudável e ser bonito, embora valores relativos, passam a orientar a aparência na construção da norma. Com uso da técnica, não se apresentam os eventuais benefícios para saúde, mas a “melhora dos sintomas que levaram-na a optar pela intervenção, porque são os discursos sobre os benefícios psicológicos como a melhora da autoestima e da qualidade de vida que legitimam a prática médica” (NETO e CAPONI, 2007, p. 109). Quando na entrevista concedida ao repórter Tadeu Schmidt (TS) no Fantástico, André Marques (AM) é

perguntado sobre como foi essa transformação (promovida pelo procedimento), sua resposta nos parece exemplar: “Foi principalmente por causa da saúde. Lógico que também todo mundo quer se sentir mais bonito, mais saudável”.

É interessante observar aqui o quanto a legitimação do ator/apresentador se dá pela associação da saúde à beleza. Ele, mais do que uma relação causal entre aparência física e saúde, torna as duas sinônimos, tão semelhantes a ponto de serem equivalentes e substituídas uma pela outra. Embora ele busque afirmar que que não era uma questão de vaidade, mas de saúde, por conta dos vários problemas que estava tendo, no fundo, a vaidade também condicionou o cuidado de si. Apesar da equivalência entre saúde e aparência em nossa sociedade, ainda é necessário justificar as mudanças corporais (o emagrecimento, por exemplo) pela retórica da conquista da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida. No entanto, nessa mesma sociedade, em que o corpo “bonito” é valorado como saudável e que marcas corporais como excesso de gordura classificam seus possuidores como ineficazes na gestão de seus próprios corpos e emoções, é cada vez mais evidente o quanto a saúde está submetida ao campo da estética. Mesmo assim, pela tentativa inicial – e breve – de justificar a cirurgia pela saúde e não pela beleza, podemos reconhecer que ainda há sentidos sobre saúde na moralidade contemporânea que escapam ao estético, mas certamente muito menos da responsabilização individual. A justificativa de André Marques encontra completa ressonância no conjunto de opiniões correntes – na doxa contemporânea –, que, no que se trata de saúde legítima, os indivíduos são capazes de escolhas saudáveis e conscientes.

Nesse contexto, o próprio corpo é um espaço privilegiado de manifestações do processo de estetização da saúde (ROMÃO, 2015). As transformações corporais de natureza estética, a popularização das cirurgias plásticas, o crescimento do número de academias e tipos de exercício físico e a expansão do mercado e das práticas de alimentação saudável valorizam parâmetros estéticos como definidores das condições de saúde. Desse modo, o cuidado com o corpo não é mais considerado mera vaidade ou futilidade, mas envolve procedimentos disciplinares que transformam o corpo num conjunto semiótico indiciário da saúde ou da doença, da normalidade ou da anormalidade, pelas formas físicas (gordas, magras, enrugadas, lisas, musculosas, flácidas e assim por diante).

É importante também que se diga que as escolhas do ator/apresentador, inicialmente de âmbito privado, estão relacionadas a uma causa pública na exata medida em que a obesidade é um problema de saúde pública, encarada como epidemia. Nesses termos, a entrevista se inscreve num discurso retórico cuja função, para além de informar, busca persuadir os enunciatários da TV Globo na direção da adoção de novos estilos de vida diante de um risco eminente, trazendo o gênero deliberativo, ao marcar que a opção de André Marques era “justificada com base nos riscos de adoecer e morrer por conta da obesidade” (TS); o judicial, ao apontar que se tratava de “uma medida extrema na busca do controle e da redução do peso corporal como forma de cura” (TS); e o epidíctico, face aos elogios que faz antes de iniciar a entrevista em si: “Ele contou essa manhã, pela primeira vez, quantos quilos ele já perdeu. Que mudança, heim?” (TS). Há nesse processo outro movimento cuja dinâmica queremos igualmente apontar. Para além da defesa de um novo modo de se relacionar com a vida frente à possibilidade da doença

e da morte, o que emerge da reportagem do Fantástico é a defesa de um comportamento social cujo limite é a normatização social:

AM: As pessoas me viram crescer [a primeira aparição midiática foi com catorze anos, em 1995, atuando na novela teen *Malhação*/TV Globo] e me viram ficando gordo. Tem senhoras que me escrevem desde o Vídeo Show, dizendo: “você vai morrer!”. Essa foi uma coisa que mexeu comigo.

TS: Qual foi o momento que você falou assim: chega!

AM: Cara, tem várias coisas que gordo sofre: amarrar cadarços é uma missão.

TS: Até se divertir era uma dificuldade?

AM: Eu entrei numa fila de montanha-russa e falei: “rapaz, se eu não couber nessa cadeira eu vou ficar tão irritado”. Aí, eu prendi a respiração, travei e fechei. Fiquei entalado. Eu até tenho medo de montanha-russa, mas quase morri foi sem ar. Fiquei irritado, irritado mesmo, com aquilo.

A retórica da medicalização, associada à noção de normatização social, potencializa uma proposta que acena para “a redução de incertezas e riscos pela via da potencialização da eficiência/eficácia de processos de curas/terapias em escala populacional” (BAGRICHEVSKY et al., 2006, p. 212). Com as celebridades, preconizam-se, inclusive, “caminhos e processos de ‘evitação’ de agravos à saúde dos indivíduos” (Ibidem). Quando, mais adiante na entrevista, Tadeu Schmidt afirma que “com excesso de peso, vieram os problemas de saúde. E não foram poucos...”, ele antecipa o cenário em que a cirurgia bariátrica vai ser apresentada como solução para o problema, mas adverte: “ela não faz milagres!”

AM: Eu estava diabético, fumava quase quatro maços de cigarro por dia, minha vida era sedentária, sem exercício físico nenhum.

TS: Quer dizer, diabético, sobrepeso, quase quatro maços de cigarro por dia, nenhum exercício físico... Quer dizer, você era uma bomba prestes a explodir!

AM: Eu ouvi isso do médico. Fiz exames.. Ele me disse: “seu fígado tá quase um *foie gras*. Você pode até não morrer, mas você não passa dos quarenta com esse fígado”.

A presença da expressão *milagres* nos fornece uma pista da aproximação entre o discurso da medicina e a moral eclesiástica na construção da retórica da medicalização organizada midiaticamente. Tal aproximação é o que vai permitir, dentre outros movimentos, o deslocamento da noção de fator de risco do campo da medicina para o da mídia. O caso da cirurgia bariátrica, nestes termos, é exemplar: “se os mesmos cuidados [que deveriam ser observados antes da cirurgia] não forem tomados, você terá uma reingorda”, afirma o médico Cid Pitombo, ouvido na reportagem, cuja base é a entrevista do André Marques. Ou seja, mesmo diante da intervenção técnica, há o risco de se ganhar peso novamente:

AM: Você continua com a alma gorda. Só que isso passa, vai diminuindo a alma gorda.

TS: Sua alma está emagrecendo?

AM: A alma vai emagrecendo também. Se não me engano, 30% das pessoas que fizeram bariátrica voltam a engordar, e eu não estarei nesse número.

TS: Com quanto você operou?

AM: 160 quilos.

TS: Com quanto você quer ficar?

AM: 90/95. Mas, eu falava isso antes, como gordo, que gordo tem isso: quero ir para 85 e voltar para 95 comendo besteira. Mas agora, graças a Deus, eu abandonei. Quero ir para 85/90, saudável.

Milagres, alma, Deus. Estas poderiam ser expressões que nos autorizariam a, concordando com Vaz, marcar “a relevância existencial para muitos da crença de que as ações cotidianas podem reduzir os riscos de sofrimentos futuros” (VAZ, 2007, p. 111). Esse bem agir, preocupação presente nas respostas dadas por André Marques a Tadeu Schmidt, poderiam significar que aquele estaria partilhando da ideia de que estaria recebendo “um crédito na forma de alguma esperança de não sofrer no futuro [bomba prestes a explodir]”, pois, “fazer o que não se deve [fumar, não praticar exercícios físicos] tem como contrapartida a ameaça de algum castigo na vida [provavelmente, se não morresse, teria grandes chances de perder o fígado aos quarenta]” (Idem, p. 112). Das três palavras iniciais, gostaríamos de acrescentar uma quarta (igreja). Ela não aparece aqui fortuita ou ingenuamente. André Marques, para além de um personagem central dessa construção da retórica da medicalização, também funciona como o ponto fixo de uma relação pendular: ele se inspira em outra celebridade, o também apresentador Fausto Silva (que comanda o programa global Domingo do Faustão há quase três décadas) e torna-se inspiração para o ator/humorista Leandro Hassum.

Embora não fosse objeto de nossa análise, registramos que Fausto Silva também realizou o procedimento de gastroplastia. Mais do que a cirurgia em si, o que chamou a atenção na entrevista-

ta dada pelo apresentador a Jô Soares, no Programa do Jô em 2 de setembro de 2016, foi a seguinte fala:

Eu só consegui estar aqui, Jô, porque fiz a bariátrica. Eu tinha que emagrecer para estar aqui. Eu tenho um monte de seguidores da Igreja Bariátrica do Faustão: o André Marques, o Leandro Hassum e mais um monte de gente. Eu falo para os caras: quem bebe tem que tomar cuidado com isso! Faz efeito rápido. E mais: dois anos o cara fica sem vontade de comer. Agora, depois, volta tudo. Se você não se cuidar, é jogo duro.

Jô Soares ainda pergunta: “qual foi o conselho que você deu ao Leandro Hassum?” Fausto Silva: “Não dê roupa para ninguém, porque engorda, depois perde tudo. Ele estava distribuindo tudo”. É oportuno destacar que, para além da percepção de que a presença dos três globais contribui para constituir uma estrutura discursiva, que estamos qualificando como retórica da medicalização, as três entrevistas parecem confirmar a tese de que a “noção de fator de risco retoma a crença arcaica de que ‘sofrimento é castigo’, pela qual toda falta moral recebeu ou receberá punição” (VAZ, 2007, p. 115), que pode ir da necessidade de eventualmente perder o fígado antes do quarenta anos a não participar de um programa de entrevistas. Evidentemente, não se trata, nos trechos aqui reproduzidos dos depoimentos, de um fator de risco de caráter epidemiológico. Antes, de uma construção preventivista-antecipatória que

sinaliza a insuficiência dos fundamentos que regem os “protocolos discursivos diagnóstico-preventivos”, sejam eles dirigidos aos indivíduos ou aos coletivos, por suas pre-

tensões universalizantes, fato preocupante, uma vez que os mesmos têm guiado hegemonicamente formas de pensar e de intervir sobre processos de saúde/doença/cuidado. (BAGRICHEVSKY et al., 2006, p. 214)

Ao inserirmos a obesidade naquilo que Carvalho e Martins (2006) entenderam como suas definições no contexto atual, ela passaria a ser percebida “como um estado desviante dos padrões de normalidade da cultura, o corpo gordo é definido como algo anormal (...) mas também como doença, se ela representa um fator gerador de impotência do corpo e reduz as possibilidades de vida” (CARVALHO e MARTINS, 2006, p. 213). Nesses termos, a obesidade proporciona intervenções preventivas a partir de fatores de risco à saúde. A questão que parece latente nesse processo é que, estilo de vida saudável/ativo e comportamento de risco/sedentarismo, com frequência assumem o lugar e o significado de uma identidade normal e anormal (CANGUILHEM, 1990). Assim, amarrar cadarço de sapatos, como o fez Leandro Hassum (LH), durante uma entrevista concedida a Jô Soares (Programa do Jô), pode arrancar aplausos da plateia e atribuir-lhe o estatuto do ser normal: “Antes, eu achava que ia ter um AVC [acidente vascular cerebral]”, diz LH, acentuando, ainda que não intencionalmente, a dimensão do risco, tornando-se suficiente, como destacaram Castiel et al. (2010), “para dar origem a prescrições comportamentais para todas as audiências, independentemente dos condicionantes sociais, culturais, econômicos e políticos” (CASTIEL et al., 2010, p. 44). O que tais autores acabam nos autorizando é colocar luz sobre a importância que uma retórica pode produzir, se não um benefício concreto, pelo menos o desejado.

Na entrevista, Leandro Hassum dá muita ênfase ao fato de que “tem coisas que a gente sofre muito no início [período imediatamente após a cirurgia]”. Para dar mais materialidade ao procedimento e apresentar alguns dos seus efeitos, o entrevistado oferece como ilustração uma aproximação entre “a bariátrica” e a operação “de vesícula” (talvez um procedimento mais próximo de um universo mais amplo de pessoas): “É por laparoscopia. Eles têm que encher para chegar até o estômago e no intestino e olhar para cortar com mais segurança [diminuindo os riscos]”. Um dos elementos centrais da associação entre retórica da medicalização e fatores de risco está justamente na questão de que “é a constituição do conceito de risco como uma entidade ‘virtual’, no sentido de que não existe de fato, mas que pode se materializar, dependendo de certas condições para isso” (Idem, p. 115). A própria descrição de um processo que envolve mais segurança é uma evidência empírica de que não há ausência de risco. No entanto, mesmo diante de tantos riscos, inclusive o de a cirurgia não produzir o resultado esperado, tanto entrevistador quanto entrevistado sentenciam: “você operou a barriga, não a mente” (Jô Soares), “Eu não operei a mente” (LH). Ou seja, para além dos riscos concretos, criam-se “os perigos imaginários para interferirem na conduta das pessoas” (Idem, p. 94). Na biopolítica contemporânea, esses perigos são encarados como sendo da ordem da responsabilidade e do gerenciamento individuais para que se evitem as concretizações das ameaças e dos males. A mudança, portanto, menos do que da forma corporal é da capacidade de gerenciar as próprias emoções, desejos e compulsões em favor do estilo de vida saudável.

O estilo de vida saudável e a biopolítica contemporânea

Segundo Foucault (1983), a biopolítica moderna instaurou uma anatomia política do corpo cuja finalidade é produzir corpos úteis e dóceis ou, ainda melhor, úteis na medida de sua docilidade. É um meio de regulação que permanece intimamente ligada à disciplina. Aqui, a estrutura de biopoder tem uma estrutura de três camadas. No nível micropolítico, ele funciona com a individualização, ou mais precisamente através da produção de individualidade como o ponto focal de todos os diferentes discursos, técnicas e saberes que controlam os corpos. O corpo político – disciplinar – se fratura numa multiplicidade de vida dos indivíduos. Neste sentido, a individualidade é produzida por tais técnicas disciplinares. Mas esse processo também torna outro objeto visível no nível macrossocial – a população: é o modo como os indivíduos aparecem quando são tratados como fenômenos estatísticos, em termos de saúde coletiva e formas coletivas de reprodução e vida. Isso se dá, por exemplo, na designação da obesidade como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e na transformação dos indivíduos obesos como parte de uma população global de acometidos por uma doença crônica que se espalha pelo mundo.³ E, finalmente, há uma ligação crucial entre a disciplina e o corpo nos meios de confinamento modernos como a prisão, a fábrica, a escola, a caserna, a família, mas também nas formas de controle que emergem na contemporaneidade (a empresa, a academia, o trabalho contínuo e permanente, as tecnologias de monitoramento corporal) (DELEUZE, 1992).

3 Em 1975, a OMS definiu a obesidade como uma doença crônica. Só em 1995 reconheceu que a obesidade era uma epidemia com proporções globais, o que acabaria exigindo dos sistemas de saúde dos países despesas médicas crescentes.

O que estamos observando pela análise dos relatos dos atores André Marques e Leandro Hassum é justamente a configuração contemporânea da biopolítica naquilo que Foucault (2008) identificou como governamentalidade. A ampliação da disciplina no tecido social, constituindo e produzindo múltiplas subjetividades e identidades, apresenta uma nova faceta do poder nas sociedades neoliberais: a transformação da lógica da empresa como lógica social. Assim, os indivíduos são frequentemente instados não apenas a se sentirem responsáveis pelas suas escolhas – seus corpos, saúde e bem-estar –, mas também cada vez mais são posicionados como empreendedores de si próprios, fato que designa um conjunto de tarefas que se estendem ao longo de todas as esferas da experiência. A governamentalidade neoliberal impõe formas específicas de condução da conduta – de governo da mentalidade em nível individual e social. Assim, há cada vez mais reconhecida uma transferência de responsabilidade pelo cuidado com a saúde do Estado para o indivíduo. Embora ainda caiba ao Estado garantir a saúde da população, os indivíduos devem se responsabilizar pela manutenção da saúde do corpo, devendo empregar um conjunto de práticas que vão de dietas a exercícios, passando pelo consumo de medicamentos e suplementos alimentares, pelo autodiagnóstico e pelo autotratamento (ROSE, 2013, p. 24). Desse modo, os indivíduos se sentem cada vez mais impelidos a conduzirem suas ações dentro de uma mentalidade moral que prescreve a saúde como conquista pelo exercício pleno da capacidade de autonomia individual.

André Marques, por exemplo, afirma que, ao realizar a cirurgia e todo tratamento envolvido, o que incluiu exercício físico, acompanhamento nutricional e médico, percebeu que “a alma [gorda] vai

diminuindo também”. Esse emagrecimento da alma, sugerido pelo artista na entrevista, tem a ver com o assujeitamento do seu corpo e do modo que ele deseja ser para si mesmo e para os outros aos padrões de normatização social de saúde. Nesse caso, certamente, a magreza – e, sobretudo, o “corpo sarado”, como ele mesmo comenta na entrevista – é o objetivo amplamente desejado e difundido como conquista da saúde. Sua efetivação, portanto, demonstra o disciplinamento do corpo. Como parte da retórica da medicalização da aparência, a entrevista conta com um momento bastante comum nas narrativas audiovisuais sobre emagrecimento: André Marques experimenta as roupas antigas e, orgulhoso, mostra o quanto as roupas estão largas e o quanto ele estava gordo. Essa dupla demonstração prova a necessidade de realmente ter se submetido ao tratamento: o antes e o depois, o potencialmente doente e o aparentemente saudável. Legítima também a conquista do ator e o credita como alguém digno de confiança para aconselhar sobre emagrecer. Afinal, ele havia conseguido governar o próprio desejo.

Já Leandro Hassum comentou que estava 51kg mais magro e reforça, tal qual André Marques, a necessidade de mudar a mentalidade. Essa mudança envolve, portanto, um controle do desejo em relação à norma. Jô Soares contou que esse é o maior problema da cirurgia. As pessoas operadas podem emagrecer, mas continuam “pensando como gordo”. Por isso, o apresentador preferiu o acompanhamento psicológico – para aprender a se controlar – e nutricional – para realizar uma dieta com baixa quantidade de carboidrato. Assim, ele perdeu 80kg. Há, dessa forma, uma oposição entre o emagrecimento “sem cirurgia” e “com cirurgia” e implicitamente qualifica o primeiro como menos esforçado do que o segundo.

A demonstração, como se pode perceber, é uma característica fundamental do gênero epidíctico, visto que a ela cabem os elogios ou censuras a eventos atuais, embora muitas vezes também argumentem evocando o passado e conjecturando sobre o futuro. Nesse caso, os dois artistas argumentam e demonstram que estão radicalmente mudados e valoram as suas novas formas de pensar, agir e ser pela mudança na aparência e no peso corporal. Assim, reforçam virtualmente com a audiência uma comunhão em torno de certos valores que são prevaletentes na sociedade e encarados como necessários para a orientação da ação individual (o cuidado de si, a autoestima, o emagrecimento, a boa forma, a qualidade de vida, o estilo de vida saudável, enfim). Portanto, a presença do gênero epidíctico nessa retórica da medicalização reforça o caráter pedagógico dos relatos: busca fazer com que os públicos adiram aos valores defendidos. O discurso epidíctico, mais do que argumentativo, tem uma função retórica que consiste em estabelecer laços comunitários através da amplificação de valores sociais historicamente específicos como sendo comuns e praticamente naturalizados. É nesse processo que estabelecem ao mesmo tempo a identificação com o público e a persuasão dele pela adesão aos valores expostos. A relação de continuidade entre a argumentação e a demonstração é profícua na medida em que permite perceber como se opera a passagem de uma lógica do preferível (daquilo que é razoável, aceitável, a partir do que o enunciário já admite como tal) a uma lógica da certeza (da qualidade objetiva, praticamente inquestionável). Essa certeza é produzida nas entrevistas pelo próprio corpo dos artistas: muito mais magros e esbeltos, ajustando-se aos padrões de moralidade corporal. A demonstração ganha ainda mais força convincente quando eles explicam

que estão se sentindo muito melhores, mais saudáveis e bonitos pela imagem televisiva.

Considerações finais

Ao tomarmos tais entrevistas como objeto de análise, buscamos desenvolver uma reflexão onde a chamada retórica da medicalização da aparência encontra na cirurgia bariátrica a base para uma justificativa moral da perda de peso e para a defesa de determinado modo de viver. Entretanto, é importante também registrar que tal abordagem dialoga com o cenário contemporâneo onde as formas de sociabilidade, bem como a reorganização de identidades e subjetividades, encontram nos processos, dispositivos e práticas midiáticas o ambiente para que este tipo de retórica se estabeleça. Nesse sentido, não se trata de uma dentre tantas formas de se buscar produzir verdades, mas de uma produção de discurso que visa atingir um amplo espectro. Ou seja, ao tornar públicos os relatos das experiências dos atores/apresentadores globais potencialmente se oferece um modo de conceber o que é ser saudável (são mais de 500 mil acessos ao conteúdo pelas plataformas digitais de compartilhamento, além de potencialmente ter sido dirigido a um público duzentas vezes maior quando da transmissão pela TV aberta).

Embora a capacidade de difusão de tais discursos seja elemento fundamental para a cristalização de uma dada forma de configuração desse sujeito idealmente saudável, a repetição e o tempo de exposição das provas enunciativas são igualmente relevantes. Inicialmente, a entrevista concedida por Fausto Silva no Programa do Jô não compunha nosso *cópus* de análise. Entretanto, na medida em que ele anuncia (e enuncia) a influência direta que

exerceu sobre André Marques e Leandro Hassum (através da Igreja Bariátrica do Faustão), especialmente a partir do tempo em que o procedimento foi por ele realizado (atestando igualmente a eficácia longeva da intervenção), avaliamos que seria oportuno incluí-la, tendo em vista que acentuaria a validação do movimento onde os indivíduos “querem tanto encontrar na mídia informações sobre os meios de que disporiam para não sofrer no futuro e ter uma vida longa: pouca coisa é tão reconfortante quanto crer no poder da ação humana e na possibilidade de antever o futuro” (VAZ, 2007, p. 117).

Mesmo reconhecendo que há espaço para ampliação do processo de investigação em torno daquilo que aqui qualificamos como retórica da medicalização, o que buscamos destacar com os relatos ora apresentados é o processo pelo qual um determinado modo de intervenção sobre o corpo – anunciado como cuidado com a saúde – passa a ser celebrado como a alternativa de conformação de um estilo de vida saudável que dialoga com a (im) possibilidade de redução de riscos. Ainda que, como advertem Bagrichevsky e colaboradores, “as supostas garantias retóricas não se traduzam, obrigatoriamente, em tranquilidade, certeza, eficácia e confiança ou ensejam formas mais adequadas de lidar com questões de saúde e corporeidade” (BAGRICHEVSKY et al., 2006, p. 213), não se pode negar a força de tal estratégia num tecido social onde a mídia exerce um poderoso papel na direção de propor que comportamentos sociais desejáveis se tornem automáticos.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. Arte retórica e arte poética. São Paulo: Ediouro, 2005.

BAGRICHEVSKY, M.; CASTIEL, L. D.; VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. Sedentário “sem-vergonha”, saudável “responsável”? Problematizando a difusão do “estilo de vida ativo” no campo sanitário. In: BAGRICHEVSKY, M.; PALMA, A.; ESTEVÃO, A.; DA ROS, M. (Orgs.). A saúde em debate na Educação Física – Volume 2. Blumenau: Nova Letra, 2006.

CARVALHO, M. C.; MARTINS, A. A obesidade como objeto complexo: uma abordagem filosófico-conceitual. In: BAGRICHEVSKY, M.; PALMA, A.; ESTEVÃO, A.; DA ROS, M. (Orgs.). A saúde em debate na Educação Física – Volume 2. Blumenau: Nova Letra, 2006.

CASTIEL, L. D.; GUILAM, M. C. R.; FERREIRA, M. S. *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1983.

LÓPEZ EIRE, A. A natureza retórica da linguagem. In: SACRAMENTO, I.; LOPES, F. L. (Orgs.). *Retórica e mídia: estudos ibero-brasileiros*. Florianópolis: Insular, 2009.

NETO, P. P.; CAPONI, S. Medicalização da aparência: os curiosos arranjos de um discurso científico da beleza. In: BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. (Orgs.). A Saúde em debate na Educação Física – Volume 3. Ilhéus: Editus, 2007.

PINTO, M. J. Retórica e análise de discursos. In: LOPES, F. L.; SACRAMENTO, I. Retórica e mídia: estudos ibero-brasileiros. Florianópolis: Insular, 2009.

ROMÃO, F. A estetização da saúde. In: BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A. (Orgs.). Saúde Coletiva: dialogando sobre interfaces temáticas. Ilhéus: Editus, 2015.

ROSE, N. *A política da própria vida*. Petrópolis: Vozes, 2013.

VAZ, P. Corpo e risco. In: VILLAÇA, N.; GÓES, F.; KOSOVSKI, E. (Orgs.). Que corpo é esse? – novas perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. O sentido das notícias sobre saúde na cultura contemporânea. *Eco-Pós*, v. 10, n. 1, p. 107-119, 2007.

Vídeos consultados

Entrevista de André Marques a Tadeu Schmidt, exibida no Fantástico da TV Globo no dia 09/03/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/andre-marques-sobre-cirurgia-para-emagrecer-eu-ia-morrer/3200991/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

Entrevista de Leandro Hassum a Jô Soares, exibida no Programa do Jô da TV Globo no dia 06/11/2015. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/4592353/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.



KAPSA

ABERTURAS
METROS
2.8
4
5.6
8
11
16
22
1
T
-TRAN-

O jornalismo no seu labirinto

JOÃO FIGUEIRA¹

PROFISSÃO DA COMUNICAÇÃO, o jornalismo enfrenta os dilemas de um tempo em que deixou de ser e estar no centro da produção e distribuição de informação em larga escala. O atual ecossistema midiático mudou tudo e trouxe novos atores. A era digital em que vivemos permite que todos comuniquem com todos, porque, afinal, todos somos consumidores e produtores de informação. Sendo assim, para que serve ainda o jornalismo?

Os investigadores norte-americanos Bil Kovach e Tom Rosenstiel (2004) sustentam que a finalidade do jornalismo reside, essencialmente, “na função que as notícias desempenham na vida das pessoas” (p. 15). Reflexão que aprofundam em obra posterior (2010), quando procuram responder a uma questão que eles próprios se colocam: como saber em que informação podemos confiar, numa era em que todos somos especialistas e cada um tem o poder de comunicar com todos? Tais observações decorrem no quadro de uma sociedade nova com um paradigma de comunicação igualmente novo, a que Castells (2015) chama autocomunicação de massas.

1 Professor Auxiliar da Universidade de Coimbra, Diretor do mestrado em Jornalismo e Comunicação e investigador do Centro Interdisciplinar do Século XX (CEIS20) da UC.

Perdido o monopólio que teve durante mais de um século na produção e distribuição de informação em larga escala (FIGUEIRA, 2015), o jornalismo enfrenta a sua maior transformação de sempre (PAVLIK, 2014; ANDERSON et al., 2013; RAMONET, 2012; PICARD, 2010), como consequência da mudança profunda que os média e toda a comunicação estão a protagonizar. Ora, quanto mais uma sociedade está sujeita à mudança, mais os seus cidadãos “necessitam da comunicação social para satisfazerem necessidades informativas, compreenderem o mundo e compreenderem-se a elas mesmas” (BALL-ROKEACH; DE FLEUR, 1986, apud SOUSA, 2004, p. 32), ideias que vêm ao encontro da tese de Kovach e Rosenstiel (2004) acerca do papel e finalidade do jornalismo.

Dir-se-á, todavia, que não há nada – ou muito pouco haverá – de especialmente novo nesta forma de entender o jornalismo e o seu papel. Na verdade, já em 1690, na apresentação da sua tese doutoral, em Leipzig, o alemão Tobias Peucer defendia que “fazer jornalismo é essencialmente construir a história da vida diária”, na perspetiva de passar a “escrito a memória dos acontecimentos”, através dos jornais, cuja utilidade pública residia no fato de permitir às “pessoas conhecerem os atos e os agentes do poder” (SOUSA, 2004, p. 37-38).

Os estudos de Peucer coincidem com uma época de grandes transformações e mudanças, as quais tiveram um impacto enorme nas relações interpessoais e nos negócios. Acresce, ainda, que, se a imprensa do século XVII estava longe de ser homogênea, o mesmo constatamos no jornalismo que hoje se pratica, visível numa diversidade de modelos, formatos e linguagens. Ontem como hoje, o que sobressai é essa necessidade (crescente) de infor-

mação, onde a velha frase de Hegel, para quem a leitura diária do jornal era a oração matinal do homem moderno, deu lugar a um mundo imediatista, em permanente conexão, onde todos comunicam com todos e as redes sociais se substituem ao modo antigo de acesso à informação (CASTELLS, 2015; BELL, 2014; VARELA, 2011; CARDOSO, 2009).

Por esse motivo entendemos, como Paul Starr (2012), que o novo ecossistema midiático, centrado na revolução digital, favoreceu a liberdade de imprensa e de informação ao aumentar a diversidade de vozes, mas, ao mesmo tempo, está a contribuir para o seu enfraquecimento enquanto instrumento de escrutínio dos poderes públicos. Por outras palavras, está a falhar na sua função de “watchdog”, aspecto que Nichols e Mcchesney (2013) igualmente referem, citando um estudo publicado em 2011 pela *Federal Communications Commission*, segundo o qual o exercício do jornalismo como o conhecíamos “está em risco” (p. 191). Consequência da maior revolução tecnológica depois de Gutenberg, o jornalismo enfrenta, pois, a sua maior crise de identidade e afirmação: “as mudanças radicais trazidas pelas novas tecnologias obrigam a repensar os fundamentos do jornalismo”, sustenta David Klatell (2013, p. 14), professor da Columbia Journalism School, onde é responsável pela área de estudos internacionais.

Atos de jornalismo

Pavlik (2014), Singer (2003) ou Krotz (2007) veem o jornalismo como uma atividade já não exclusiva dos jornalistas – onde a ideia de possibilidade comunicativa suplanta a noção de informação jornalística – e em que a utilização de novas plataformas, incluindo as redes sociais, afetam (ou influenciam) os processos

de produção noticiosa e a sua circulação. Numa outra perspectiva, mas focando-se nas atuais possibilidades de comunicação, Jorge (2013) admite também a participação dos leitores neste novo circuito marcado justamente pela possibilidade da interação. O campo da tecnologia criou, assim, “uma nova organização econômica do jornalismo, na qual as normas da profissão estão a ser postas à prova, redefinidas e, por vezes, efetivamente abandonadas” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 15). O que estes dois investigadores norte-americanos nos dizem, ao relembrar uma expressão de Jeff Jarvis, é que está ao alcance da maioria dos cidadãos a capacidade de realizarem atos de jornalismo, dado que dispõem dos meios tecnológicos para a produção e difusão de informação. Encontramo-nos, no fundo, diante da confirmação do célebre postulado introduzido em 2006 por Jay Rosen: “the people formerly known as the audience”.²

Justamente porque passamos a ser, simultaneamente, produtores e consumidores de informação (CARDOSO, 2014; CANAVILHAS, 2014) é que faz sentido querermos saber em que informação podemos confiar (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010), o que releva, afinal, o papel e função do jornalismo e dos jornalistas, nos dias apressados e ansiosos que vivemos. Nestes termos, podemos afirmar que o jornalismo enfrenta os desafios e a concorrência que o novo ecossistema midiático introduziu. Se é verdade, como acredita Jeff Jarvis (2012, xvii), “que nunca a procura e o inte-

2 O professor Jay Rosen mantém há vários anos um blog – Pressthink – onde apresenta e debate os mais diversos temas sobre jornalismo, designadamente sobre o futuro da imprensa na era digital e os desafios que tal mudança implica, assim como discute o papel e função do jornalismo nas sociedades atuais. Disponível em: <http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl_frmr.html>.

resse por notícias foram tão grandes como agora”, o certo é que grandes acontecimentos como a Primavera Árabe, Occupy Wall Street, os movimentos Los indignados (Espanha) ou o estudantil no Chile (CASTELLS, 2015) mostraram, de maneira eloquente, termos assistido ao que Pavlik (2014) designa por jornalismo de ubiquidade. Tal designação deve-se ao fato de a produção e distribuição de notícias já não estar na esfera exclusiva da ação de jornalistas, mas ao alcance das pessoas que estão em toda a parte, e, nessa medida, a informação passou a ser algo que resulta da iniciativa de cada um. Nos casos da Primavera Árabe e Occupy Wall Street,

cidadãos equipados com dispositivos móveis conectados à rede foram capazes de fornecer, em fluxo contínuo, textos em tempo real e vídeos para todo o mundo através de mídias sociais como twitter, facebook e mensagens de textos. As autoridades foram frustradas pela publicação ubíqua e por sua reduzida habilidade em controlar o fluxo de informação. (PAVLIK, 2014, p. 165-166)

A entrada de novos atores no espaço midiático, outrora monopólio das empresas de mídia, mudou tudo: o acesso e distribuição de informação em larga escala; as audiências passaram a ser, ao mesmo tempo, produtoras e consumidoras de informação; surgiram novas formas de concorrência e competição; falência dos modelos de negócio tradicionais. Conseqüentemente, a maior democrática que atualmente parece respirar-se no espaço midiático, ao possibilitar a participação de mais vozes e perspectivas, trouxe consigo um aumento exponencial de informação, a qual, no entanto, de acordo com Silverman (2015), está a transformar

muitos órgãos de comunicação em territórios abertos e disponíveis à proliferação de rumores, boatos e mentiras.³

Na pesquisa realizada em que foram analisadas 1.500 notícias, Silverman (2015) concluiu que o ritmo apressado e displicente ao nível da verificação das matérias noticiadas está a revelar-nos uma prática profissional pouco fiável, ao acolher com demasiada facilidade rumores e, assim, promover a desinformação. Nesta linha de pensamento, o mesmo autor chega a considerar que os jornais on-line, hoje, são mais uma parte do problema da desinformação do que parte da solução.

Tais observações apontam os atuais contextos organizacionais como fatores determinantes para esses comportamentos, uma vez que a pressão do tempo (imediato), agravado pelo crescente despovoamento das redações, leva a uma menor ponderação sobre as matérias trabalhadas, com óbvios e notórios reflexos negativos para a qualidade da informação que é veiculada.

Divergências entre a oferta e a procura da informação

O novo ambiente digital em que toda ou grande parte da comunicação passou a realizar-se transcende os códigos, as rotinas, os princípios e até o tipo de relacionamentos que durante um século marcaram o jornalismo. Este, confrontado com a influência crescente de novas linguagens e formatos que veiculam informação,

3 Esta questão, designadamente a influência das redes sociais na atual produção informativa, vem preocupando muito os média de referência. Um extenso artigo publicado em 12/7/2016 no *Guardian*, intitulado, “Como a tecnologia corrompe a verdade”, de autoria da diretora do jornal, Katharine Viner, faz uma análise sobre como as redes sociais “engoliram as notícias” e como a verdade se tornou tão esquiva. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2016/jul/12/how-technology-disrupted-the-truth?CMP=share_btn_fb>.

como os blogs e mais recentemente as redes sociais, levou a que os mídias tradicionais tivessem de os adicionar nos seus espaços ou a migrar os seus conteúdos⁴ para eles (ROST, 2014), de modo a melhor chegarem aos seus públicos, que passaram a estar, predominantemente, naquelas plataformas.

Um jornal ou uma revista passou, assim, a representar mais do que o seu próprio título e espaço. Ele ou ela são agora um conjunto de várias plataformas, através das quais comunicam, criam laços e vendem produtos, naquilo a que Rost (p. 75) (2014) classifica como “transmedia”. Neste contexto, a competição pelos públicos já não é apenas entre os *velhos* mídias, mas entre todos: mídias noticiosos, redes sociais, plataformas de entretenimento e agregadores de conteúdos, entre outros, o que está bem patente nos fluxos publicitários que, ao seguirem as audiências, deslocam também os seus investimentos. Só a Google, em 2015, faturou 75 bilhões de dólares.⁵

No atual ecossistema midiático, no qual se insere o jornalismo, a procura tornou-se, por esses motivos, o critério. Em entrevista ao diário português *Público* (1/11/2016), Dominique Wolton,

4 Em maio de 2015 dois importantes jornais, como *The New York Times* e o britânico *The Guardian* e a própria BBC, marcas de informação em escala global, iniciaram a publicação de conteúdos diretamente no Facebook.

5 Segundo dados veiculados pela Associação Nacional de Jornais, em abril de 2016, a maior parcela resulta de publicidade feita nos websites da Google (52,4 bilhões de dólares). Para mais detalhes ver: <<http://www.anj.org.br/2016/04/01/google-fatura-bilhoes-com-publicidade-no-seu-site-e-em-paginas-parceiras/>>. O Facebook, segundo dados da própria empresa, teve, em 2015, uma receita de 17 bilhões de dólares, o que representou um lucro de 3,69 bilhões de dólares. Mais detalhes ver: <<http://veja.abril.com.br/tecnologia/facebook-fatura-us-15-bilhao-e-dobra-lucros-no-quarto-trimestre-de-2015/>>.

quando questionado sobre o panorama presente da informação noticiosa, criticou os critérios de decisão dominantes, sustentando que, quando “nas redações não se trata este ou aquele assunto porque não interessa às pessoas, está-se a trocar a responsabilidade da oferta, que é a grandeza do jornalismo, pela tirania da procura”.⁶

Vista ao pormenor, a questão da procura e da oferta revela-se um pouco mais complexa. No livro *News gap*, Pablo Boczkowski e Eugenia Mitchelstein (2013), investigadores de uma universidade de Chicago, analisaram 50 mil notícias publicadas em vinte meios on-line de sete países. A conclusão a que chegaram está longe de ser tranquilizadora: a maior proporção de notícias publicadas nos jornais analisados foi sobre assuntos da atualidade internacional, nacional, sociedade, política e economia; todavia, as mais lidas pelos públicos focaram-se nos temas de entretenimento, desporto, espetáculos e sexo. Daí a conclusão de que existe um fosso entre a informação que os mídias analisados privilegiam e oferecem e a que é procurada e reúne a preferência dos públicos. A divergência observada é tanto mais relevante quanto a maioria das publicações estudadas está longe de integrar o chamado jornalismo sensacionalista ou dominar o segmento do jornalismo popular. *El País* e *El Mundo* (Espanha), *The Guardian* e *The Times* (Reino Unido), *Clarim* e *La Nación* (Argentina), *Folha de S. Paulo* (Brasil), *Die Welt* (Alemanha), *Universal* (México), e os norte-americanos *Chicago Tribune*, *CNN* e *Washington Post* são doze dos vinte títulos analisados.

6 “O jornalismo trocou a grandeza da oferta pela tirania da procura”, *Público*, 1/11/2016. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/o-jornalismo-trocou-a-grandeza-da-oferta-pela-tirania-da-procura-1749526?page=-1>>.

“Conteúdos manufacturados”

Aos aspectos referidos, onde sobressai a situação de crise em que o modelo de negócio dos média assenta (ANDERSON et al., 2013) e, portanto, a necessidade de o repensar, junta-se hoje a influência crescente das fontes profissionais na produção noticiosa. Ou seja, assiste-se a uma presença e peso notórios, por parte de profissionais de relações públicas e das assessorias, no trabalho jornalístico.

Como representantes das organizações cujos interesses defendem, tais profissionais influenciam a agenda noticiosa e, sobretudo, o enfoque da informação construída (RIBEIRO, 2016; MACNAMARA, 2014; NICHOLS; MCCHESENEY, 2013; DAVIES, 2009; CURRAH, 2009; LEWIS et al., 2009), ao ponto de ser possível detectar as impressões digitais dos relações públicas na maior parte das notícias produzidas (COSIC, 2008 apud MACNAMARA, 2014, p. 1). A necessidade de proteger e projetar a reputação de todo tipo de organizações explica a proeminência da ação desses profissionais (LLOYD; TOOGOOD, 2015), cujo trabalho é entendido como essencial no quadro dos diversos processos comunicativos, em especial junto da mídia.

Esta tendência para o crescente recurso a profissionais de relações públicas vem ganhando terreno, de forma consistente, desde os finais da década de 1990.⁷ Por essa altura, nos Estados Unidos,

7 Desde as primeiras décadas do século XX a ação de profissionais especializados no contato com a mídia se faz sentir, em especial nos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra, o número desses especialistas, assim como a criação de formação académica, a partir dos anos 1950 e 1960, levaram ao seu aumento. Hoje, é um fenómeno sem precedentes e é nesse contexto que a sua ação é sublinhada no presente texto.

a antiga supremacia dos jornalistas, visível nos anos 1960 e 1970, já tinha sido ultrapassada. Para cada jornalista havia dois profissionais de relações públicas, diferença que em 2012 tinha subido para o dobro. A este ritmo, tal proporção será, em breve, de seis relações públicas para um jornalista, segundo alertam Nichols e McChesney (2013). É dentro deste quadro de relacionamentos que os mesmos autores afirmam que a informação jornalística vive sob a influência e domínio dos profissionais de relações públicas e dos seus “conteúdos manufaturados” (2013, p. 191).

A noção das mensagens manufaturadas, a que Rindova e colaboradores (2006, p. 62) chamam “estórias pré-embaladas”, ou seja, conteúdos especialmente concebidos para serem entregues e distribuídos, quase de forma personalizada, aos jornalistas, é resultado do papel e do trabalho especializado quer dos profissionais de relações públicas, quer de outros agentes que atuam no mesmo campo e que constituem, igualmente, fontes autorizadas e críveis aos olhos da mídia.

Num estudo levado a cabo junto aos principais diários ingleses (*The Times*, *The Guardian*, *Independent*, *Daily Telegraph* e *Daily Mail*, num total de 2.207 notícias analisadas), serviços informativos da BBC (rádio e tv) e ainda das estações ITV e SkyNews, Lewis et al (2008) confirmaram o poder e a influência das fontes profissionais, onde avulta a ação dos relações públicas. Outra pesquisa realizada pelo Pew Center e cujos resultados são referidos por Nichols e McChesney (2013), conclui:

86% da informação teve origem em fontes oficiais e comunicados de imprensa. Tais notícias foram apresentadas como sendo baseadas no trabalho e julgamento profissional

dos jornalistas, mas como o Pew observou, elas corresponderiam, em regra, à posição dos Relações Públicas, a qual foi publicada sem qualquer alteração. (p. 194)

Longe de se circunscreverem apenas às realidades norte-americana e britânica, tais estudos revelam que estamos perante uma tendência crescente no mundo da mídia noticiosa, naquilo a que McChesney qualifica de “o segredo sujo do jornalismo” (2013, p. 90).

Em março de 2010 a Associação de Imprensa Internacional antecipava já uma grande preocupação por tal panorama. Através de uma tomada de posição pública, aquela entidade manifestava a maior preocupação face à regressão, pela primeira vez em cinquenta anos, do número de correspondentes junto da Comissão Europeia, em Bruxelas. O objetivo era denunciar não apenas o desagrado pela diminuição de jornalistas – quando o número de países membros da União Europeia tem vindo a aumentar –, mas, ainda, alertar para o fato de que passara a ser mais barato para a mídia dos países membros publicar os *press releases* enviados de Bruxelas, assim como usar os vídeos inseridos nos websites das instituições europeias.

A mesma tomada de posição (IPA, 2010) advertia, também, para os riscos de as notícias sobre a União Europeia ao passarem a ser, em larga medida, feitas com base em tais fontes, provocarem uma perda de qualidade da informação, a qual deixara de ser produzida por jornalistas especializados, a partir de Bruxelas. Menos jornalistas face à maior profissionalização das instituições e ao maior controle sobre a informação que estas veiculam, num universo de cerca de 40 mil funcionários, oito centenas de deputados

e 15 mil lobistas registrados, eis, em síntese, o cenário desfavorável em que as organizações jornalísticas atualmente se movem junto a União Europeia.

As encruzilhadas do jornalismo

Estaremos diante de uma tendência ou de um caminho sem retorno? Na conferência que ocorreu em novembro de 2014 no Instituto Reuters da Universidade de Oxford, Emily Bell, diretora do Centro de Pesquisa de Jornalismo Digital da Universidade de Columbia (EUA), defendeu que o jornalismo foi desalojado do lugar central e de liderança que durante décadas ocupou na esfera pública. Em seu entender, os grandes responsáveis pela informação a que a maioria das pessoas acede resulta da ação de engenheiros que raramente pensam no jornalismo e no impacto cultural ou na responsabilidade democrática dos mídias.

Mesmo assim, são eles, os engenheiros, que diariamente tomam decisões que modelam a forma como a atualidade é criada e partilhada. No passado – relembra a mesma investigadora e antiga responsável pelos conteúdos eletrônicos do jornal *The Guardian* – os pioneiros do jornalismo, como Paul Reuter e John Reith, na BBC, foram também os pioneiros nas tecnologias de comunicação. Hoje não é assim. Para Emily Bell são os engenheiros que desenvolvem plataformas como YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, entre outras, ao passo que nenhuma empresa de mídia criou ou desenvolveu qualquer plataforma ou rede social de larga utilização. Tal situação, como se sabe e referimos antes, tem igualmente grandes consequências ao nível das receitas com a publicidade, cujos investimentos são largamente direcionados para aquelas plataformas.

Entendendo, portanto, o jornalismo no quadro da sociedade em que se insere e tendo em conta não apenas as suas capacidades de transformação, mas igualmente os múltiplos fatores que o condicionam – sejam as dimensões econômicas e políticas, sejam as profissionais, sociais e tecnológicas – a que acresce a intervenção voluntariosa de um número cada vez maior de atores e de informações na diversidade dos espaços proporcionados pela comunicação on-line, de que o jornalismo participativo e/ou de ubiquidade (PAVLIK, 2014; HERMIDA, 2011) são duas variantes, há que concordar com Cardoso (2006) quando afirma que, apesar de tudo isso, “os jornalistas continuam a ser fundamentais para assegurar um processo de credibilização das notícias” (p. 271), porque aquilo que observamos na pluralidade do universo virtual é o exercício da complementaridade entre fontes, públicos e jornalistas.

Paralelamente, ganhou também corpo a ideia de que a informação é uma mercadoria como qualquer outra (RIEFEL, 2003). A expressão jornalismo de mercado, consagrada desde meados dos anos 1990⁸ e cujo alcance abrange já uma redefinição da prática jornalística, antecipava de certa forma a escalada comercial que iria mais tarde impor-se. O destino desse jornalismo, dependente das regras de mercado e em que os critérios comerciais e de marketing se sobrepõem às decisões editoriais, corresponde à “dissolução da profissão de jornalista num *continuum* de ofícios da comunicação, ilustrado no neologismo americano de *media-worker*” (NEVEU, 2005, p. 119).

8 É essencial, a este respeito, a obra de John Herbert Mc Manus (1994), *Market-driven journalist. Let the citizens beware?* Londres: Sage, 1994.

Podemos insistir – e até defender, como, de resto, é a nossa posição – que o jornalismo, nas sociedades complexas que habitamos, deve ser visto e tratado como um bem de primeira necessidade, como são a água ou a eletricidade. Porém, como ficou sucintamente demonstrado, a informação jornalística enferma hoje de constrangimentos e dilemas que muito limitam a sua ação e autonomia. É nesta encruzilhada que nos situamos agora. Um dos caminhos aponta-nos o jornalismo como um bem necessário e imprescindível, cuja “finalidade é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 16). Outro diz-nos que o novo ecossistema midiático liberta o jornalismo do antigo monopólio de produção e distribuição de informação, disseminando a sua prática por cada cidadão. O terceiro caminho indica-nos que as fragilidades internas das organizações midiáticas propiciam e favorecem a ação das fontes, designadamente através dos profissionais de relações públicas, cuja influência determina em larga medida a agenda informativa e o seu sentido noticioso. Outro, ainda, diz-nos que é preciso atender ao fosso entre a informação que se oferece e a que é procurada. Finalmente, o quarto caminho apresenta-nos o jornalismo depurado da sua função de “watchdog”, diluindo essa antiga característica numa prática que olha para os cidadãos como consumidores e se preocupa com critérios oriundos do marketing e da gestão e menos com os princípios da profissão, incluindo os que pertencem à família da ética e da deontologia.

É ao olhar para todos estes fenômenos, e para o que classificam como a nova era em que a profissão é exercida, que Nichols e McChesney concluem, amargamente, que “o jornalismo é continua-

mente sacrificado no altar do lucro” (2013, p. 190). Mas também podemos olhar para tais encruzilhadas como se elas, à semelhança de um dos personagens de García Márquez – que sempre entendeu o jornalismo como a mais bela profissão – constituíssem o enorme labirinto em que o jornalismo hoje se encontra. Tal como o velho general confrontado com o destino da morte próxima perguntava “como vou sair deste labirinto?” (p. 266), também o jornalismo deve perguntar-se o mesmo, sob pena de não escapar a um destino que o está a matar aos poucos.

Referências bibliográficas

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, v. 2, n. 5, p. 30-89, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESPM_5/files/assets/common/downloads/REVISTA_5.pdf>.

BELL, E. *Silicon Valley and journalism: makeup or breakup?* 2014. Disponível em: <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Speech%20-%20Silicon%20Valley%20%26%20Journalism%20-%20Make%20up%20or%20Break%20up_Emily%20Bell_Reuters%20Memorial%20Lecture%202014.pdf>.

BOCZKOWSKI, P. J.; MITCHELSTEIN, E. *News Gap: When the Information Preferences of the Media and the Public Diverge*. Cambridge: MIT Press, 2013.

CANAVILHAS, J. (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CARDOSO, G. *Os media na sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

_____. Da comunicação de massa para a comunicação em rede. In: _____. (Ed.). *Media, redes e comunicação: futuros presentes*. Lisboa: Quimera, p. 15-54, 2009.

CASTELLS, M. *Redes de indignación y esperanza*. Madri: Alianza Editorial, 2015.

CURRAH, A. *What's Happening to Our News*. Oxford (UK): Reuters Institute for the Study of Journalism, Oxford University, 2009.

DAVIES, N. *Flat Earth News*. Londres: Random House, 2009.

FIGUEIRA, J. O triunfo do jornalismo de comunicação ou a erosão de uma profissão em mudança. *Estudos do século xx: comunicação, jornalismo e espaço público na era digital*, Coimbra, v. 15, p. 57-75, 2015.

International Press Association. API Insists on a Independent Quality Information. 2010. Disponível em: <www.api-ipa.eu/download/AG-RES-1>.

HERMIDA, Alfred. *The Active Recipiente: Participatory Journalism Through the Lens of Dewey-Lippman Debate*. 2011. Disponível em: <online.journalism.utexas.edu/.../Hermida2011.pdf>.

JARVIS, J. Prefácio. In: Briggs, MARK. *Entrepreneurial Journalism: How to Build What's Next to News*. Londres: Sage, 2012, p. XV-XVIII.

JORGE, T. de M. *Mutação no jornalismo: como a notícia chega à internet*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

KLATELL, D. Ética e imprensa. *Revista de Jornalismo ESPM, edição brasileira da Columbia Journalism Review*, São Paulo, abril/junho, 2013.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. *Blur: How to Know What's True in the Age of Information Overload*. Nova York: Bloomsbury, 2010.

_____; _____. *Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora, 2004.

KROTZ, F. Part I: Researching Media Internationalization: the Meta-process of Mediatization as a Conceptual Frame. *Global Media & Communication*, v. 3, p. 256, 2007.

LEWIS, J.; WILLIAMS, A.; FRANKLIN, B.; THOMAS, J.; MOSDELL, N. (2008). The Quality and Independence of British Journalism. Tracking the Changes Over 20 Years. *Cardiff School of Journalism, Media and Cultural Studies*. Cardiff University. Disponível em: <<http://orca.cf.ac.uk/18439/1/Quality%20%26%20Independence%20of%20British%20Journalism.pdf>>.

LLOYD, J.; Toogood, L. *Journalism and PR: News Media and the Public Relations in the Digital Age*. Londres: I.B. Tauris, 2015.

MACNAMARA, J. *Journalism & PR: Unpacking Spin, Stereotypes, & Media Myths*. Nova York: Peter Lang, 2014.

MCCHESENEY, R. *Digital Disconnect: How Capitalism is Turning the Internet Against Democracy*. Nova York: New Press, 2013.

MÁRQUEZ, G. G. *O general no seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. Porto: Porto Editora, 2005.

NICHOLS, J.; McChesney, R. W. *Dollarocracy*. Nova York: Nation Books, 2013.

PAVLIK, J. V. Ubiquidade: O 7º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, J. (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: UBI, LabCom, 2014.

PICARD, R. G. *Value Creation and the Future of News Organizations: Why and How Journalism Must Change to Remain Relevant in the Twenty-first Century*. Lisboa: Media XXI, 2010.

RAMONET, I. O poder mediático. In: MORAES, D. (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 243- 252.

RIBEIRO, V. *Assessores de imprensa e jornalistas. Perspetiva teórica sobre o pragmatismo das fontes profissionais de informação na indústria de notícias*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

RIEFEL, Rémy. *Sociologia dos media*. Porto: Porto Editora, 2003.

RINDOVA, V. P.; POLLOCK, T. G.; HAYWARD, M. L. A. Celebrity Firms: the Social Constructing of Market Popularity. *Academy of Management Review*, v. 31, n. 1, p. 50-71, 2006. Disponível em: <<http://www.personal.psu.edu/txp14/pdfs/amr06.pdf>>.

ROST, A. Interatividade: definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, J. (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: UBI, LabCom, p. 53-88, 2014.

SILVERMAN, C. Lies, Damn Lies, and Viral Content: How News Websites Spread (and Debunk) Online Rumors, Unverified Claims, and Misinformation. Tow Center for Digital Journalism. Fevereiro 2015. Disponível em: <http://towcenter.org/wp-content/uploads/2015/02/LiesDamnLies_Silverman_TowCenter.pdf>.

SINGER, J. B. Who are These Guys?: The Online Challenge to the Notion of Journalistic Professionalism. *Journalism*, v. 4, n. 2, p. 139-163, 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/64185502/Week-1-Singer-J-B-2003-Who-Are-These-Guys>. <http://pt.scribd.com/doc/64185502/Week-1-Singer-J-B-2003-Who-Are-These-Guys>>.

SOUSA, J. P. Tobias Peucer: progenitor das teorias do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 2, p. 31-46, 2º semestre 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2071/1813>>.

STARR, P. An Unexpected Crisis: the News Media in the Post-industrial Democracies. *The international Journal of Press/Politics*, v. 17, n. 2, p. 234-242, 2012. Nova Jersey: Sage. Disponível em: <https://www.princeton.edu/system/files/research/documents/starr_an_unexpected_crisis.pdf>.

VARELA, J. Periodismo mutante. *Revista Telos*, n. 86, 2011. Disponível em: <http://sociedadinformacion.fundacion.telefonica.com/seccion=1266&idioma=es_ES&id=201101_2610500001&activo=6.do#>.



Indagações à identidade jornalística na era do virtual e da cultura da rede

FERNANDA LIMA LOPES¹

“INVENTADO” NA MODERNIDADE, o jornalismo é uma expressão comunicativa da cultura midiática, esta também imbricada com processos tecnodiscursivos modernos. No momento contemporâneo, a atividade jornalística tem vivenciado mutações identitárias em face dos processos de midiatização da sociedade. A busca pela gênese de algumas dessas transformações será o centro da atenção da presente reflexão que, antes de discutir sua questão central, apresentará brevemente a noção de cultura midiática, cujos fundamentos remetem à mediação social realizada pelos meios de comunicação desde a idade moderna, bem como discorrerá sobre o conceito de midiatização, um fenômeno contextualizado na chamada “pós-modernidade”. Ao trabalhar essas duas ideias, o esforço será de não tomá-las de maneira isolada, mas de levar em conta os meandros da complexa transição ainda em curso entre a cultura midiática consagrada pela sociedade de massa moderna e a nova cultura comunicacional que vai se formando em face dos fenômenos do digital, do virtual e da rede.

1 Pesquisadora de pós-doutorado no programa de pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ.

Os jornalistas, na contemporaneidade, têm se deparado com inúmeras interrogações sobre sua própria identidade, diante de transformações que põem em xeque alguns formatos tradicionais relacionados a suas práticas, seus saberes, seus valores, sua memória, sua autoridade. Como se verá, algumas dessas indagações questionam sobre o próprio estar-no-mundo dos jornalistas como grupo profissional. Olhar de modo historicamente contextualizado para tudo isso pode ajudar a compreender melhor as tensões e os conflitos vivenciados pelos jornalistas contemporâneos nas suas dinâmicas de construção identitária. Concomitantemente a isso, este texto vai procurar apontar alguns exemplos de estratégias hodiernas de autoafirmação e caminhos de reorganização de sentidos que jornalistas vêm adotando em face das questões interpostas às dimensões profissionais do jornalismo, sobretudo na relação com o público.

Modernidade e cultura midiática

Para a compreensão das implicações mais profundas do que significa “cultura midiática”, é válido iniciar uma reflexão sobre uma noção de mídia, esta, por sua vez, derivada de mediação. Nessa palavra, cuja etimologia remete ao termo latino *medium* (meio), o qual também deu origem a palavras como intermediário e médium – residem alguns sentidos diversos: o de que *medium* pode ser entendido como um dispositivo material, um veículo, um meio de transporte, um canal; mas também a acepção de que mediação remete a tarefas como tradução, negociação, filtragem.

Essas noções estão associadas, de diferentes maneiras, tanto à mídia, de modo genérico, quanto ao jornalismo, mais particularmente. Os meios de comunicação de massa – primeiro a impre-

sa, em seguida, o cinema, o rádio e a televisão – consolidaram-se, ao longo da modernidade, como importantes mediadores do discurso social. Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (1984) aponta que, no século XVIII, os jornais se estabeleceram como dinamizadores das vozes presentes naquela que ele denominou “esfera pública burguesa”, a qual se referia a um “espaço” entre dois domínios: o do Estado e o da sociedade civil em sua dimensão privada e dos relacionamentos pessoais. Esse novo “local”, segundo Habermas, possibilitava a crítica à atuação do Estado e o debate de questões consideradas de interesse coletivo.

Nota-se, pois, que a identidade da imprensa periódica moderna foi associada às imagens constituídas em torno da função mediadora que ela passou a realizar. Não havia naquele momento, ainda, um jornalismo profissional, mas homens de imprensa procurando desempenhar papéis mediadores, os quais servirão de ancoragem simbólica para representações que, paulatinamente se agregarão à identidade jornalística, como, por exemplo, o de cão de guarda, o de vigia do poder, o de investigador, o de porta-voz do bem comum. Portanto, mesmo que se considere, como Chalaby (1996), que o jornalismo seja uma invenção do século XIX (porque só irá ganhar autonomia em relação a outros campos, como o literário e o político, com a consolidação de práticas discursivas centradas nos fatos, nomeadamente, a notícia, a reportagem e a entrevista), o que pretendo destacar é o fato de que certo sentido de mediador já está associado aos traços característicos dos trabalhadores da imprensa desde a atuação dos primeiros meios de comunicação no contexto da “esfera pública burguesa”.

Além disso, é interessante ressaltar que a mídia de modo geral (e o jornalismo, em particular) não se desenvolve apenas como

arena para o debate público, mas estabelece-se como ator social que também desempenhará funções de impacto na política, na cultura, na economia nas sociedades modernas. Sob a perspectiva dos estudos da comunicação, o fenômeno midiático relaciona-se ao aparecimento do paradigma massivo da comunicação. A depender da corrente teórica adotada, fala-se de “sociedade de massa” (perspectivas americanas da *mass communication research*), ou de “comunicação de massa” (Umberto Eco, por exemplo), ou de “cultura de massa” (Edgar Morin e autores da vertente culturológica) (HOHLFELD; MARTINO; FRANÇA, 2001). Independentemente da terminologia preferida, não é difícil compreender que o fenômeno da comunicação tecnicamente mediada (THOMPSON, 1998) amplamente distribuída pelos meios permitiu o desenvolvimento de uma cultura midiática com características próprias em seus sistemas de produção e difusão de mensagens. Concomitantemente, essa cultura e suas especificidades são constituídas não apenas no âmbito dos produtores (emissores), ou dos difusores (canais), mas também se instalam na relação desses primeiros com os públicos (receptores).

A cultura midiática – ou, se preferirmos a terminologia de Edgar Morin, a “cultura de massa” – não é a cultura única da sociedade que abriga os meios massivos. Segundo Morin (1990), ela divide espaço com a cultura nacional, a cultura humanística etc., nutrindo-se dessas outras e, ao mesmo tempo, entrando em concorrência com elas. Isso fica bastante claro, por exemplo, na análise que Muniz Sodré (1984) realiza, nos anos 1980, sobre a questão da televisão no Brasil. De acordo com ele, o sistema televisivo significava um “monopólio da fala”, obnubilando as múltiplas nuances da dimensão cultural. Ao apontar que “a ação do

sistema televisivo é decididamente predatória com relação às formas populares de cultura [...]” e que “as variações culturais são encaradas como formas marginais de existência” (SODRÉ, 1984, p. 128-133), Sodré também indicava que o formato de emissão de mensagens refletia a efetiva concentração do poder sobre os meios nas mãos dos empresários do setor.

Levando tudo isso em conta, percebe-se que a cultura midiática pode ser encarada como um sistema complexo, marcado por relações de poder e por múltiplas determinações, mas que é mais um entre outros que compõem o espaço social, interagindo com eles de maneiras variadas e em relações desiguais. Quer dizer, tomando emprestadas algumas reflexões de Bourdieu (1997), podemos compreender que a mídia está sujeita a “heteronomias”, uma vez que sofre a influência, chegando, às vezes, a obedecer a algumas regras de outros campos (como o econômico, do qual participam os proprietários dos meios), mas que também possui um poder de visibilidade e de convencimento que impõe suas normas e valores ao espaço social, podendo interferir na autonomia e no poder de outros campos.

O que foi exposto até aqui demonstra que o cenário cultural de uma sociedade não pode ser visto como algo unívoco, mas complexo. Ficou claro, também, que o entendimento da cultura midiática passa pela compreensão da noção de modernidade, esta igualmente complexa e marcada por aspectos que ajudaram a constituir uma era da história humana. É importante manter em mente que a modernidade está culturalmente marcada por inúmeros traços, incluindo aí o da secularização, processo umbilicalmente ligado ao desenvolvimento da ciência e a sua consolidação como saber de referência social, em detrimento dos saberes da teologia, ou mesmo

da filosofia. Relaciona-se, também, com o advento do estado moderno (séc. xv) e o crescimento da burguesia, paralelos ao enfraquecimento dos detentores do poder na Idade Média, nomeadamente o clero e os nobres. Inclui, ainda, os reflexos da reforma protestante (séc. xvi) que, dentre outras coisas, pleiteava a tradução da bíblia para as línguas nacionais, algo que, de certo modo, direcionava o contato com o divino para uma esfera mais individualizada e menos dependente de estruturas da mediação religiosa.

As novas configurações geopolíticas, culturais, religiosas, epistemológicas, junto com a nova mentalidade forjada nesse contexto, acolhem as tecnologias da mediação – primeiramente a prensa de Gutenberg (séc. xv), depois os outros meios, incluindo os audiovisuais – e, paulatinamente, dão vazão aos impulsos de propagação, universalização do conhecimento, ampliação do debate público, acesso a textos. Assim, ideais latentes no Renascimento e, mais tarde, reforçados no Iluminismo, são favorecidos pelos meios de comunicação, os quais compõem, em conjunto e por meio de imbricações nem sempre óbvias, as bases material e simbólica em que irá se desenvolver a cultura midiática.

Concomitantemente, os processos industriais de produção dos bens simbólicos pela mídia ajudam no espalhamento dessa cultura, assim como a formação de conglomerados econômicos em torno de tais bens é mais um elemento de fortalecimento e hegemonia para esse viés cultural. As práticas comunicacionais da modernidade, portanto (destacando-se aí o jornalismo), são partes inseparáveis do ambiente cultural moderno, radicalmente distinto da(s) cultura(s) que a sociedade experimentara antes da mídia.

Em relação a esse cenário, destaco, para efeitos de análise no presente texto, alguns aspectos que não deixam de estar intima-

mente relacionados entre si: a questão da profissionalização daqueles que se constituíram como mediadores sociais do debate público e a ocupação perante o público de um dado lugar de fala, primordialmente unilateral quanto ao fluxo comunicacional estabelecido (lembrando, aqui, o conceito de monopólio da fala, de Sodré). Levando isso em conta, saliento que os jornalistas, em seu percurso de construção identitária, passaram por diferentes momentos, entre os quais, os mais relevantes para sua identidade social, o da sua profissionalização (LOPES, 2013). Essa organização do jornalismo como uma profissão não pode ser separada da história de ampliação da cultura midiática que (*pace* Morin), duplamente, entra em concorrência enquanto constitui a cultura da sociedade de massa.

Mas a noção de comunicação de massa já não vai dar conta de definir as características do novo cenário comunicacional instaurado a partir de novas tecnologias, novos fluxos da informação, novas particularidades do consumo midiático, novas empresas, novos produtos, novos mercados baseados na lógica do digital e da rede. Tudo isso será comentado na seção seguinte.

Pós-modernidade e midiatização

O advento da internet e de outras tecnologias digitais para comunicação bem como as transformações sociais, culturais, epistemológicas da chamada pós-modernidade vêm ocupando as preocupações dos pensadores da Comunicação. São estudos que procuram investigar o sentido dos fenômenos que, na contemporaneidade, se entrelaçam com a mídia e com a cultura de modo mais amplo, sobretudo porque as dinâmicas de comunicação tecnicamente mediada por aparatos de transmissão

e circulação de mensagens já não se encaixam em um modelo verticalizado e unidirecional típico do paradigma massivo. A denominada “nova mídia” (MANOVICH, 2001), ou outros termos que vêm sendo utilizados para lidar com os formatos comunicacionais digitais em rede, como multimídia, hipermídia, cultura da convergência, tudo isso vem interpelando os pesquisadores da área de comunicação (e também de outros campos acadêmicos) a refletirem sobre as reconfigurações da comunicação, do jornalismo, da identidade dos trabalhadores profissionais da mídia, entre outros temas.

Parte dos esforços teóricos apresenta a seguinte tendência epistemológica: não mais entender a mídia como um ator social em meio a outros atores; ou não mais se pensar a cultura midiática como um dos campos culturais em concorrência e/ou em interação com outras culturas, mas de agigantar o fenômeno midiático a ponto de transformá-lo em outra (mega)coisa. Ganham terreno teórico, na contemporaneidade, as concepções de midiatização (SODRÉ, 2002) ou de *media life* (DEUZE, 2009), isto é, ideias que procuram ultrapassar os tradicionais sentidos de mediação (*medium*), indicando uma onipresença dos fundamentos tecnomidiáticos, como se eles fossem a base constitutiva para todo o restante sociocultural, e/ou como se esses fundamentos e sua lógica estivessem diluídos e integrados em todas as esferas da vida humana, já não podendo mais ser enquadrados como elementos externos à cultura do mundo contemporâneo.

O filme *O show de Truman* (1998) tem sido usado para ilustrar tais perspectivas. Ele serve de exemplo tanto para Deuze (2009) quanto para Sodré (2002). Deuze argumenta que, assim como Truman (no trocadilho do inglês “homem verdade[iro]”),

personagem principal do filme, vive cercado de câmeras e em um mundo comercial e tecnicamente direcionado pela lógica do *reality show* (do qual ele não sabe de participa), também hoje, as pessoas sustentam, muitas vezes sem questionar esse tipo de existência, um modo de vida profundamente imbricado com a mídia, de modo que já não se pode conceber uma vida fora dela. Sodré (2002) chama essa nova vivência do mundo da experiência de quarto *bios*, comparando-o à condição existencial do principal personagem Truman. Para esse autor, a lógica da sociedade contemporânea é a da midiatização, noção que precisa ser percebida a partir da multiplicação de interações fundamentadas na preponderância da técnica e do mercado, que conduz a um mundo com relações humanas cada vez mais virtualizadas e perpassadas pelo viés do consumo. Para sustentar sua posição, Sodré problematiza e faz esclarecimentos sobre o conceito de *medium*, argumentando que, em face da questão da midiatização, ele não se restringe à ideia de canal ou veículo, mas precisa ser visto como “canalização (...) e ambiência estruturadas com códigos próprios” (p. 20). Ao explicar que “*medium* é o fluxo comunicacional, acoplado a um dispositivo técnico (...) e socialmente produzido pelo mercado capitalista, em tal extensão que o código produtivo pode tornar-se ‘ambiência’ existencial” (SODRÉ, 2002, p. 20), o autor busca a explicitação de um conceito que tanto se aplique às tradicionais mídias de massa quanto às novas tecnologias digitais em rede.

Tanto na perspectiva de Deuze quanto na de Sodré, está a percepção de que a midiatização implica uma naturalização cada vez maior não só dos dispositivos tecnológicos de comunicação digital, mas também da lógica consumista e das formas

de sociabilidade que eles ajudam a produzir, de modo que ficaria cada vez mais difícil conceber fora desse universo as interações humanas de toda sorte. A cultura midiática marcada pela midiatização, portanto, não estaria circunscrita àquelas comunicações profissionalizadas, aparelhadas midiaticamente, mas a todos os vínculos que os humanos da contemporaneidade estabeleceriam em sua vida atual. Conforme tais posturas teóricas sobre mídia e cultura na contemporaneidade, estaríamos em face de uma espécie de “ecologia” da mídia, segundo a qual a dimensão midiática – com seus aparatos técnicos de produção, reprodução, divulgação de imagens e textos juntamente com seus valores, saberes, visões de mundo – estaria plenamente integrada ao cotidiano da experiência humana hodierna, agregando-se de modo inexorável a práticas políticas, econômicas, sociais, educacionais, religiosas, relacionais, médicas etc.

Na metáfora de Deuze (2009), esse universo é como a água em que habitam os peixes. Ela os envolve, os nutre, é o ambiente em que eles vivem. Dali não podem sair sem que morram. Aí reside essa concepção “ecológica”. Considerando assim, a noção de midiatização parece apontar para uma dimensão totalizante e inexorável da vida humana e, conseqüentemente, de toda cultura. Enveredar pelas reflexões teóricas tanto pode ser um modo de sugerir – quiçá afirmar – um processo histórico sem volta quanto pode ser um modo de questionar se esse é mesmo um caminho que ainda está sendo fatalmente trilhado.

É justamente em face de tais perspectivas globalizantes, totalizantes, que tendem a tomar toda a existência e a cultura como submetidas às engrenagens tecnoaxiológicas desse admirável (!) mundo novo, mas também com pitadas do incômodo questiona-

mento sobre sua inexorabilidade, que se levantam algumas questões relacionadas à identidade de antigos mediadores sociais, cujo poder de fala foi construído ao longo da modernidade e que, no momento contemporâneo, enfrentam desafios para sua autoafirmação e até para sua continuidade. Um desses mediadores é justamente o jornalista, do qual trataremos em seguida. Antes, vale a pena propor um exercício de abstração para questionar os limites de um suposto poder avassalador do mercado e da tecnologia digital para a construção de modelos globais e totais para a vida humana. Se, por um lado, de fato observamos o crescimento de um poder da lógica midiática em tantos setores da sociedade, por outro, não podemos nos esquecer de que a globalização e a midiaticização não abrangem igualmente os mais de 6 bilhões de seres humanos que habitam o planeta neste início de século XXI. Ora, a integralidade da experiência humana não se resume às técnicas e ao modo capitalista que não passam de mil anos de existência. Há instâncias de nosso existir biológico, dos instintos animais e, principalmente, da vida espiritual (como, por exemplo, as experiências místicas) que permanecem soberanas mesmo diante do “trator” da chamada midiaticização.

Outrossim, ao se pensar em uma “cibercultura” – como sugere Pierre Lévy (1999) – não é possível esquecer que tradicionais instituições mediadoras anteriores à modernidade, como a igreja e a família, além de outros mediadores sociais da era moderna, como o Estado, o partido político e, claro, o jornalismo, continuam exercendo papéis de *medium* em seus sentidos mais originais (seja de canal, seja de tradutor). Há variadas situações relacionadas com essas esferas que preservam – intencionalmente ou não – valores e práticas ainda não impregnadas pela lógica do digital, da rede,

da midiaticização. *Ipsa facto*, as instâncias mediadoras pré-sociedade digital em rede continuam fornecendo parâmetros para acessar (ver, ouvir, tocar) e interpretar a realidade, além de seguirem fomentando modelos de inserção e atuação dos indivíduos no mundo (seja por ações firmes, de resistência consciente às propostas do novo mundo, seja sob formas inerciais, mas que não deixam de impactar os impulsos globalizantes e midiaticizantes que, por sua vez, também se desenvolvem pelo protagonismo de uns e pela adesão e consentimento de outros). Em suma, o que se argumenta aqui é que modos tradicionais de mediação permanecem atuantes nos jogos de forças sociais, integrando de múltiplas maneiras a cultura, oferecendo situações de resistência, fomentando heterogeneidades nos modos de vida, colaborando na construção de hegemonias e na formação de *selves*.

Considerar isso não significa ignorar movimentos que corroboram o argumento da midiaticização, pois, de fato, as instituições mediadoras tradicionais e modernas estão, elas próprias, sujeitas às transformações nos fluxos e arquiteturas comunicacionais deste mundo extremamente tecnificado e marcado por valores do consumismo exacerbado. Há inúmeros exemplos de que, diante da incorporação cotidiana das tecnologias digitais, as famílias, as religiões, os estados, os partidos políticos e o jornalismo estão reorganizando, em variadas situações, suas práticas, seus saberes, seus valores, sua autoridade, seus modos de ser e de exercer mediação na sociedade. Quando determinadas identidades sociais se chocam com os rumos da midiaticização, é possível notar, em alguns casos, que esforços se levantam para que o papel de mediador, antes ocupado pelo grupo, não se esfaça frente à nova ordem da experiência do quarto *bios*. Nessa tentativa, concessões e ajustes acabam por se efetivar, sobretu-

do quando está em jogo a própria sobrevivência daquela esfera. Tal fenômeno é amplamente encontrado nos processos de construção identitária do jornalista contemporâneo. É disso que os parágrafos seguintes vão procurar tratar. Porém, antes, vale repetir: o processo de midiaticização não pode ser considerado um evento que chegou a termo, ofuscando tudo o que existiu antes dele. Ele não ocorre sem conflito ou tensão, tendo em vista o nível de resistência – consciente ou não, proposital ou não – que certos atores sociais representantes de cada um desses campos mais tradicionais da cultura interpõem aos valores deste novo tempo.

Indagações à identidade jornalística e reorganizações do *self* jornalístico

Conforme Lemos (2003), as tecnologias multimídia e a internet conduziram à “liberação do polo da emissão”, permitindo indivíduos e grupos emitirem seus discursos em diferentes espaços de interação na rede, como blogs, chats, e-mails, comunidades virtuais etc. Nesse cenário, alguns atores sociais passaram a se identificar como jornalistas; outros, passaram a exercer funções de produção informativa, contação de histórias, prestação de serviços informativos, e tudo isso apresentou indagações à própria identidade jornalística, representando tensões nas fronteiras do grupo profissional. É claro que nem todos esses novos produtores de conteúdo estão deliberadamente empenhados em ser reconhecidos como jornalistas profissionais. De qualquer forma, não se pode negar que a fronteira do campo jornalístico não ficou imune a esse fenômeno. É o que se comentará a seguir.

Em mapeamento feito em 2009 sobre o universo jornalístico brasileiro (LOPES, 2013), foi constatada uma enorme discrepân-

cia entre a quantidade de jornalistas profissionais registrados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o volume de indivíduos no espaço virtual identificando a si mesmos como jornalistas. Enquanto os dados oficiais apresentavam cerca de 80 mil registros, 1,2 milhão de blogueiros definiram-se como “jornalistas” no item “perfil” da plataforma *blogger.com*. A despeito das variáveis que poderiam afetar esse número,² é impossível não considerar extremamente espantosa a diferença de mais de 1.500% entre os dados oficiais e o mapeamento quantitativo em uma única plataforma de blogs. A análise desses dados levou à percepção de um abalo no caráter profissional como elemento para a elaboração do *self* associado à identidade de jornalista, ou seja, indivíduos sem qualquer vínculo profissional com a profissão de jornalista se sentiram à vontade para se identificarem com essa alcunha:

O fato de a internet, as NTICS e a lógica da rede permitirem a vivência não profissional do jornalismo (por exemplo, na forma de *hobby* ou de uma atividade complementar não remunerada) deve ser considerado como indício de um tensionamento nas fronteiras da identidade que, historicamente, se calcou na imagem, nas posturas e nas instituições profissionais”. (LOPES, 2013, p. 251)

2 No referido trabalho, foi pesquisada apenas a plataforma *blogger.com*. Mas existem outras bem importantes, como Wordpress. Foram considerados perfis de proprietários de páginas da plataforma de blogs que estivessem em português. Salientaram-se alguns fatos e possibilidades: entre esses, poderia haver quaisquer indivíduos falantes da língua portuguesa, independentemente de serem brasileiros; poderia haver mais de um blog por pessoa; nem todos os blogs eram de jornalismo.

Verifica-se, portanto, no bojo do fenômeno da liberação do polo emissor, a emergência de indagações sobre a dimensão profissional da identidade jornalística. Com efeito, isso não quer dizer que haja dúvidas sobre o fato de o jornalismo ser uma profissão: ele é, constituiu-se historicamente como uma. Tampouco significa que esses blogueiros não sustentem para si mesmos e para os outros certa imagem de profissionalismo. Mas o que está em discussão é o fato de que tradicionais elementos da vivência profissional, tal como salário, diploma, vínculo empregatício em empresa jornalística, entre outros, não se constituem como requisitos para que os sujeitos na internet se identifiquem como jornalistas.

Além das questões aos sentidos identitários do jornalista contemporâneo interpostas pelos que, por um sentimento de pertencimento (ainda que sem a prática profissional), se autorreferenciam como membros do grupo, há indagações advindas de outros atores sociais que ocuparam o lugar de emissores nas redes digitais.

Antes de tratar deles, vale recordar que, em estudos sobre identidade, é mandatório considerar a questão da alteridade, ou seja, levar em conta o(s) outro(s) com quem o jornalista convive e diante de quem ele se apresenta. Os outros são balizas importantes para a construção do que formamos internamente. Portanto, é também interessante analisar aqueles que não querem fazer parte do universo jornalístico, mas com quem esse grupo se vincula socialmente, e em que medida um novo contexto social, cultural, tecnológico interfere em tais relações. Entre esses, destacam-se as empresas jornalísticas; as instâncias externas de regulamentação da atividade;³

3 Precisamente o Legislativo e o Judiciário, pois não há no Brasil uma autarquia como Conselho Federal de Jornalismo, que seria do âmbito do Executivo.

os outros profissionais de comunicação; as fontes; o(s) público(s) a quem o jornalismo se dirige e o mundo social de modo mais amplo, espaço de circulação das mensagens jornalísticas.

Algumas reflexões ajudam a elaborar questões sobre a relação dos jornalistas com outras pessoas ou organizações no mundo pós-internet. Henry Jenkins (2004) explica que a chamada “convergência” não se resume a abordar experiências da mídia digital em rede, mas inclui observar transformações culturais em diferentes instâncias no mundo das novas tecnologias de comunicação e informação e dos ambientes virtuais que configuram novas formas de ação social e novos contornos de trocas simbólicas. O autor dá especial atenção à cultura participativa, focalizando exemplos de ampliação e mutação do envolvimento do público com as situações de consumo, de entretenimento, de política, de partilha de conhecimento. A comunicação virtual e as possibilidades comunicativas em rede trazem novos modos de exposição e circulação da informação, além de fomentar novas redes de sociabilidade que interferem nas dinâmicas relacionais que os jornalistas cultivavam seja com o seu público, seja com suas fontes, seja com outros setores sociais.

Sobre as empresas de jornalismo, mais precisamente as de tradicionais grupos de mídia, há inúmeros aspectos que podem ser analisados, mas um dos que toca diretamente aos jornalistas como profissionais tem sido as crises por que também essas empresas vêm passando no cenário do mundo digital e da cultura da convergência midiática. Perda de assinantes e/ou de audiência, necessidade de adequações tecnológicas e discursivas para o ingresso e a atuação no mundo da rede têm levado a ações empresariais que passam por demissões, troca de diretrizes gerenciais, criação

de novas áreas e exploração de novas competências para atingir o público e gerar receita.

Nesse sentido, um fenômeno interessante a despontar na contemporaneidade e que também diz respeito às relações fronteiriças do jornalismo com outros profissionais da comunicação é o *Branded Content*. Esse termo que literalmente significa “conteúdo de marca” vem sendo adotado por publicitários e profissionais do marketing para designar algumas de suas também novas fórmulas de comunicação com o público, diferente do modelo de publicidade massiva. As estratégias de *Branded Content* estão em sintonia com o capitalismo pós-fordista, baseado na customização, na consideração de nichos de público e, mais do que isso, procuram engendrar conteúdos relevantes para um consumidor que, na era da midiatização, estabelece uma relação cada vez mais ativa com os dispositivos midiáticos.

Matérias de 2015⁴ dão conta de que as empresas jornalísticas brasileiras ligadas a tradicionais grupos de mídia do país estão investindo nesse filão, isto é, estão organizando departamentos que já não são mais o setor da “igreja” ou do “Estado”, mas dedicam-se a ser centrais de produção de conteúdo (*branded content*). É o caso do grupo Abril, o maior pool de revistas impressas de circulação nacional; do Infoglobo, das organizações Globo, o maior grupo de mídia brasileiro; do grupo RBS, influente no Sul do Brasil; e de Folha e Estadão, ambos grupos de São Paulo. Todas essas empresas ampliaram suas áreas de conteúdo sob demanda, além de terem,

4 “Jornal, propaganda e marketing: a vez do branded content”. Matéria escrita por Ana Paula Jung e publicada no jornal impresso *Propaganda e Marketing* de 12 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://aner.org.br/jornal-propaganda-e-marketing-a-vez-do-branded-content/>>.

cada um a seu modo, desenvolvido modos de atingir nichos de público com estratégias que vem sendo denominadas “publicidade nativa”⁵ e “storytelling”.⁶

Em texto de 2014, Patrícia Weiss, fundadora da *Branded Content Marketing Association South America*, analisa que, no cenário contemporâneo, a mais eficiente tendência de comunicação para que atores sociais (marcas, empresas, prestadores de serviço, governos, agentes públicos) alcancem o que preconiza o marketing é a *storytelling*:

Com o *storytelling* como a poderosa ferramenta de marketing da atualidade, as marcas podem concretizar uma conversa, uma experiência contagiante, um relacionamento com as pessoas, sem interromper a vida delas.

Colocando o *storytelling* no centro da estratégia da marca, não apenas em um evento, ou uma campanha. Aliás, perdendo a mentalidade de campanha, de peças, de plataformas. Porque não é assim que o ser humano se relaciona com os fatos. (Patrícia Weiss em texto veiculado pelo site *Meio e Mensagem*. 02/01/2014).

5 *Native advertising*: é uma forma de, apresentando conteúdo que seja relevante para o consumidor, não apenas atingi-lo com informação e discurso, mas fazê-lo interagir, conviver no seu dia a dia com as marcas, serviços ou produtos apresentados de maneira mais sutil que a publicidade convencional.

6 “Essa revolução foi extremamente sentida e acentuada em 2013, e pode mudar o nome e o significado do marketing para sempre. Marketing agora se chama *storytelling*. Hoje, a promessa de uma marca, seus valores, seus produtos, não interessam mais aos consumidores, se o rumo da história não mudar. *O marketing deve contar e efetivamente realizar histórias que conectam as pessoas, como nunca antes.*” (WEISS, 2014. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/ponto_de_vista/2014/01/02/O-novo-significado-do-marketing-e-o-futuro-do-branded-content>.)

É bastante interessante a consideração de Weiss sobre a relação do ser humano com os fatos, e isso remete exatamente a atividade-fim do jornalismo, que se consolidou historicamente como uma maneira profissional e confiável de promover uma conexão do público com os fatos. Além disso, o jornalismo é um discurso que se apresenta em diferentes modalidades, entre os quais, a reportagem, que não deixa de se caracterizar pelo viés informativo típico da notícia, mas que se organiza discursivamente, valorizando o contar de uma história (*storytelling?*).

É mister acrescentar que a credibilidade da atividade jornalística garantiu e continua a garantir um lugar de fala para as próprias empresas de comunicação. Isso fica evidente na preocupação que os empresários e até os profissionais de publicidade e marketing sustentam:

Para grandes grupos de comunicação, já que têm no seu *core business* informação, cultura, entretenimento, marca, canais e negócios, por meio das multiplataformas, o caminho fica fácil para desenvolver conteúdo sob demanda, com a vantagem de garantir a credibilidade do veículo que o produz. Desde que fique claro que o conteúdo é patrocinado e não seja misturado ao editorial. (*Jornal Propaganda e Marketing*, 28/10/2015. Matéria em site.)

Portanto, mesmo que as empresas invistam em outras formas de lucratividade e que inaugurem novos setores para novos tipos de relação com o público, não se pode afirmar que exista um interesse deliberado ou não em banir todo tipo de fronteira e apagar completamente identidades profissionais particulares. Há uma continuidade de práticas de separação (muitas vezes mais discre-

tas que explícitas) entre publicidade e jornalismo, como ocorre, por exemplo, no “informe publicitário”, obrigatoriamente identificado como tal, para que o público não confunda aquela informação de aparência jornalística, mas de teor publicitário, portanto, interessada, com o verdadeiro jornalismo (supostamente isento de interesses ou com vistas ao interesse público).

Como visto, a internet favorece o crescimento do fluxo informacional em escala global e da circulação gratuita de conteúdo, incluindo o noticioso. Com isso, uma crise atinge o mercado de formação e as empresas jornalísticas, tocando também às dinâmicas de produção jornalísticas e até enfraquecendo-as em seu papel de mediadores entre o público e os fatos. Ken Doctor (2011) aponta que, nesse contexto, as empresas jornalísticas precisam aprender a lidar com um novo jeito de ser do público, antes apenas leitor, mas agora também produtor de conteúdo. Segundo o autor, um novo mundo “Pro-Am” evoca a necessidade de parcerias entre os profissionais e amadores, já que estes últimos adentram certos conhecimentos e práticas que antes eram monopolizadas pelos primeiros. Com efeito, uma associação Pro-Am (profissionais – amadores) será o modo com que alguns jornalistas, em grande medida ainda a reboque das empresas jornalísticas, irão tentar lidar com esses novos produtores de conteúdo (DOCTOR, 2011).

Iniciativas como “Painel do Leitor”, do jornal *Folha de S. Paulo*, ou “Eu Repórter”,⁷ d’*O Globo*, buscam contornar as consequên-

7 Esses são espaços que as empresas jornalísticas concedem ao seu público para que este capte e envie informações (texto e imagem) para serem publicadas como “notícias”. O nome “eu repórter” e o formato de publicação praticamente idêntico ao conteúdo jornalístico dão a entender que os colaboradores funcionam como jornalistas não profissionais. Ao enviar os textos e fotos, o leitor

cias das transformações contemporâneas não exatamente no intuito de preservar o trabalho que tradicionalmente realizavam, mas sim de cuidar do lugar privilegiado que ocupavam na ordem do discurso. Nesse sentido, aos amadores (cidadãos, leitores, como queiram chamar) é permitido realizar tarefas como a captação de imagens e a produção de texto, porém, a informação produzida por eles só é exposta nas plataformas das empresas jornalísticas depois de serem calculadamente hibridizadas com formatos e linguagens jornalísticos já consolidados, como o da notícia e o da reportagem. Ao manterem o controle sobre a dinâmica produtiva do noticiário on-line, os jornalistas reforçam o elemento do profissionalismo, traço importante para sua identidade social. Operando atividades como seleção, edição, hierarquização de informação, interpretação, demonstram que ainda ocupam uma posição mediadora, no sentido de ser um intermediário tradutor, explicador, e, por isso, de especial relevo social.

A questão do papel mediador do jornalista também apresenta suas indagações contemporâneas quando observamos os tropismos na relação entre jornalismo e suas fontes. Ainda na modernidade, “sujeitos institucionalizados se capacitaram para produzirem acontecimentos noticiáveis. Aprenderam a gerar conteúdos e a interferir na pauta jornalística” (CHAPARRO, 2007, p. 14). Isso inclui considerar que algumas das mais relevantes fontes de informação para o jornalismo (governos, partidos,

assina digitalmente um termo em que concorda em ceder à empresa jornalística gratuitamente os direitos sobre sua produção intelectual. Fica estabelecido também que não se constituirá vínculo empregatício ou contrato de trabalho por prestação de serviço.

organizações, instituições de todo tipo, além de figuras públicas como celebridades e políticos) lançaram mão de comunicadores especialistas em lidar com a imprensa (como os relações públicas, os marqueteiros, os assessores) e adotaram formatos padronizados e menos espontâneos no seu relacionamento com o universo jornalístico. Na era da comunicação massiva, o esforço das fontes em se relacionar com os jornalistas ainda se pautava pela busca da maior influência sobre o noticiário e o poder de visibilidade e autoridade conferido pelo jornalismo: era, pois, o tradicional papel de mediador que balizava tais contatos. No entanto, um impacto sobre esse traço da identidade jornalística começa a ganhar terreno mediante o fato de que, em vez de fazerem dos jornalistas uma etapa intermediária para atingir o público, as fontes passam adentrar a lógica da midiatização distribuindo conteúdos próprios em canais próprios ou em canais virtuais (como as redes sociais na internet) que não seguem a mesma lógica tradicional dos meios de comunicação de massa.

Com efeito, as redes sociais são ambientes em que os jornalistas irão entrar em contato com suas fontes – eventuais ou fixas – e onde irão galgar suas pautas. Assim, essa marca identitária dos jornalistas de profundo contato com o mundo social e com as questões da atualidade adequa-se ao ambiente virtual em práticas jornalísticas que tendem a ser menos informativas e mais interpretativas ou fruitivas sobre o mundo. Alguns assuntos que fontes e público estão comentando na internet são abordados em programas jornalísticos de maneira mais analítica, num intuito de aprofundamento de debates que se estabelecem de modo superficial em postagens curtas de redes sociais. Outras vezes, o jornalismo refere-se a temas mais leves e produz matérias mais de entre-

tenimento do que de informação, como por exemplo, a entrevista com celebridades momentâneas em virtude de vídeos virais. De qualquer maneira, o jornalismo faz questão de estar plenamente imerso nesses fluxos comunicacionais, abordando os temas mais visíveis e que dão audiência.

A identidade social é um fenômeno complexo, sempre relacionado com o contexto histórico de inserção do ator social sobre o qual se pretende estudar. Neste texto, ao tratar do jornalista na contemporaneidade, foi possível levantar apenas algumas de tantas inquietações que tocam a esse grupo neste início de milênio. Foram abordadas questões relacionadas principalmente com o vínculo social do jornalista no ambiente da midiatização, mas é importante ter em mente que há muitos outros aspectos relacionados aos fazeres e saberes profissionais, à emergência de novos modelos jornalísticos específicos da rede (experiências como Mídia Ninja, Agência Pública de Jornalismo e outros) que não foram trabalhados, mas nem por isso ignorados. A [in]conclusão da presente reflexão é, portanto, um fechamento que aponta para dimensões que também podem ser investigadas em pesquisas que desejam aprofundar a temática da identidade jornalística na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

CHALABY, J. K. Journalism as an anglo-american invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, Londres [etc.], v. 11, n. 3, p. 303-326, 1996.

CHAPARRO, C. M. *Pragmática do jornalismo, buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

DEUZE, M. *Media life*. Cambridge (UK): Polity Press, 2009.

DOCTOR, K. *Newsonomics: doze novas tendências que moldarão as notícias e seu impacto na economia mundial*. São Paulo: Cultrix, 2011.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JENKINS, H. The cultural logic of media convergence. *International Journal of Cultural Studies*, v. 7, 33-43, 2004.

LEMOS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreendermos nossa época. In: LEMOS, A., CUNHA, P. (Orgs.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 11-23.

LESSIG, L. *Cultura Livre*. São Paulo: Trama, 2005.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, F. L. *Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo: Paulus, 2013.

MORIN, E. *Cultura de massas no século xx. Neurose* (v. 1). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

PAVLIK, J. *Journalism and new media*. Nova York: Columbia Press, 2001.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1984.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social de mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.



Literatura brasileira e comunicação: das cartas modernistas às redes digitais

CESAR GARCIA LIMA¹

NO ENSAIO “O NARRADOR”, WALTER BENJAMIN (1987) discorre comparativamente sobre as diferentes perspectivas da literatura e da imprensa. O filósofo alemão lança um olhar inquiridor diante da História e do romance, no qual classifica este último como uma expressão literária do sujeito isolado, que ganhou impulso com o capitalismo. Em sua análise, Benjamin reflete:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. (BENJAMIN, 1987, p. 203)

No texto, escrito em 1936, durante o nazismo do qual Benjamin foi uma das vítimas, o filósofo defende que narrar é uma maneira

1 Doutor em Literatura Comparada (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro); pós-doutorando em Teoria e Crítica Literária (UFF - Universidade Federal Fluminense). Jornalista, poeta (*Águas desnecessárias* e *Este livro não é um objeto*) e documentarista (*Soldados da borracha*).

de resistir. Ao retomar a leitura de seu texto e pensar na relação entre literatura e comunicação na sociedade atual, impõe-se a obviedade que os recursos tecnológicos alteraram profundamente as condições dessa relação e exigem uma observação contínua, pois se modificam de maneira acelerada, de modo a promover um alargamento do presente, que se estende indefinidamente. Quem, por sinal, pode estar atualizado nos dias que correm? Os programas de computadores nos transformaram em reféns da obsolescência, imposta a partir das necessidades tecnológicas, que contaminam os saberes e as necessidades cotidianas, insufladas pelo consumo.

O termo *resistência*, contudo, revela seu poder de renovação a partir das inquietações sociais da frágil democracia brasileira, assolada por escândalos de corrupção e reviravoltas políticas, assim como em um livro do escritor paulistano Julián Fuks, Prêmio Jabuti de Melhor Ficção de 2016:

Resistir: quanto em resistir é aceitar impávido a desgraça, transigir com a destruição cotidiana, tolerar a ruína dos próximos? Resistir será aguentar em pé a queda dos outros, e até quando, até que as pernas próprias desabem? Resistir será lutar, apesar da óbvia derrota, gritar, apesar da rouquidão da voz, agir, apesar da rouquidão da voz? É preciso aprender a resistir, mas resistir nunca será se entregar a uma sorte já lançada, nunca será se curvar a um futuro inevitável. Quanto do aprender a resistir não será aprender a perguntar-se? (FUKS, 2016)

Este artigo discute como, desde as cartas trocadas pelos modernistas Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade até os dias atuais, a literatura brasileira encontrou recursos criativos e

lançou mão da própria Comunicação e do Jornalismo para distinguir-se em meio à avalanche informativa que não para de crescer. Na contemporaneidade profundamente modificada pelas possibilidades das trocas e transferências culturais da internet, os meios digitais são autofagicamente obcecados pela novidade.

O confronto cultural entre literatura e imprensa se modificou após Benjamin e os senões humanistas de seus contemporâneos da Escola de Frankfurt em relação aos meios de comunicação de massa. Com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra, os preceitos de objetividade do jornalismo norte-americano se disseminaram, inclusive no Brasil, impondo o lide e seu resumo da notícia logo no primeiro parágrafo, e soterrando o nariz de cera e os devaneios literários que ainda persistiam na imprensa ocidental. Com isso, no pós-guerra, a literatura deste lado do mundo se aproximou dos discursos do cotidiano, lembrando aqui da terminologia de Mikhail Bakhtin (2006) para designar os discursos dotados de finalidade imediata, como o texto jurídico ou jornalístico. Esse, digamos, rebaixamento do discurso literário já vinha acontecendo desde as experiências dadaístas na Europa, que buscavam inspiração na notícia para suas performances e textos, estratégia criativa explicada por carta do franco-suíço Blaise Cendrars ao poeta Manuel Bandeira, que fez uso desse recurso criativo ao compor o famoso “Poema tirado de uma notícia de jornal”, publicado em *Libertinagem*, em 1930. Bandeira influenciou outros poetas, como Carlos Drummond de Andrade, com o mote de transformar o *fait divers* (em geral, notícias policiais) em poesia.

Na atualidade, a teoria literária e a teoria da comunicação são insuficientes (ou, melhor dizendo, parciais) para abranger ou decodificar totalmente um movimento de profunda transformação

dos recursos da linguagem deflagrado com a propagação tecnológica digital. Em uma sociedade globalizada em que a *cor local* está diluída e a padronização de estilos se impõe, tornaram-se complexos e erráticos os meios de divulgação daquele que se convencionou nomear *autor*. O sujeito *ex-cêntrico* (a mulher, o negro, o homossexual – as minorias, enfim) conquistou novos territórios de expressão, especialmente a partir dos movimentos de contracultura nos Estados Unidos, como analisa Linda Hutcheon (1991). Mas, em seguida, o próprio termo “pós-modernismo”, que de algum modo parecia substituir o esvaziamento das vanguardas, se mostrou insuficiente com a proliferação emergente de vozes – periféricas ou não – que emergiram (e emergem) no meio digital. A própria literatura estendeu seus limites conceituais e tem sua definição em questionamento contínuo. A literatura, em certa medida, tornou-se tudo o que tange à linguagem. Se durante o Formalismo Russo, na primeira década do século xx, a teoria defendia a autonomia do texto literário, para a argentina Josefina Ludmer, em ensaio de 2007, por exemplo, a tendência vigente nas escrituras urbanas é exatamente no sentido oposto, identificando o que chama de literaturas pós-autônomas:

Muitas escrituras do presente atravessam a fronteira da literatura (os parâmetros que definem o que é literatura) e ficam dentro e fora, como em posição diaspórica: fora, mas presas em seu interior. Como se estivessem “em êxodo”. (LUDMER, 2007)

A abordagem de Ludmer – ainda que circunscrita a regiões urbanas de Buenos Aires – revê muitos conceitos consagrados da teoria literária e esfacela qualquer resquício de imanência do texto

literário, situando-o como parte de uma rede maior comunicacional em que a realidade é sempre representação e o cultural está diretamente vinculado ao econômico. Para ela, as contemporâneas escrituras diaspóricas que transitam entre fronteiras não podem ser lidas como mero “realismo” ou analisadas por sua verossimilhança. Assim, essas escrituras tomariam

a forma do testemunho, da autobiografia, da reportagem jornalística, da crônica, do diário íntimo, e até da etnografia (muitas vezes com algum “gênero literário” enxertado em seu interior: policial ou ficção científica, por exemplo). Saem da literatura e entram “na realidade” e no cotidiano, na realidade do cotidiano (e o cotidiano é a TV e os meios de comunicação, os blogs, o e-mail, internet etc.). Fabricam o presente com a realidade cotidiana e essa é uma das suas políticas. A realidade cotidiana não é a realidade histórica referencial e verossímil do pensamento realista e da sua história política e social (a realidade separada da ficção), mas sim uma realidade produzida e construída pelos meios, pelas tecnologias e pelas ciências. (LUDMER, 2007)

Se as proposições elaboradas por Ludmer possibilitam inaugurar um novo teto teórico sob o qual abrigar a produção dita literária e não literária (ou de “conteúdo”, como insistem em nomear um tanto indiscriminadamente parte da imprensa e do setor audiovisual), certamente parecem solucionar de modo abrangente toda a produção da linguagem da atualidade, o que demanda uma análise mais aprofundada. O recorte para a produção latino-americana (ou hispano-americana, como preferem, acredito que com maior exatidão, autores como Leyla Perrone-Moisés, no livro *Vira*

e mexe, Nacionalismo), no entanto, me interessa especialmente. Isso porque explicita que, talvez pela primeira vez na História, a produção literária, ao lado da produção jornalística, audiovisual, artística e todo o saber e entretenimento produzido pelo homem dessa região, está, enfim, ao alcance de todo o planeta. Em contraste com o contexto observado por Benjamin, a interatividade favoreceu a troca incessante de experiências, como também possibilitou que os próprios autores divulguem seus textos na rede mundial de computadores, como garrafas ao mar virtual, em busca de leitores para seus bilhetes de naufragos. À maneira das garrafas ao mar, a navegação é certa, mas não a decifração da mensagem por seus destinatários.

Mesmo no paraíso eletrônico atual, a inquietação de Benjamin ainda nos afeta, contrapondo o universo subjetivo da expressão literária aos mecanismos diluidores da imprensa e dos novos recursos de linguagem criados pelas novas tecnologias. O contexto de produção e divulgação de notícias sofreu um curto-circuito com o incremento tecnológico, levando a supor uma automática desatualização no enfoque do autor da Escola de Frankfurt, que identifica dois tipos básicos de narrador: o camponês sedentário, arraigado à terra – que conta como viveu no espaço que conhece muito bem – e o marinheiro comerciante – que conta como viajou e suas trocas pelo mundo. Esses dois tipos modelares citados por Benjamin não desapareceram, mas contam agora com recursos antes impensados para relatar suas experiências: o meio digital. Suas histórias – e de todos os sujeitos com acesso à internet – podem ser divulgadas não apenas para as pessoas de seu círculo afetivo, mas para uma multidão de leitores, com o acesso ao próprio veículo de mídia, situação impossível para o contexto descrito por

Benjamin. Dessa maneira, as novas possibilidades técnicas de comunicação alteraram radicalmente não apenas as possibilidades de produzir textos, imagens e conteúdos em geral, mas sobretudo criaram recursos de leitura jamais imaginados.

No livro *As tecnologias da inteligência*, Pierre Lévy (2004, p. 7) chama atenção para a metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos, que alteram as formas de escrita, leitura, visão, audição, criação e aprendizagem, impulsionados por pesquisas em informática cada vez mais avançadas. Escrita no final do século xx, a obra destaca que “não se pode conceber a pesquisa científica sem uma aparelhagem complexa que redistribui as antigas divisões entre experiência e teoria, com a ascensão de um conhecimento por simulação”, que os epistemologistas ainda não inventaram. A técnica, assim, é uma das “dimensões fundamentais onde está em jogo a transformação do mundo humano por ele mesmo” (p. 8). O pano de fundo social e técnico do coletivo humano abriu espaço para as mídias em um ambiente que Lévy nomeia como tecnodemocracia, termo que instaura o questionamento sobre a tecnologia e o social. Na verdade, Lévy propõe o fim da oposição entre o homem e a máquina, sugerindo que a técnica pode determinar, mas também ser influenciada pelo contexto humano em que está inserida.

A partir de 1995, a internet sugeria um mundo empírico duplicado, com recursos de comunicação por e-mail como substitutivo da carta. Malas diretas, boletins impressos, informes comerciais e edições sobre literatura, especialmente poesia, passaram a chegar à caixa de entrada sem, no entanto, deixarem de existir em papel. Os sites começavam a encontrar sua vocação para banco de dados e, em 1996, em Salvador, surgiu o *Jornal de Poesia* (<http://www>.

jornaldepoesia.jor.br/), editado pelo jornalista Soares Feitosa, e que ainda o mantém, agora de Fortaleza. Nessa época, os recursos de mensagem instantânea por *chats* (como o MIRC e o ICQ) aposentaram os *paggers*, apagaram o brilho das secretárias eletrônicas e deram novo vigor à oralidade. Nada, no entanto, comparável à portabilidade e celeridade dos atuais *smartphones*, cujo recurso como telefone é apenas um dos itens de utilidades, otimizado com acesso à internet. Além da transição de mudança do suporte impresso para digital, também passava a ser alterada a velocidade na troca de mensagens. Enviar uma carta e esperar sua resposta caiu rapidamente em desuso. Castells avalia o processo:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e de dispositivos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (CASTELLS, 2010, p. 88)

Esse sistema de produção e trocas culturais, no entanto, começou bem antes da globalização a viabilizar as produções econômicas multinacionais da atualidade. Um dos exemplos analógicos, digamos, produzidos com papel e caneta, é a farta correspondência produzida pelos modernistas brasileiros, grupo no qual se destaca Mário de Andrade, que dizia sofrer de “gigantismo epistolar”, e do qual destaco as cartas trocadas com Carlos Drummond de Andrade entre 1924 e 1945, das quais tratarei mais adiante.

Das cartas às redes sociais

Aqui torna-se necessária uma digressão para esclarecer que minha perspectiva é, ao mesmo tempo, literária e jornalística, iniciada bem antes das possibilidades da internet conferirem à escrita a multiplicidade e a velocidade antevistas por Ítalo Calvino (1991) em *Seis propostas para o próximo milênio*. Poeta desde criança, nascido no Acre, li Manuel Bandeira e Érico Veríssimo na escola pública primária, o que muito estimulou meu interesse por literatura brasileira. Logo depois, aos doze anos, o hobby como filatelista me fez escrever o primeiro artigo para a imprensa local. A partir daí, o Jornalismo passou a ser uma perspectiva profissional factível. Ao me transferir para São Paulo, no início dos anos 1980, terminei o antigo Segundo Grau e ingressei na Faculdade Cásper Líbero, a primeira escola de jornalismo profissional do Brasil, quando as redações ainda eram povoadas pelo bater incessante das teclas das máquinas de escrever.

A literatura continuava, para mim, a ser a maior referência para a escrita, mesmo que o fascínio pelas novidades da *Folha de S.Paulo* – aparentemente originais, mas fortemente calcadas nas estratégias de veículos de comunicação estrangeiros, sobretudo os norte-americanos – motivasse a leitura diária das notícias, sobretudo as resenhas literárias. Paulo Francis, com sua verve demolidora, emergia com um comentarista exemplar, até que o aprofundamento nas leituras mostrou que seu motor criativo tinha mais a ver com um olhar muito pessoal do que com rigor crítico.

Na Cásper Líbero conheci o professor de língua portuguesa Péricles Eugênio da Silva Ramos, com quem tinha longas conversas sobre literatura. Poeta da geração de 1945, Péricles contava histórias saborosas sobre os escritores modernistas – com

ele aprendi que se pronuncia *Oswáld* de Andrade, não *Ôswald*. Muito antes das facilidades de pesquisas pela internet, com o mundo ao alcance de apenas um clique, passei um bom tempo para saber que o franzino professor, tão curvado quanto espiritoso, era um exímio tradutor de Shakespeare, entre outros autores de língua inglesa. Por que lembrar tão longamente do Péricles? Foi ele que, passados alguns meses de exercícios acadêmicos, me chamou atenção para a inescapável natureza informativa dos textos jornalísticos, em contraste com as figuras de linguagem que eu insistia em inserir nos exercícios de redação. Como aluno e, sobretudo, leitor da poesia marginal e admirador da contracultura, ainda enxergava como viável a adoção do estilo literário nas notícias cotidianas. A gota d'água no meu idealismo foi um exercício em que o querido professor nos apresentou a *Carta* de Pero Vaz de Caminha e nos solicitou transformar o texto no lide jornalístico, devidamente detalhado nos elementos quem, o quê, como, quando, onde e por quê. Não conseguia entender o motivo daquilo e como poderia ser útil e questionei o professor. Queria fazer jornalismo como poeta, mas Péricles me alertou, de maneira tão paternal quanto didática, que o caminho da literatura e da cultura de massa eram totalmente distintos e que a imprensa tinha muito mais procedimentos técnicos do que poderia supor minha ingenuidade literária. Tempos depois, passado o susto, agradei mentalmente ao Péricles por ter me absolvido dessa obrigação involuntária de exercer a literatura na imprensa – obrigação que eu mesmo tinha me imposto. Evidentemente que muitos escritores conseguiram tal feito, mas pensar nisso como ferramenta de um *foca* em busca de emprego era praticamente suicídio profissional.

Assim, ingressei profissionalmente no jornalismo aos vinte anos, em 1984, na revista *Bizz*, da Editora Abril, dedicada à música e ao cinema, implantando justamente um sistema de atendimento ao leitor por carta e malas diretas, antes de passar a trabalhar também na redação. A partir disso voltei minha carreira quase exclusivamente para o Jornalismo Cultural, maneira de conciliar de modo menos traumático meus interesses por literatura e cinema. A partir de 1998, já no Rio de Janeiro, depois de trabalhar em revistas, jornais e TV, regressei à vida acadêmica, cursando, sucessivamente, especialização, mestrado e doutorado em Letras, ao mesmo tempo que passei a dar aulas de jornalismo e promover oficinas de criação literária.

Mas por que fazer uma retrospectiva de minha trajetória? Ora, involuntariamente participei desse processo de transição entre o analógico e o digital, que passa a se impor na vida cotidiana em meados dos anos 1990 e atinge inicialmente a esfera pública e depois a privada. Em 1988, depois de uma temporada sabática em Paris, onde conheci, atônito, o famoso *Minitel* (pequeno computador que funcionava como um banco de dados ligado à linha telefônica), trabalhei como redator e crítico de cinema na *Folha da Tarde*, jornal vespertino da empresa Folha da Manhã, em São Paulo. Meu principal desafio ao ser aprovado para o emprego foi lidar com uma complexa rede de computadores que, na minha memória, parece tão emaranhada quanto os hieróglifos egípcios.

Ao retornar para o mundo acadêmico, já utilizando os computadores como principal instrumento de escrita, durante o mestrado em Literatura Brasileira (UFRJ, 1999-2003), desenvolvi a dissertação “A notícia e o poema: a reescrita jornalística na poesia narrativa de Carlos Drummond de Andrade”, sob a orientação

do poeta e professor Antonio Carlos Secchin, efetuando o que considero um ritual de passagem do jornalismo para a literatura, quando pude verificar com maior rigor a mútua influência da linguagem jornalística e literária, verificando como Drummond – também à maneira dos dadaístas, seguindo os passos de Manuel Bandeira – passou a usar a notícia como fonte de inspiração, convertendo o discurso datado em poesia de mítica permanência. Este é um dos meus focos de interesse de pesquisa até hoje e que, na minha opinião, ainda apresenta grandes lacunas acadêmicas.

O caso de Drummond é extremamente rico para refletir sobre as relações entre o Jornalismo e a Literatura, seus poemas e crônicas atestam isso, com referências a revistas como *Tico-tico*, *Fon-fon* e *Careta*, na infância em Itabira, e aos inúmeros diálogos que ele estabelece com os temas das notícias cotidianas. Profundo admirador do Jornalismo, sobretudo das atividades de repórter (que jamais abraçou), o poeta mineiro trabalhou como jornalista durante catorze anos ininterruptos, entre 1920 e 1934, ainda em Belo Horizonte, onde exerceu os cargos de redator-chefe do *Diário de Minas* e redator do *Minas Gerais*, *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*. Depois disso, atuou por mais de trinta anos como cronista, já no Rio de Janeiro, do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*. Como funcionário público, foi chefe de gabinete do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, de 1934 a 1945, e trabalhou depois na diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde esteve à frente da Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamento.

Depois de trabalhar em redações, Drummond passou a valorizar a notícia como intermediação da relação do homem com o mundo, e a transformou em poemas, alguns com estrutura de

anotação memorialística. Em sua última entrevista, o autor faz um balanço sobre sua experiência jornalística:

Não tenho nenhuma queixa da imprensa. Trabalhei na imprensa durante a minha vida toda, com um ligeiro intervalo em que me dediquei só à burocracia do Ministério da Educação. Mas na imprensa sempre fui muito distinguido, a não ser quando eu era mais jovem, quando havia incompreensão não em relação a mim, individualmente, mas em relação à poesia moderna – ou modernista. Então, eu levava muita paulada. Mas era do jogo. Nós estávamos tentando afirmar uma nova forma literária. Isso colidia com os preconceitos existentes. Hoje, já não há mais isso. Durante quinze anos, trabalhei no Correio da Manhã – e por outros quinze anos no Jornal do Brasil. Sempre tive muita consideração dos meus companheiros e muita liberdade. (...) (ANDRADE, apud MORAES NETO, 1994, p. 22-23)

O doutorado em Literatura Comparada (UERJ, 2007-2011) trouxe à tona outra vertente para pesquisa: a leitura do Modernismo brasileiro por meio da correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, tese defendida sob o título “Modos de ser poeta brasileiro nos anos 1920: uma leitura do diálogo epistolar de Carlos & Mário”, orientada pelo prof. dr. José Luís Jobim. Desde então a escrita íntima, vista sob a perspectiva da escrita de si, pesquisada por Michel Foucault, tem sido outro foco de interesse.

Desde a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, a correspondência é fundamental para retratar a nação brasileira e seus escritores. No caso da tese em questão, o livro que reúne essa correspondência,

Carlos & Mário – Correspondência completa de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade (2002), organizado por Silviano Santiago, serviu de referência bibliográfica principal da pesquisa. A identidade dos autores, a questão nacional e a leitura mútua de originais e suas vidas pessoais conduziram essa correspondência de 1924 até a morte de Mário, em 1945. Mário também colaborava com a imprensa e fazia dessa plataforma uma base para expandir suas ideias, muitas vezes suscitando questionamentos. A linguagem, seja poética, ficcional ou jornalística, era o primeiro instrumento de trabalho dos dois autores, que fizeram das cartas um laboratório de questionamento. Logo na primeira delas Drummond liga a literatura ao destino do país.

Estou convencido que a questão da literatura no Brasil é uma questão de coragem intelectual. Ou por outra: é preciso convencer-se a gente de que *é* brasileiro. E *ser* brasileiro é uma coisa única no mundo; é de uma originalidade delirante. Não confundir com nacionalismo. Aliás, você sabe disso melhor do que eu. (SANTIAGO, 2002, p. 40)

No atual cenário virtual da literatura brasileira, essa troca de informações expandiu-se da esfera pública para a pessoal. As plataformas on-line tornaram-se primordiais para que o aspirante a autor possa existir no mercado, com sites pessoais, páginas no Facebook, Twitter, YouTube e outros recursos. A possibilidade de trocas locais e também transacionais abriu portas para uma literatura brasileira que se aproxima da World Literature pensada por Goethe, com tramas que podem ser lidas sem prejuízo aqui, nos Estados Unidos, na Europa ou no Oriente. Autores como Luiz Rufatto, Adriana Lisboa, Daniel Galera,

para citar apenas alguns nomes mais conhecidos, são traduzidos em várias línguas e atingem seus leitores de maneira abrangente pela grande rede de computadores, ainda que pessoalmente possam prescindir das redes sociais. Adriana Lisboa, autora de livros como *Azul Corvo* e *Hanói*, carioca radicada em Denver, nos Estados Unidos, por exemplo, tem apenas página profissional no Facebook, ou seja, a maneira de circulação virtual, para ser eficiente, não é necessariamente instituída. No outro extremo, está o jovem carioca Victor Heringer, 28 anos, poeta e romancista, que já ganhou o Prêmio Jabuti com o romance *Glória*, e também produz seus próprios vídeos. Em seu site (<http://victorheringer.com/>), logo no início, é possível deparar-se com um *close* do rosto do autor, com os *links* de seu blog, Facebook e Instagram. Ao lançar recentemente o romance *O amor dos homens avulsos*, sobre o relacionamento de dois garotos na cidade do Rio de Janeiro, Heringer é um dos exemplos mais profícuos dessa fala informacional e literária que vai desde o impresso aos meios digitais.

Reflico, num esboço conclusivo, que a profusão de autores da literatura brasileira atual – veteranos, iniciantes, talentosos, repetidores – aproxima-se da avalanche jornalística e provoca uma sensação de impermanência na qual a multiplicidade de estilos é tão extensa que provoca uma sensação de desnorteamento: a impossibilidade de atualização anteriormente mencionada. Escolho o poema do também carioca Lucas Matos (2015) para sintetizar com poesia este panorama que, pensando em Josefina Ludmer, há muito deixou de ser exclusivo. Com sua poesia dramática e fortemente calcada na oralidade (Matos é um excelente declamador de seus poemas), um trecho do poema “Espíões” expõe a celeridade deste momento:

hoje em dia
graças a deus
vivemos na era da informação
isso porque hoje
a informação chega rápido
a informação chega em grandes doses
a informação chega de todos os lados
agora
há muitas coisas hoje que
chegam rápido
chegam em grandes doses
chegam de todos os lados
e que parecem com uma informação
estão vestidas de informação
se nomeiam informação
(olá eu me chamo informação qual o seu nome?)
mas que são qualquer coisa
assim como um chiclete
(MATOS, 2015, p. 51-52)

Da mesma maneira que o poeta Chacal calcou sua criação poética no cotidiano durante a poesia marginal, tecendo uma espécie de comentário anedótico e biográfico de sua geração, Matos promove um discurso poético igualmente oralizado, mas pleno de influências, com trechos em inglês e musicalidade que revelam sua formação acadêmica, ainda que sem sucumbir à referência teórica. Há, explicitamente, um desejo de interlocução, mesmo que sua escrita se coloque visivelmente no palco, paradoxalmente tímida e desinibida, como o poeta que fala sozinho, mas se exhibe na janela.

Suas escritas do presente, de teor cotidiano, da comunicação ou como rubrica teatral, apresentam-se sem cerimônia.

Se hoje conseguimos ler as cartas modernistas de Mário de Andrade e Drummond, será possível ler no futuro os e-mails trocados desde o final do século xx? Como a tecnologia, a Comunicação, a Ciência da Informação e a Literatura preservarão sua memória recente para não sucumbir à obsolescência programada dos *gadgets*? Se cada jornalista, poeta, romancista pode deter atualmente seus próprios meios de produção e lançar seus conteúdos na internet, como mantê-los *em contato* além do virtual? Antes que possa responder, com certeza preciso salvar este arquivo e continuar a infinita pesquisa que se tornou o presente da escrita e de sua propagação.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FUKS, Julián. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

MATOS, Lucas. *Três semblantes*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MORAES NETO, Geneton. *O dossiê Drummond*. São Paulo: Globo, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, Silviano. (Org.). *Carlos & Mário. Correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.

Consultas em meio eletrônico


LUDMER, Josefina. *As literaturas pós-autônomas*. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.





Esta obra, composta em Minion Pro 12,5/17,5
foi impressa com miolo em papel pólen soft 80g/m²
e capa em cartão 250g/m² na Edigráfica.

Rio de Janeiro, 2017.



É possível falar da Comunicação e Saúde de muitos modos, tantos quantos forem o entendimento dessa interface e desses dois campos que a constituem. [...] Cada um deles se apresenta como espaço polifônico, constituído por diferentes interesses, que ora convergem, ora são dissonantes, e que compreendem muito mais que saberes específicos, em um arco de abrangência que vai desde sua história até suas tecnologias, passando por agentes e agendas, instituições e políticas, lutas e discursos, teorias e metodologias, conflitos e negociações, sujeitos individuais e coletivos. [...]

Este livro se inscreve nessa linha do tempo em permanente movimento. Que ele possa cumprir o destino dos livros, que é fazer ver, fazer pensar, fazer acontecer.

Do Prefácio de Inesita Soares de Araujo

Patrocínio:

